

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

22 DE DEZEMBRO DE 2008

No dia 22 de Dezembro, pelas 09 horas e 30 minutos, no edifício do Auditório Municipal, Anfiteatro, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- ACTAS – Leitura, discussão e votação da acta da sessão Ordinária de 26 de Setembro de 2008.
- 2- PÚBLICO – 1.º Período de Intervenção.
- 3- Período de Antes da Ordem do Dia.
- 4- Período da Ordem do Dia:
 - 4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea e) do art.º 53.º do Decreto-lei n.º 169/99 de 18 de Setembro.
 - 4.2- C. M. M. – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2009.
 - 4.3- S. M. A. - Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2009.
 - 4.4- Contrato de Execução de Transferência de Competências de Autarquias assinado em Lisboa.
 - 4.5- Regulamento e Carta de Compromisso da "TUABIKE."
 - 4.6- Rectificação de Deliberação – Desafecção do Domínio Público para o Domínio Privado – Quiosque.
 - 4.7- Rectificação de Deliberação do Domínio Público para o Domínio Privado, Alvará n.º 01/2006 –IMOTUA.
 - 4.8- Desafecção do domínio público para o privado dos lotes A e B do Alvará de Loteamento n.º 06/2006.
 - 4.9- Adesão do Município à Entidade Regional de Turismo do Norte.
 - 4.10- Taxa pela Emissão de Certificado de Registo.
 - 4.11- Pedido de Isenção de I. M. T. – Maria Elisa Dias Pires.
 - 4.12-Regulamento do Banco Local de Voluntariado de Mirandela.
- 5- Outros Assuntos de Interesse para o Município.
- 6- PÚBLICO – 2.º Período de Intervenção.

Constituição da Mesa:

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

PRESIDENTE..... José Manuel Pavão
1.º SECRETÁRIO..... Rui Fernando Moreira Magalhães

Verificação de presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 60 presenças, pelo que o Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 63 no decorrer da sessão.

Membros em falta:

Otilia Raquel Fernandes Lima, Adérito Joaquim Ferro Pires, Humberto António Cordeiro, José Eduardo Gomes de Almeida, Fernando Manuel Gomes Alves, Vasco Aníbal Saldanha, Luís José Herdeiro Mosqueiro, Jorge Lopes Cunha, Amílcar Manuel Silva, Ernesto Augusto Esteves, Roger Fernando H. Lopes e José Teixeira Pinto.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito bom dia a todos, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Público e Comunicação Social. Vamos dar início a esta sessão com a informação sobre a correspondência.

Faça o favor senhor secretário da Mesa, aproveitando para dizer que o 2º Secretário, Humberto Cordeiro, se encontra ausente por motivos de doença da qual informou a Mesa.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA DE 27 DE SETEMBRO A 03 DE DEZEMBRO DE 2008

DATA	REMETENTE	ASSUNTO
30/09/08	Município de Bragança	Conferência "O Tratado de Zamora 1143-O Nascimento de Portugal como Estado"
08/10/08	José António Ferreira	Proposta de Reunião Extraordinária da Assembleia Municipal de Mirandela
08/10/08	ANMP	Boletim ANMP
08/10/08	Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana	informação sobre Habitação e Reabilitação Urbana

08/10/08	Presidente do Conselho Directivo da AMTFNT	Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial
11/10/08	Assembleia Municipal do Peso da Régua	Enviam Moção sobre "Questões da Viticultura Duriense"
13/10/08	Deputado Municipal Vasco Saldanha	Justificação de falta à sessão de 26/09/08
03/11/08	PCP	Resposta pergunta N.º1669/X (3) de 9 de Julho de 2008, do Sr. Deputado Agostinho Lopes (PCP)-Poluição atmosférica no Cachão.
05/11/08	ANMP	Envio de 2 documentos: Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2008 Parecer e QREN Ponto da situação Outubro 2008.
05/11/08	Assembleia Municipal de Sesimbra	Conferência Nacional - As Escolas Conde de Ferreira-Marco histórico da instrução em Portugal
18/08/08	ITSEMAP	Plano de Formação Profissional 2008
07/11/08	Fundação Museu do Douro	Convite para a inauguração da exposição "TITO"
07/11/08	ANMP	Boletim ANMP
14/11/08	Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana	Informação sobre habitação e Reabilitação Urbana
17/11/08	Centro Hospitalar do Nordeste, E.P.E.	Resposta ao ofício de 20/10/08, dirigido àquela instituição.
17/11/08	Município de Bragança	Convite para apresentação da obra "A espuma do tempo. Memórias do Tempo de Véspera" de Adriano Moreira
21/11/08	Município de Bragança	Convite para a Conferência "A Família e a Cultura da Esperança"
24/11/08	Governo Civil de Bragança	Cerimónia de assinatura do contrato da concessão Douro Interior
29/11/08	José Baltasar Gomes de Aguiar	Justificação de falta à Assembleia Municipal de 28/11/08
02/12/08	Presidente da Assembleia Geral	Sessão ordinária da Assembleia Distrital de Bragança - 16 de Dezembro
02/12/08	Arménio Moisés Veiga	Justificação de falta à sessão de 26 de Setembro
03/12/08	ANMP	Envio do Boletim de Novembro
03/12/08	Adérito Pires	Justificação de falta à sessão extraordinária de 28/11/08
05/12/08	Grupo Parlamentar «Os Verdes»	Propostas de Aditamento ao OE de 2009 - PIDDAC
09/12/08	Assembleia Municipal de Valença	Moção contra a exclusão dos PJF na eleição dos membros da Assembleia Intermunicipal
11/12/08	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana	Folheto nº 7
11/12/08	Deputado Duarte Lima	Desmentido sobre uma notícia saída no Jornal Público
16/12/08	Fundação Museu do Douro	Inauguração da Sede do Museu do Douro
16/12/08	Governo Civil de Bragança, Câmara Municipal de Bragança, JF de Frechas, JF de Mirandela, Centro Hospitalar do Nordeste e ANMP	Postais de Boas Festas

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA DE 27 DE SETEMBRO A 03 DE DEZEMBRO DE 2008

DATA	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
10/10/08	Reverendíssimo Padre António Augusto Ribeiro	Comunicação da "Proposta de Louvor e Reconhecimento" aprovada por maioria na Ass. Municipal.
10/10/08	Rádio Terra Quente, Notícias de Mirandela, Terra Quente	Envio da Proposta de Louvor e Reconhecimento para publicação
05/11/08	Deputado Municipal José António Ferreira	Agradecer sugestão/proposta para realização de uma Ass. Extraordinária sobre a linha do Tua.
20/10/08	Dr. Fernando Alves-Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Mirandela	"Visita ao Hospital"
18/11/2008	Presidente da Câmara Municipal de Mirandela	Envio de Convocatória da sessão da Assembleia Municipal Extraordinária, a fim de dar conhecimento aos Srs. Vereadores.
21/11/2008	Rádio Terra Quente	Envio de documentos referentes à sessão da Assembleia Municipal Extraordinária de 28/09/08.
02/12/08	Presidente da CMM	Informação sobre a data da realização da AM de Dezembro
03/12/08	Hospital de Mirandela	Pedido de informação sobre urgências prolongadas
03/12/08	Comunicação social local	Informação sobre a Assembleia Municipal de Dezembro

Para além da listagem que vocês receberam e que contém a correspondência de 27 de Setembro a 03 de Dezembro, após essa data deu entrada na Assembleia Municipal a seguinte correspondência:

- Dia 03/12 - Adérito Pires: justificação de falta à sessão extraordinária de 28 de Novembro.
- Dia 5/12 - Grupo Parlamentar "Os Verdes": propostas de aditamento ao Orçamento de Estado de 2009 - Piddac.
- Dia 09/12 - Assembleia Municipal de Valença: Moção de Censura contra a exclusão dos Presidentes de Junta de Freguesia na eleição dos membros da Assembleia Intermunicipal.
- Dia 11/12 - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana: envio do folheto N.º 7 e o Deputado Duarte Lima envia um desmentido sobre uma notícia saída no Jornal Público.
- Dia 16/12: a fundação Museu do Douro envia um convite para inauguração da sede do Museu do Douro.
- Dia 16/12: o Governo Civil de Bragança, a Câmara Municipal de Bragança, a Junta de Freguesia de Frechas, a Junta de Freguesia de Mirandela, o Centro Hospitalar do Nordeste e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, enviam postais de Boas-Festas.

Em relação à correspondência expedida, foi remetida no dia 03/12 uma correspondência para o Hospital de Mirandela relativamente a um pedido de informação sobre urgências prolongadas e também neste dia, para a comunicação social local informação sobre a Assembleia Municipal de Dezembro e ainda hoje a Mesa teve conhecimento dum pedido de justificação de falta à presente sessão, do Deputado Vasco Saldanha.

Quanto a correspondência é tudo. Muito obrigado.

Justificação de Faltas:

- Otilia Raquel Fernandes Lima: sessão de 22 de Dezembro de 2008, por motivos profissionais.
- Luís José Herdeiro Mosqueiro: sessão de 22 de Dezembro de 2008, por motivos profissionais.
- Arménio Moisés Veiga: sessão de 26 de Setembro de 2008, por motivos profissionais.
- Vasco Aníbal Saldanha: sessão de 26 de Setembro de 2008 e 22 de Dezembro, por motivos de saúde.
- Inácio Augusto Valente: sessão de 30 de Junho de 2008, por motivo de saúde.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.

Ponto 1 - Leitura, discussão e votação da acta da sessão ordinária de 26 de Setembro de 2008

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos então tratar da acta de 26 de Setembro, que com certeza receberam. Não querendo ninguém intervir, passemos à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta da sessão ordinária de 26/09/2008.

Ponto 2 – 1.º Período de Intervenção do Público

Está algum Sr. Municípe que queira fazer intervenção? Parece que não há ninguém, então passamos ao Período da Ordem do Dia.

Ponto 3 - Período de Antes da Ordem do Dia:

Presidente da Assembleia Municipal:

Deputado David Garrido, tem a palavra se faz favor.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Muito bom dia Sr. Presidente da Assembleia, Executivo e eleitos.

Neste período vou falar sobre as propostas do Piddac de 2009.

Recentemente, na Assembleia da República, aquando da discussão do Orçamento de Estado, o grupo parlamentar do PCP apresentou um conjunto de propostas estruturantes para o nosso Distrito, com dotações a consignar no Piddac de 2009, de forma a contrariar e a inverter a tendência da proposta miserabilista do Piddac, que o Governo apresentou.

No total apresentou cerca de 32 propostas estruturantes que totalizavam cerca de 13 milhões de Euros, uma gota de água, se tivermos em conta os milhões de milhões que os mesmos têm investido no litoral ao longo dos últimos anos e os novos milhões que se propõem continuar a investir nos próximos tempos, no âmbito do novo quadro comunitário de apoio.

O resultado da votação destas propostas foi o seguinte:

Votaram a favor o PCP, o PEV e o Bloco de Esquerda e votaram contra o PS, o PSD e o CDS/PP.

A conclusão a tirar é fácil, mais uma vez se verificou a consonância e o entendimento perfeito entre os partidos do bloco central de interesses. Estas forças políticas não querem efectivamente o desenvolvimento do interior e em particular do Nordeste Transmontano.

Bem podem chorar lágrimas de crocodilo quando dizem que são a favor da região, mas na prática, quando é necessário meter o preto no branco, atraíam os anseios e as aspirações das gentes que neles confiam.

Só para termos uma ideia das propostas apresentadas, aproveito para referir aquelas que de alguma forma têm relação directa ou indirecta com o nosso concelho:

-Construção das instalações para a Escola Superior do IPB em Mirandela, votaram contra. Ensino superior nesta região, para quê, basta saber ler, escrever e contar mal.

-Construção da residência de estudantes da Escola Superior do IPB em Mirandela, votaram contra.

-Beneficiação e ampliação do Quartel da GNR de Mirandela, isto também é treta, o que é preciso é andar na rua, quartel não precisam para nada.

-Beneficiação e correcção do traçado da estrada nacional 102, troço entre Vale Benfeito e o Pocinho, que tem interferência indirecta e alguma com a freguesia que também temos.

-Estudos para a construção de uma nova linha do Caminho de ferro no Distrito de Bragança, de ligação da Linha do Douro à Espanha.

-Criação do Observatório Regional das Dinâmicas e das Políticas Territoriais a instalar em Mirandela sob a coordenação da UTAD e do IPB.

-Criação do Centro Tecnológico e de Desenvolvimento Empresarial do Nordeste Transmontano, sob a coordenação do IPB e duma comissão de acompanhamento de entidades públicas e privadas (associações empresariais, sindicatos, etc.)

-Programa de Apoio à agricultura familiar do distrito, nas áreas da promoção, embalamento e comercialização dos produtos agrícolas e criação duma comissão de acompanhamento, onde terão assento as associações de agricultores e o Ministério da Agricultura.

-Elaboração do Plano Integrado de Desenvolvimento de Regadio do Vale da Vilaríça. Dizer que isto está pronto é treta, estão as barragens, mas os canais para irrigação, esses ainda estão por fazer. E isto votaram contra.

Se por acaso alguns dos Senhores pretender saber as propostas e os valores delas, eu tenho aqui e posso disponibilizá-los.

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):

Bom dia a todos, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados, eu vou passar a apresentar uma moção que ponho depois à consideração desta Assembleia para ser votada.

“No ano de 2007, no quadro das orientações definidas pelo programa de reestruturação da Administração Central do Estado e dos objectivos que perspectivavam para o sector da agricultura, cuja tónica se colocou na modernização e racionalidade, foi definida a orgânica da Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Norte.

A Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Norte foi instalada com sede em Mirandela e constitui um serviço periférico da Administração directa do Estado, ainda que com autonomia administrativa.

Nasceu no âmbito de uma reforma mais profunda que abarcou todo o Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas e que se alicerçou no propósito manifestado pelo Governo da regionalização e descentralização de serviços.

A definição da sede em Mirandela, constituiu a concretização da vontade política de Sua Excelência o Ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Dr. Jaime Silva, de querer o Ministério mais próximo das regiões e dos agricultores.

No dia 02 do mês em curso, tomou posse o Dr. António Ramalho, indigitado como Director Regional, em regime de substituição, pelo prazo de 90 dias.

A Comunicação Social, dando voz a vários autarcas e destacados dirigentes deste sector, colocou o especial enfoque em tal nomeação, sugerindo estar-se perante um incontornável processo de concentração do centro de decisão da Direcção Regional da Agricultura e das Pescas do Norte em Braga, à semelhança do que aconteceu com outros serviços do mesmo Ministério.

Tal estratégia de esvaziamento do poder na sede da Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Norte, foi de igual forma apontada como um factor de desmobilização e desmotivação por altos dirigentes que com a nomeação do Dr. António Ramalho viram renascer a possibilidade de singrar a antiga reivindicação política de a sede da Direcção Regional se vir a localizar em Braga.

Também as várias associações de agricultores sedeadas no nosso Distrito, reprovaram qualquer decisão que apontasse no sentido da transferência da sede de Mirandela para Braga, lembrando ao Governo os factores que em 2007 foram determinantes na escolha e anúncio da sede da Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Norte.

Considerando tudo o exposto, o grupo Municipal do PSD, não pode deixar de manifestar a sua profunda preocupação na medida em que o processo em curso possa representar um recuo na estratégia de desenvolvimento regional e crescimento sustentado, anunciada aquando da definição de Mirandela, como sede da Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Norte.

Neste Contexto, propõe aprovar a presente moção nos seguintes termos:

Recomendar ao Governo e particularmente ao Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e Pescas, a manutenção da política de discriminação positiva do interior, fortalecendo a coesão regional e a proximidade com os agricultores.

Repudiar qualquer esvaziamento institucional de poder ou de competências na sede da Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Norte, que é em Mirandela.

Apelar e sensibilizar para a necessidade de o Interior e concretamente Mirandela serem estimulados com a instalação de serviços públicos dinamizadores e impulsionadores para a região, coadjuvando as autarquias locais no combate que travam contra a interioridade e a desertificação.

Que da decisão que vier a ser tomada por esta Assembleia, se for favorável, seja dado conhecimento a Suas Excelências: O Senhor Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro Ministro, Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e Presidentes dos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República. Muito obrigado.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Bom dia a todos, como estamos na Quadra do Natal tenho um postal de boas-festas para o Sr. Dr. José Silvano, a quem desejo um Natal e um ano de 2009 repleto de prosperidades, mas tenho outro postal, mas não de boas-festas para o Sr. Presidente da Câmara.

Não estava nos meus horizontes voltar a este tema das necessidades das Aguieiras, todavia depois de ler o almanaque da Câmara, deste mês, não posso ficar calado. Calados têm estado o Presidente da Junta e o vereador naturais da Soutilha. Em face da informação a folhas 13 do almanaque, queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara onde estão os calcetamentos dos Chairós.

O Sr. Presidente da Câmara está a fazer esta afirmação que não corresponde à realidade. Ontem de manhã andei à procura dos tais calcetamentos e não vi nada. O que vi foi um calcetamento no fundo da Corriça feito para servir

um caminho antigo e um armazém. Teria sido mais agradável calçetar a ligação à Capela ou então a ligação da Agueira a Cimo de Vila.

Mas vi mais coisas, como duas torneiras que dia e noite estão abertas deixando correr água, esse precioso líquido que temos que defender. Talvez seja aconselhável o Sr. Presidente da Câmara mandar lá um funcionário dos serviços das águas para arranjar as torneiras, evitando assim que esse precioso líquido se perca e faça diminuir os índices freáticos da nascente que alimenta os chafarizes dos Chairos e da Corriça. Vi também um forno público na Corriça que está fora de uso porque precisa duns pequenos arranjos. O mesmo se dirá eventualmente do forno da Agueira.

Vi o mau estado em que se encontram os acessos a quase todas as aldeias, incluindo da Soutilha. Como seria bom que fossem como o de S. Pedro Velho a partir do Arquinho.

Vi que o acesso à Capela da Sr.ª do Monte e ao Castro Romano não estão sequer em qualquer plano.

Vi que retiraram as placas identificativas da freguesia de Agueiras, que lá tinham sido colocadas a meu pedido pelo saudoso Dr. José Gama e deixaram lá apenas os suportes.

Não queria que a freguesia de Agueiras fosse tratada diferente de Vale de Juncal com placas identificativas antes e no fim, basta reparar quem lá passa que tem essas placas quer à entrada quer à saída.

Vi também na bifurcação do caminho municipal entre S. Pedro Velho e Vilar de Ouro, que não existe qualquer indicação de Vale das Fontes e mais grave ainda que falta lá um sinal de stop para os que circulam de Vale das Fontes para S. Pedro Velho. Já lá houve acidentes.

Vi que S. Pedro Velho, no sentido Norte-Sul tem uma placa partida e no sentido Sul Norte, não tem placa.

Vi que Vilar de Ouro não tem uma placa identificativa à entrada e saída.

Vi que na bifurcação do caminho entre S. Pedro Velho e Vilar de Ouro e a estrada nacional 315, não tem indicações nem de Rebordelo nem da Bouça. E para quem pretenda ir para a Torre D. Chama a partir da 315, a 8 km de Rebordelo, não tem também qualquer indicação.

É tudo isto que eu vejo e que os eleitos pelo partido não vêem.

Teria sido muito interessante que no mês de Outubro, quando foi almoçar à Soutilha, o Sr. Presidente da Câmara não tivesse visto estas coisas. Pena foi que se tivessem ido embora após o almoço e não tenha visto nada disto. Eu estava à espera que fosse ao Castro Romano ou à capela da Sr.ª do Monte para ir consigo Sr. Presidente. Como o Sr. não foi, mas apenas os elementos do seu partido, continuei a podar umas videiras junto à capela da Sr.ª do Monte.

Assim, não sou visitante dos Chairos porque estou a par do que por lá se passa e pena tenho que não sejam os eleitos pelo seu partido a falar nestas necessidades. Desafio o Sr. Presidente da Junta da Freguesia para vir dizer aqui que trabalho notável é que está a fazer lá.

E para terminar, gostaria de referir aqui uma passagem da acta do Sr. Presidente da Câmara Municipal em que diz que foi visitar as Agueiras e a determinada altura afirma: *"sobre a freguesia de Agueiras, os Srs. vereadores andam com um pouco de azar, nós passámos lá este fim-de-semana e felizmente em algumas preocupações, os habitantes conosco são mais compreensivos. Nós estivemos com cerca de 400 pessoas, os eleitos pelo PSD, são poucos (150 ou 160).*

Depois de visitar os locais não senti essas preocupações a esse nível. De qualquer maneira nós visitámos a capela e o cemitério de Padre Freixo, visitámos o Casario e as populações estão informadas directamente daquilo que nós podemos fazer."

Sem dúvida nenhuma Sr. Presidente da Câmara, pode visitar todas as aldeias do concelho, mas pelo menos pede-se para dizer a verdade, sobretudo porque as Agueiras continuam a ser tema de discussão. Como tal, gostaria que da próxima vez fosse mais claro e fosse mais sincero com estas observações. Muito obrigado.

Deputado Municipal Rui Sá (PSD):

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores, bom dia.

Antes de mais, e porque já estamos na quadra natalícia quero desejar a toda a população do concelho e aos prezados membros desta Assembleia, um Santo Natal e um Feliz Ano Novo.

Esta intervenção será dividida em três partes distintas. Uma muito pequena a abordar os problemas sociais que aí vêm, outra para falar um pouco do poder autárquico e, finalmente, da minha freguesia - Vale de Gouvinhas.

Senhores Deputados, todos os indicadores internacionais, nacionais, e até concelhios nos dizem que os tempos que aí vêm serão certamente, tempos muito difíceis. Haverá agregados familiares já de si bastante carenciados, com empregos muito precários que os irão perder. Se a situação já não é boa, agravar-se-á drasticamente.

Em meu entender, a nós autarcas impõe-se o dever de nos organizarmos de forma a dar uma cabal resposta a esta calamidade que se aproxima que não sabemos quando terminará.

Enquanto houver pessoas a passar fome, crianças a deixar de ir à escola, idosos a deixarem de comprar medicamentos, a deixarem de pagar as contas da água e de luz por falta de rendimento, provavelmente, não fará sentido a realização de infra-estruturas de embelezamento, de recreio e de carácter desportivo com investimentos brutais, bem como outras de interesse e retorno muito duvidoso.

A este respeito digo ainda que será necessário repensar a estratégia de actuação canalizando uma maior fasquia financeira para a vertente social. Não direi redireccionar, porque já em 2007 e no decorrer deste ano foi feito um esforço notável, nomeadamente na habitação para os mais carenciados, mesmo sabendo que tudo que se faça nesta área é sempre pouco.

Fugindo já ao social mas dentro do contexto da crise, recomendo especiais cautelas na adjudicação de serviços a empresas quase falidas que darão início a obras que depois não concluirão. Começará então uma batalha jurídica que tarde terá fim à vista. "Seria pior a emenda que o soneto."

Já relativamente ao Poder Autárquico.

As minhas intervenções são, por vezes, vistas como uma oposição interna com as quais muita gente convive mal. Efectivamente não é o que pretendo. Pretendo sim que sejam apenas e só o meu contributo para o progresso da nossa terra. Entendo também que foi para isso que fui eleito. Poderei eventualmente não o fazer da forma mais correcta, mas é assim que sou, é assim que o sei fazer. Sou incapaz de exprimir um sentimento diferente do que me vai na alma. A coragem e a determinação fazem parte da minha personalidade.

Enquanto a minha freguesia for por mim representada nesta Assembleia, não hesitarei em defender afincadamente os seus interesses. De igual forma defenderei o estatuto do Presidente de Junta, outros assim não entendem, mas cada um é como cada qual, lá saberão...

Senhores Deputados, nós sabemos muito bem que o Sr. Presidente da Câmara é uma pessoa conhecedora, extremamente inteligente, e muito traquejado nestas lídes para saber o que deve e pode retaliar, o que não deve e não pode retaliar.

Os Presidentes de Junta somos nós, e o Presidente de Câmara é o Dr. José Silvano. O Sr. Presidente defende os interesses da Câmara, nós, normalmente, defendemos os das nossas freguesias, e todos juntos os do Concelho. Assim é que deve ser. A democracia também se faz de opiniões divergentes, sendo estas, por vezes, muito necessárias. Ajudam a fazer luz.

Falarei então agora da freguesia de Vale de Gouvinhas. E desde já faço um preâmbulo à terceira e última parte da minha intervenção.

Não venho queixar-me de falta de obras, de falta infra-estruturas, de falta de investimentos, nem tão pouco de falta de vontade política de quem legitimamente exerce o poder para a realização das mesmas. Não se trata de nada disso, que fique bem claro!

Reconheço que a esse nível estamos no lugar que merecemos, não temos mais, nem menos que os outros.

Bom... mas a realidade é só uma e dela não nos podemos alhear. O concelho é muito grande, todos temos as mesmas necessidades, e como tal teremos que ter paciência. Vão uns depois dos outros, isso é normal. Tomáramos nós que no concelho abundassem recursos suficientes para alterar a situação.

A aldeia de Vale de Gouvinhas durante trinta anos teve infra-estruturas que a serviam na quase plenitude de abastecimento de água, saneamento básico, e escoamento de águas fluviais no aglomerado urbano. Não fossem os electrodomésticos de hoje mais exigentes em termos de pressão de água para um bom funcionamento, não fosse um bairro que entretanto cresceu que não tinha saneamento básico, não fosse a conduta de água que insistentemente teimava em rebentar, não estivesse a fossa séptica cheia de terra arrastada pelas águas fluviais, não necessitaríamos das obras que hoje se encontram em execução. Mas como tudo, assim como nós, tem uma vida útil, também aquela infra-estrutura chegou ao fim da sua, impondo-se a realização de obras capazes que sirvam melhor a população.

É por essas razões, entre outras, que não somos "personnas no gratas".

As infra-estruturas de que vos falei não tiveram levantamento topográfico, não tiveram projecto de engenharia, não tiveram com a frequência de hoje fiscais e engenheiros a acompanhá-las, não tiveram procedimentos de concurso como os de hoje e nem muitas outras coisas que hoje temos e antes não.

Contudo, elas somente têm uma semelhança, a boa vontade do poder político para a sua realização. A partir daí pouco mais, senão vejamos:

Embora os recursos e meios técnicos hoje disponíveis sejam óptimas ferramentas de trabalho, não se revelaram suficientes para terem evitado diversas deslocações ao terreno com os representantes das Juntas de freguesias com o objectivo de identificar, ponto por ponto, as particularidades do projecto.

Em meu entender, e sou um leigo na matéria, planificar bem é meio caminho andado. ***"A boa preparação das tropas no quartel, são vidas poupadas em combate"*** Por essas razões um mau projecto não poderá, como é óbvio, dar uma boa obra, fazendo também jus ao ditado popular ***"o que torto nasce, tarde ou nunca se endireita"***.

Mas outros problemas ocorreram. Inicialmente havia sido acordado com o presidente da junta o levantamento de toda a calçada e posterior reposição em todas as ruas da aldeia. A determinada altura foi-me comunicado que ficaria muito caro e que apenas iriam ser levantadas e repavimentadas na totalidade as ruas principais. Não sei depois por que carga de trabalhos, e perdoem-me a expressão, venho a saber no início da obra que apenas o largo principal iria ser levantado e repavimentado na totalidade.

Como não poderia deixar de manifestar junto do Sr. Presidente da Câmara o meu cabal descontentamento com o sucedido, o mesmo, e bem, apercebendo-se das razões do meu descontentamento, pediu ao Sr. Director de Departamento e Infra-estruturas que visse da possibilidade de repavimentar na totalidade uma rua principal e parte doutra. Assim aconteceu!

É chegado então agora o momento de colocar algumas questões.

Como seria agora possível fazer o escoamento de águas em ruas que não tinham declive contínuo para determinado local, por essa razão antes tinham sarjetas, sem mexer na quota das mesmas?

Porque razão é que se fazia o aterro de valas de 5m de profundidade sem a respectiva compactação das terras?

Porque razão é que ficava vezes sem conta a conduta de água toda a noite correr pela rua fora?

Bom, enumerei apenas três questões a título exemplificativo. Poderia enumerar umas boas dezenas delas, para as quais ainda ninguém deu resposta. Estas e outras situações foram sendo levantadas durante o decorrer das obras pelas mais diversas vias entre as quais, por e-mail, para o técnico que as acompanhava, bem como para o seu superior hierárquico, algumas mesmo com conhecimento ao Sr. Vereador.

Por respeito pelas pessoas e pelas instituições que representamos, não reproduzirei aqui o teor de nenhum e-mail enviado, nem recebido, como à semelhança doutros, não deixaria de ser interessante, mas como é óbvio não o farei.

Perante isto Sr. Presidente, resta-me pedir-lhe que nos acabem os trabalhos, que nos sejam restabelecidas as ligações de água a todas as habitações, que se regularizem as terras sobrantes, que se proceda ao arremate de todas as caixas e que se proceda a uma limpeza digna da aldeia.

Parece-me a mim, se estiver errado peço desculpa, que houve uma preocupação desmesurada com o valor final da obra e então enquanto não se chegou ao valor considerado aceitável foi-se cortando ao projecto em detrimento da qualidade.

Eu vejo as coisas completamente pelo lado oposto. Se não se puderem intervencionar duas aldeias, faça-se só uma, mas incluam no projecto o levantamento e reposição de toda a calçada e nos sítios com melhor património aproveitem para passar os cabos de luz e telefone em condutas subterrâneas. E porque não aproveitar a ideia de modernização que o Sr. Primeiro-Ministro nos impõe “Uma Criança um computador “Magalhães” para prever também uma conduta para passar cabo de fibra óptica para ligar o Magalhães, ele agradecerá, e por um pouquinho mais de conduta faça-se chegar também até à ETAR para a poder monitorizar.

Ah! Já me ia esquecendo aquela caixa que o Sr. engenheiro que acompanha os trabalhos me disse para não me preocupar que a seu tempo ia ser composta antes de assentar a caçada, de facto não foi e a minha preocupação era legítima. Agora vou mesmo ter que deixar lá por um vaso, pois sempre a ajudará a sinalizá-la. Mas quanto ao resto informo que será a junta de freguesia a patrocinar a respectiva acção, se for caso disso, para que se proceda à indemnização dos danos que a mesma, eventualmente, possa vir a causar.

Senhor Presidente, relativamente às questões que acima formulei devo dizer-lhe, se não conseguir quem lhe responda também não se incomode até porque águas passadas não movem moinhos. Contudo, gostaria que todos tivéssemos aprendido mais um pouco como os erros que cometemos de forma a prevenir situações anómalas.

Agora terminarei dizendo-lhe Sr. Presidente, o Sr. tem a força política que qualquer um gostaria de ter, o Sr. sabe bem disso, não protele mais aquilo que não pode ser protelado.

Situações idênticas às descritas não se devem repetir as populações não perdoarão.

Mais uma vez Boas Festas a todos,

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Bom dia a todos e a todas. Antes de mais, gostava de aproveitar a oportunidade para desejar Boas-Festas ao Sr. Presidente da Assembleia, membros da Mesa, ao Sr. Presidente da Câmara, Membros do Executivo, a todos nós e ao público que hoje decidiu não andar às compras. Estamos em época natalícia, eu acho que é altura de se pedir uma prenda para o sapatinho e a prenda que eu gostaria de solicitar ao Sr. Presidente da Câmara é que fossem melhoradas ou, pelo menos, se pensasse em melhorar as condições desta Assembleia.

Nós estamos sentados regularmente com toda a papelada em cima dos nossos joelhos. Temos alguma dificuldade para consultar os documentos. De facto, sem mesas de apoio torna-se complicado, mas não são as únicas situações que mereciam alguma atenção.

A questão do estacionamento também, as pessoas chegam da aldeia, querem estacionar, etc. e se a reunião da Assembleia coincide com a feira, é uma chatice, tem que se ir estacionar lá para os bairros de cima e há alguns atrasos na entrada dos Deputados para esta Assembleia.

Também já aqui tinha falado uma vez da atribuição de um espaço Internet próprio para a Assembleia Municipal, acho que os Deputados que aqui estão e os Srs. Presidentes de Junta devem ter E-Mail próprio e até site nas vossas Juntas de Freguesia. Mas eu acho que essa atribuição de um E-Mail institucional seria desejável, assim como um espaço próprio para esta Assembleia.

Gostaria também antes de mais salutar o Deputado Sá pela intervenção que teve. Partilho das preocupações relativamente à crise económica. Acho que tem que haver um acompanhamento sério a nível Municipal, mesmo de Juntas de Freguesia, que é o que está mais próximo das pessoas, relativamente aos índices de empobrecimento que temos vindo a verificar no nosso país e que possivelmente se vão agravar com o desenvolver da crise nos próximos tempos.

Portanto, partilho das suas preocupações, acho que fez muito bem em ter esta nota introdutória a este problema, penso que não deve pedir desculpas porque não é “personna não grata”. Acho que precisamos de pessoas com a sua fibra para dar nota de problemas e preocupações que afectam o nosso concelho.

A única pergunta que eu tinha aqui, porque não acompanhei o processo e gostaria de ter algumas noções do que de facto se está a passar relativamente à transferência da sede da Direcção Regional para Braga, de acordo com a proposta que apresentou a Deputada Elina.

Eu não sei se me pode elucidar um pouco mais sobre se isso vai afectar à locação de recursos aqui na nossa região, que isso é importante.

Eu compreendo que a transferência de sede para outra localidade não é desejável e nós gostaríamos que as coisas ficassem por aqui mas são processos de reorganização do Estado que, por vezes, nos ultrapassam e acho que fazemos bem e é nosso dever de nos manifestarmos contra e tomarmos uma posição.

De qualquer das maneiras, sabendo que, por vezes, falamos para as paredes, tomamos a nossa posição mas isso não leva a nada, o que eu gostaria de saber é se, sendo transferida a sede, isso vai afectar a qualidade dos serviços na nossa região, se tem essa percepção pelo menos com as pessoas que terá consultado e se vai haver uma diminuição da afectação de recursos também aqui na nossa região, que isso é importante.

Por último, gostaria de dar nota, fiquei muito contente outro dia quando tive oportunidade, até foi numa viagem de avião que me forneceu o Jornal de Negócios, e tive a oportunidade de ver mencionado um restaurante da terra, que todos já conhecemos o “Flor de Sal”, ao qual foi atribuída uma nota excelente pelo serviço, portanto eu gostaria aqui dar os parabéns à Câmara pela construção do edifício porque está de facto muito bem conseguido, à sua localização, ao seu design moderno, etc, porque é atractivo, eu já enviei para aqui várias pessoas amigas para virem saborear as iguarias do restaurante e todas saem muito bem impressionadas, portanto é um bom cartão de visita da cidade.

Dar os meus parabéns à gestão do Sr. João Carlão e sobretudo dar os parabéns ao cozinheiro, porque é ele e a sua equipa que levam a esses resultados.

Vem também mencionado um prémio relativamente aos azeites da terra, eu também gostaria aqui de deixar uma palavra para quem é produtor e sabe o quanto é difícil esse cultivo, dar-lhe aqui os parabéns aos olivicultores, produtores de azeite da nossa região pelo excelente resultado que têm conseguido nos últimos tempos. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal

A Mesa não regista nenhuma inscrição para o Período de Antes da Ordem do Dia. Desta vez nesta última Assembleia do ano registamos um número reduzido, de maneira que eu alertava os Srs. Deputados para a oportunidade de se inscreverem neste período que não está ainda totalmente atingido, se o pretenderem fazer.

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):

Sr. Presidente da Assembleia, só para prestar um esclarecimento, até porque me foi pedido na sequência da intervenção do Deputado Luís Sousa. Eu não falei em transferência da sede. A preocupação do Grupo Municipal do PSD é que com esta nomeação do novo Director Regional, o centro de decisão passe de Mirandela para Braga. Foram nomeados já, quer o Director Regional, quer o adjunto, são homens fortes de Braga, nós sabemos que Braga também é uma autarquia do Partido Socialista, é uma antiga reivindicação do Partido Socialista de Braga, que a sede se localizasse lá e no fundo é jogar na antecipação e que esta nomeação não inverta aquilo que foi uma opção estratégica e política do Governo em 2007.

Deputado Municipal Jorge Costa (PS):

Bom dia Sr. Presidente da Assembleia, respectiva Mesa, Presidente do Município e Vereação e todos os Colegas, Público e Comunicação Social.

O motivo que me traz aqui é a moção aqui proposta pelo Grupo Municipal do PSD. Relativamente a esta questão, o Partido Socialista tinha também em mente apresentar uma moção, manifestando precisamente as preocupações que o Grupo Municipal do PSD apresenta nesta moção.

Desde que o Director foi ocupar outras funções de relevo para Lisboa, desde logo o Partido Socialista ficou apreensivo. Ficou apreensivo na medida em que pensamos que deveria ter sido logo de imediato nomeado outro director que salvaguardasse também os interesses deste concelho e da região. Desde logo quero com isto dizer que fosse nomeada uma pessoa da confiança dos transmontanos e alguém que nos inspirasse que seria um acérrimo defensor, não só dos interesses mas de uma coisa que é legítima e pela qual se desenvolveu uma grande luta política com a intervenção de todos, que seria a manutenção da sede da Direcção Regional em Mirandela.

Pensamos que ocorreu um hiato de tempo demasiado longo que se permitiu a especulações, permitiu-se alguns medos até dos próprios trabalhadores, penso que todo este processo não foi bem conduzido pelo Ministro.

Não foi bem conduzido e acabou mal. Não se percebe porque é que nomeia alguém apenas por um período de dois, três meses. Não entendemos isto, nós próprios já tentámos perceber, mas não sabemos.

Por um lado, o facto de ter sido por este tempo, julgamos que também nos deixa algum espaço político a todos, para que possa haver uma inversão nesta situação e nomear alguém em quem sintamos confiança.

Comungamos destas preocupações e também aqui é importante dizer que havia um elemento da direcção, a Dr.ª Júlia, que todos conhecemos e reconhecido por todos a desenvolver um bom trabalho e perante o facto da nomeação de alguém de Braga, penso que a Dr.ª Júlia teve uma atitude digna, responsável e pressentindo também que esse risco é latente, esse risco é grande, de poder haver um gradual esvaziamento dos serviços que possam conduzir no futuro à mudança da sede, penso que ele teve uma atitude muito digna, tendo pedido a demissão.

Perante isto, nós também estamos preocupados, o Partido Socialista, porque está a desenvolver os seus esforços para que possa haver uma inversão em tudo isto e queremos dizer que comungamos desta preocupação manifestada aqui nesta moção que vai ser apresentada e apenas para sugerir, evitando que houvesse mais moções, que se o grupo parlamentar quisesse apresentar em nome da Assembleia, julgo que irá haver unanimidade nesta questão, sugerir-lhe se quisesse apresentar em nome da Assembleia Municipal.

De todo o modo nós iremos votar essa moção e era esta a sugestão que fazia. Muito obrigado.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Vão-me desculpar, mas é só uma pergunta muito simples à Mesa. É que eu ao receber a indicação da correspondência recebida e emitida e depois de ouvir o Sr. Secretário da Mesa, não ouvi que foi enviado a quem quer que fosse a última moção da Assembleia Extraordinária sobre os Presidentes de Junta não fazerem parte da eleição para a Assembleia e eu gostava de saber se foi enviada. Não percebi bem.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

O que se passa é o seguinte: como bem sabe, a última Assembleia Municipal a esse nível foi um tanto ao quanto conturbada. O que eu pedi à D. Natividade é que ela fizesse a transcrição das cassetes para o texto no sentido de encontrar ali um texto que fosse (na minha opinião) tradutor da vontade da Assembleia e isso ainda não foi feito mas será enviado quanto antes. Aliás, essa questão foi apresentada pelo grupo Municipal do PSD e do CDS/PP e não teria sentido nenhum não enviar essa, assim como outras.

Nós respeitamos as decisões desta Assembleia e logo que haja o texto consensual mínimo, será enviado, tal como foi decidido nesta Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não registamos mais nenhum pedido de intervenção e antes de dar a palavra ao Sr. Presidente para qualquer comentário ou informação ou qualquer apontamento que se julgue útil e oportuno, eu queria informar o Sr. Deputado Luís Sousa do seguinte:

Tem sido preocupação da Mesa em relação à colaboração e ao apoio que recebe do Executivo de melhorar as condições da nossa Assembleia, melhorar não só no aspecto do seu conforto, da sua funcionalidade, do apoio por parte dos funcionários e eu julgo que isso tem sido alcançado com bastante êxito.

É claro que eu compreendo que as questões de comodidade no que respeita ao alcance da funcionalidade dos Srs. Deputados não ter bancada, não ter mesa, elas decorrem da própria arquitectura desta casa que foi aproveitada. Tomara-mos nós termos já um imóvel com todas essas benfeitorias, oxalá que estejamos vivos quando tudo isso acontecer.

Queria também dizer-lhe que, no que respeita ao sítio da informática, a Assembleia tem um site já há muito tempo, que funciona e julgo que tem sido um estímulo e um abrir de caminho para os seus Deputados. Eu próprio estou agora também a percorrer esses primeiros passos, a devotar na informática e com algum êxito pessoal. De qualquer modo, no que respeita ao aparcamento das nossas viaturas, a minha opinião pessoal é a seguinte: enfim, temos que ter em conta a geografia urbana, o arranjo dos aparcamentos dos espaços envolventes a este Auditório onde funciona a nossa Assembleia Municipal. A Assembleia também funciona mês sim e mês não e, portanto, com algum esforço repartido entre desejada comodidade e o esforço que temos de fazer de deputados, penso que vamos conseguir alguma coisa.

De qualquer maneira a Mesa está receptiva às questões que lhe queiram apresentar.

Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra, se faz favor, se o pretender.

Presidente da Câmara Municipal:

Muito obrigado Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, queria desejar as boas-festas a todos, aos críticos e aos não críticos, aos que fazem críticas e aos que não fazem críticas, sem recados. Não digo boas-festas e depois dou recado. Não gosto de recados e dou as boas-festas a todos e um Ano de 2009 cheio de sucessos para todos.

Outra questão é que comungo das preocupações e vou dividir a minha intervenção rápida em dois pontos:

Comungo das preocupações aqui expressas pelo Sr. Garrido (acho que me envergonho, às vezes, dos deputados serem desta terra, do meu próprio partido (não falo dos outros, cada um fala dos seus), sobre essas preocupações que enunciou e que nós todos os dias discutimos aqui.

Das preocupações da Dr.ª Elina Fraga sobre a Direcção Regional da Agricultura e que o Jorge Costa veio reforçar, apenas me apetece dizer que quase que parece que foi o PSD que nomeou o quadro de Braga, não, foi o Partido Socialista que nomeou, o Governo ainda é do Partido Socialista, e foi ele que nomeou o quadro de Braga para a Direcção Regional de Agricultura.

Depois também as preocupações do Professor Luís Sousa sobre nomeadamente a questão do estacionamento. Nós tomamos uma decisão e abrimos a porta da residência que temos aqui ao lado, que tem um estacionamento que cabem mais de 50 carros. Nos dias da assembleia pode ficar aberto para que os membros da Assembleia Municipal que têm carros possam colocá-los lá dentro. É aqui perto, são apenas 100 metros daqui.

Em relação ao modelo da Assembleia Municipal, eu espero que não demore tanto tempo. Dentro de um ano o Salão Nobre da Câmara Municipal do edifício dos Távoras estará pronta exclusivamente para cerimónias e para a Assembleia Municipal. As obras que lá decorrem apenas têm o objectivo de transformar aquele edifício num centro para a Presidência e apoio à Presidência e estes órgãos, nomeadamente a Assembleia Municipal, que depois também sirva para Conferências de Imprensa e outro tipo de situações. O Salão Nobre vai responder a essas necessidades.

Depois da comunhão destas preocupações, duas respostas simples. Às duas intervenções que foram colocadas aqui em termos de perguntas.

A primeira sobre o Deputado Maximino Monteiro. Eu já tinha dito, se calhar mal, nalguma altura, que sobre as Aguiéiras, ou sobre as necessidades das Aguiéiras, eu já não respondia mais ao Sr. Deputado porque tínhamos aqui tido uma discussão sobre essa matéria e às vezes as informações que traz, por não estar lá permanentemente, não correspondem à realidade e eu vou-lhe dizer porquê. Embora eu ache que não diz isso por mal, alguém lhas transmite. Por exemplo, eu estive na capela nesse dia que diz que eu não estive, vi o seu carro parado ao pé do meu, que pensei que lá ia ter comigo. Pedi as chaves ao Sr. Bento para ir à Capela e pensei que isso não lhe tivesse passado despercebido. Sinceramente, pensei até, com a devoção que tem e no seu interesse no acesso à capela da Sr.ª do Monte, pensei que não lhe tivesse passado despercebido até porque iam 4 ou 5 carros e eu também estava incluído num deles. Acredito que essa mensagem não tivesse passado mas eu aproveitei para lhe dizer que estive.

Estive com essa gente toda, que pode testemunhar, principalmente até quem está perto da capela. O Sr. Bento até pode dizer que foi buscar a chave para me mostrar a capela. Sobre essa questão é para lhe dizer que estive.

Também para lhe dizer que na Câmara ninguém mente. O tempo do almanaque já não é o que existe agora. Agora já não há almanaques, as pessoas já têm outros meios, outros instrumentos de orientação e se calhar o Sr. Dr. ainda pensa que está no tempo do almanaque, por isso vem com algumas questões sobre essa matéria.

E para lhe dizer que na entrada das Aguiéiras, nomeadamente no Bairro do Chalé, na entrada do lado direito, existem 500 metros de calçada feitos e feitos já durante este mandato da Câmara Municipal.

Não é tudo nos Chairos, não é tudo aquilo que quer, é evidente, não é tudo o que precisa, é natural, mas que existem lá existem e, portanto, o tal almanaque, vulgo "Agenda", não diz mentiras. É verdade, está lá, toda a gente pode comprovar do lado direito da entrada, são 500 metros de calçada feitos no local.

Estas questões em termos de resposta têm que ser com toda a clareza dadas.

Eu se fosse habitante das Aguiéiras, pensava de facto, reflectia ao longo destes anos todos, porque o Sr. Dr. traz tantas preocupações da sua freguesia e legítimas e necessidades, que se elas fossem verdadeiras, isto é se correspondessem aos anseios daquela gente, o Sr. merecia muitos mais votos do que aqueles que lá tem tido.

Normalmente transmitem aquilo que as populações sentem, devem ser recompensados por isso, portanto aqui alguma coisa falha. Ou o que o Sr. Dr. transmite não é o que a população sente ou então a população não reconhece o papel que o Sr. tem aqui e prefere reconhecê-lo àquelas entidades que ao fim e ao cabo o Sr. Dr. diz que não defendem os interesses da respectiva freguesia.

Os dados estão à mostra, são próximos, ainda foram há pouco tempo, repetem-se sistematicamente.

Em relação ao Deputado Rui Sá, devo dizer-lhe que a questão da retaliação que referiu deve ser de eu responder ou de concordar ou discordar. Há um princípio que todos sabem: é que só há problemas onde há obras. Vamos lá também ter a noção disto. Onde não há obras não há problemas. Para haver problemas tem que haver obras.

Outra situação diferente e nós conhecemos as situações todas, é que nem sempre os empreiteiros cumprem, mesmo com fiscalização. Às vezes as coisas não correm como nós desejamos porque as obras têm dificuldades próprias. É preciso ver que estamos a falar numa obra de reposição. Não é uma calçada nova, que às vezes é mais fácil de fazer. Trata-se de uma obra que custa cerca de 400 mil Euros. O importante são os resultados e que as populações fiquem. É natural que existam falhas que têm que ser corrigidas.

O que é importante dizer é que só há problemas onde há obras, onde não existem obras, também não existem problemas.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Antes de mais, eu queria fazer uma correcção, porque não é meu hábito não me dirigir à Mesa da Assembleia, à Câmara e aos meus ilustres colegas Deputados e por isso eu registo aqui a minha omissão de não me ter dirigido ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e aos Srs. Secretários, aos meus distintos colegas da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara e às Senhoras Vereadoras e aos Senhores Vereadores, a quem aproveito para desejar a todos um feliz Natal e um Ano Novo próspero.

Agora só duas questões para responder ao Sr. Presidente da Câmara.

O Sr. Presidente da Câmara pensa que eu venho às Aguieiras de ano a ano mas estou nas Aguieiras de 15 em 15 dias. Tenho lá uma casa das mais típicas do concelho, tenho propriedades, sei podar, sei fazer todos esses trabalhos agrícolas, monto em cima de um tractor e lavro, faço tudo isso e conheço isto e não preciso que ninguém me informe.

O que se lamenta nas Aguieiras é que não exista a mesma relação que existe em Vale de Gouvinhas. Foi com muito agrado que eu vi agora à entrada, aqui, antes da Assembleia, o Sr. Presidente da Junta de Vale de Gouvinhas conversando animadamente sobre problemas da terra, com o Sr. Vereador de Vale de Gouvinhas. Isto é muito agradável mas não é isto que existe nas Aguieiras.

Por razões que desconheço, eu cheguei a uma fase da vida que só me ofende quem quer, também não tenho esse tipo de relações porque ninguém mas pediu.

Entendia que se assim fosse muitos destes problemas se teriam evitado, mas andamos aqui numa situação extraordinariamente desagradável e eu nisso continuo a repetir, quando houver problemas levanto-os aqui, quer o Sr. Presidente goste, quer não goste.

Quanto à questão dos votos, a gente já sabe como é. Eu também confronto o Sr. Presidente da Câmara com o que se passou na Torre porque também aí não tem com certeza resposta e na Torre não houve o caciquismo que há na freguesia das Aguieiras, é preciso também dizer isto aqui.

Perante este quadro, eu queria que o Sr. Presidente da Câmara entendesse que ninguém me dá informações. Eu próprio vejo com os meus próprios olhos. Ontem peguei na caçadeira e dei uma volta à freguesia. Ia para ver se via os tordos mas a verdade é que não encontrei lá nada das tais obras.

É isto Sr. Presidente que eu lhe quero deixar aqui como mensagem. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também. O Sr. Deputado quer interpelar a Mesa, faz favor.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Sr. Presidente, só para um esclarecimento. De facto eu também consultei já várias vezes o site da Câmara. A Assembleia Municipal tem uma página nesse site mas não é um site próprio e nós não temos um E-Mail institucional. Se me está a dizer que está disponível, eu gostaria de avançar então com um pedido, gostava de ter esse E-Mail institucional e gostava de ter uma página para colocar o meu perfil enquanto deputado, para que os meus eleitores também me conhecessem um pouco melhor. Obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

De facto isso é uma propositura que nós já havíamos registado, de fazer um pequeno perfil biográfico de cada um dos deputados municipais, ainda há pouco falávamos com o Rui Magalhães sobre esse aspecto e naturalmente nós depois vamos fazer o pedido dessa pequena síntese biográfica a cada um dos Srs. Deputados, ao Sr. Presidente da Junta, etc. etc.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Se me permitem só para completar. Esse E-Mail está lá no site da Câmara na sub-pasta da Assembleia Municipal e aproveito para dizer que é o amm@cm-mirandela.pt. Isso é um E-Mail. Penso que para o efeito será suficiente.

Ponto 4.1 – Apreciação da Informação do Senhor Presidente da CMM:

Presidente da Assembleia Municipal:

Apreciação da Informação do Sr. Presidente da Câmara. Sr. Presidente da Câmara quer usar da palavra?

Presidente da Câmara Municipal:

Eu só aproveito este ponto, que não quis responder, só para dizer que se eu tivesse nascido na Torre D. Chama sentir-me-ia de facto como o Sr. Dr. Maximino acabou de dizer, agora eu como não nasci lá, se eu perdesse na minha terra sentia-me mal.

Ponto 4.2 – C.M.M. - Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2009:

Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 03 de Dezembro de 2008 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO - A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 3 votos contra dos membros do CDS/PP e 4 votos a favor dos membros do PSD:

1 – Aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal para 2009;

2 – Aprovar o pedido de autorização genérica para delegação de competências nas Juntas de Freguesia nos termos do art.º 66º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, sempre que este procedimento contribua para melhorar a eficácia no cumprimento dos objectivos definidos;

3 – Aprovar o pedido de autorização genérica para contracção de Empréstimo a Curto Prazo nos termos do n.º 7 do art.º 38º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro;

4 – Submeter esta proposta à aprovação da Assembleia Municipal.”

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Sr. Presidente da Mesa muito bom dia, Sr, Presidente do Executivo e Srs. Vereadores muito bom dia, Srs. Deputados Municipais bom dia, desejo a todos um bom Natal e um ano 2009 cheio de saúde. Antes de começar a minha intervenção sobre o Plano, eu gostava de dizer ao Sr. Dr. Maximino, o seguinte:

Eu sou PSD desde a primeira hora e queria-lhe lembrar uma coisa. Sabe que o seu partido para fazer lista nas Aguieiras teve que vir buscar gente a Mirandela e gente totalmente desconhecida? Repare que na Torre D. Chama é evidente que ganhou o vosso candidato.

Ó Sr. Presidente, eu tinha que responder, porque quem não se ofende não é pessoa de boa gente, as pessoas chegam aqui, dizem o que querem...e depois...

Presidente da Assembleia Municipal:

Não Sr. Deputado, somos todos boa gente os que aqui estamos, o que interessa é respeitar o Regimento, porque o Ponto 4.2 vai tratar do Orçamento e o Sr. Deputado teve a oportunidade de o pôr no Período antes da Ordem do Dia. Peço desculpa, mas as coisas são como são...

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Desculpe Sr. Presidente, se alguém não cumpre o Regimento é o Sr. Presidente, porque no Período Antes da Ordem do Dia não há pedidos ao Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Presidente deixa-os fazer e deixa-os responder.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. Deputado, eu agradecia que essas questões fossem postas em local próprio e não no decurso da Assembleia. Eu próprio e o Sr. Secretário comentávamos exactamente há minutos esse aspecto porque tem sido tradição e rotina desta Assembleia, embora não respeite o Regimento, portanto V.Ex.ª não está a dar nenhuma explicação, nem está a dar novidade e eu tenho o maior prazer em comunicar abertamente a esta Assembleia que nós comentávamos isso da Mesa, não respeita o Regimento, mas tem sido tradição que todos têm acedido a ela e a Mesa num aspecto de tolerância e compreensão tem feito assim.

Agora não me queira dizer que a Mesa não tem toda a razão dizendo que estamos num ponto específico importante de discussão do orçamento e V.Ex.ª utilizou-o para entrar num período atrasado.

Eu considero este ponto ultrapassado e pedia-lhe o obséquio de tomar a palavra no que respeita ao assunto.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Sr. Presidente, eu não quero dar lições, aliás o Sr. Presidente admitiu que não cumpre o Regimento.

Presidente da Assembleia Municipal:

Isso é opinião do Sr. Presidente, não é nossa e não é com certeza a da maioria. Faça o favor, se quiser cumprir o Regimento.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO 2009

As grandes opções do Plano e Orçamento para 2009, são apresentadas este ano de uma maneira simples e eficaz.

2009. Simples porque mesmo numa leitura transversal, qualquer leitor fica a conhecer o que se pretende executar em

Eficaz, porque numa leitura mais atenta, sabemos o que este executivo vai realizar, aonde e quando, tendo o cuidado de calendarizar esses investimentos até 2013, o que prova a sua confiança no voto dos eleitores em 2009.

Por outro lado, tornou mais difícil o papel a quem na A. Municipal queira defender ou criticar o referido Plano.

Os parabéns da bancada do PSD ao autor ou autores de tal documento.

O tempo das grandes infra-estruturas, está concluído, agora temos a sua manutenção e reparação necessárias ao seu bom desempenho.

O executivo compreendeu e partiu para outros objectivos, que irão aproveitar essas infra-estruturas e aumentar a qualidade de vida dos seus munícipes.

Um Plano e Orçamento é um conjunto de intenções que se pretendem executar, mas que dependem de vários factores. Algumas são executadas, outras são preparadas e outras são adiadas por várias razões.

Um Plano tem que ser acima de tudo, realista, equacionar prioridades e que contenha também alguma dose de sonho. ***O homem que não sonha é um homem calculista, frio, não vive a vida, vegeta.***

Este Plano traça objectivos e define uma estratégia para os atingir, apontando algumas linhas de acção como criar uma **Mirandela Sustentável, Inovadora, Solidária, Criativa e Cooperante.**

Sustentável

Melhorando as acessibilidades e mobilidades quer urbanas quer rurais, criando zonas pedonais, eliminar barreiras arquitectónicas, criação da ligação entre a Av. 25 de Abril à rua do Tanque, ligação do Parque do Império/ envolvente da CP / Reginorde e do Bairro de S. Francisco à Reginorde;

Recuperação e qualificação urbanística da rua e Av. Das Amoreiras;

Reabilitação da sede da Junta de Freguesia e do espaço envolvente;

Recuperação e qualificação do largo Dr. Álvaro Soares;

Construção de estacionamento público, melhorias na rede viária municipal, concessão de transportes urbanos e a criação de uma rede de transportes intra-concelhos;

Continuação de construção e manutenção de saneamentos e Etar's.

Inovadora

Continuar o projecto do Terra Olea, bem como implantar o Centro Tecnológico do Azeite;

Recuperar edifícios e espaços para a instalação de novas actividades como seja o miradouro Mirar Mirandela, edifício da Câmara Municipal e instalação de um Centro de Ciência Viva;

Criação do gabinete de apoio ao comércio tradicional;

Criação da área de localização industrial.

Solidária

Qualificação e modernização dos serviços de interesse colectivo, como a instalação dos serviços de apoio e atendimento da Santa Casa;

Instalação do centro de actividades sénior "Casa dos Pessanhas " e da Instalação do Centro Social Nossa Senhora da Encarnação;

Construção de habitação Social e do reforço da rede de Lares;

Construção de um novo Centro Escolar e reforço do investimento em recursos humanos e apoio;

Reabilitação da Sede do Sport Clube de Mirandela para instalar um centro de actividades náuticas;

Criativa

Reabilitação e valorização do Paço dos Távoras;

Recuperação e valorização da muralha D. Dinis e da Ponte Velha;

Continuidade do projecto de inventariação do património;

Dinamização e modernização do Complexo Cultural;

Recuperação da antiga estação de caminho de ferro para instalação da "Casa das Artes" (Esproarte);

Refuncionalização do edifício da Sede da Associação dos Socorros Mútuos dos Artistas Mirandelenses, para instalação da Academia de Música;

Reabilitação de 2 escolas primárias para instalação da Casa das Artes e dos Ofício da Vila.

Cooperante

Promovendo a cooperação local, regional, nacional e internacional, estabelecendo vários protocolos de cooperação entre a Câmara, entidades públicas, Associações e Empresas;

Promover a participação activa e permanente dos agentes locais, os líderes de opinião e de uma parte significativa da população;

O desenvolvimento para ter sucesso, num meio onde são grandes as resistências à mudança e à inovação é preciso que elas sejam compreendidas e participadas por uma grande parte da população a quem, afinal, se destinam.

Se é verdade que este documento, mudou para melhor, a intervenção do Sr. vereador da Oposição também mudou no estilo e reconhece implicitamente que este executivo fez um bom mandato, sem no entanto deixar no ar algumas meias verdades, pois o populismo e a demagogia turbam-lhe a visão da realidade.

Na primeira parte o Sr. vereador apoia certas decisões, tem dúvidas em algumas, não concorda com outras e deixa ideias sobre outras. Tudo isto é normal para quem está na oposição.

Votaram contra, também é normal. O que não é normal é justificar-se um voto contra a um Plano de Actividades, com argumentos de uma declaração de voto ao Relatório de Actividades que ainda não foi apresentado.

A demagogia, o populismo e a desonestidade intelectual vieram ao cimo. Há coisas que só se modificam com o passar dos tempos.

A oposição votou sempre contra os Planos de actividades e assim na próxima campanha, podem escrever em cartazes: **nós não temos nada haver com o desenvolvimento do concelho de Mirandela, fomos sempre contra as obras projectadas e executadas durante estes 4 anos.**

Sejam coerentes com as posições que sempre tomaram.

Mas, mesmo esta declaração de voto, merece alguns reparos por parte do grupo parlamentar do PSD, não só pelas meias verdades como também pela maneira hábil de querer baralhar os outros:

1- O Sr. vereador refere: "A Câmara de Mirandela tornou-se a pior pagadora do Distrito"

Fale com os empreiteiros e eles explicam-lhe, como é que as outras Câmaras fazem em relação aos autos que entram nos serviços. Em Mirandela depois de devidamente tratados são calendarizados para pagamento, e assim podem eles contraírem empréstimos nos bancos. Em outras Câmaras são guardados nas prateleiras e só são tratados quando têm dinheiro. É natural, que deste modo, o tempo decorrido entre aprovação e pagamento seja menor. Como vê há uma maneira de encurtar esse tempo. Nem tudo o que parece é.

2- Pergunta ao Sr. Vereador Dr. Maçaira *"se estes orçamentos, diferem em muito daqueles, que eles consideram como irrealista e pouco inteligível"*

O Sr. vereador alguma vez, teve a curiosidade de ler esses orçamentos? No tempo do Dr. Gama era tudo em grande, se havia orçamentos inflacionados foi no seu tempo. Até se faziam obras que nem em plano estavam. Até se faziam acordos verbais que depois não apareciam escritos. Outros tiveram que pagar isso. E, vamos ficar por aqui, a sua memória merece-me respeito.

3- "O propósito é evidente, em 2009, há eleições e durante estes últimos três anos, pouco se avançou, para permitir que no próximo ano Mirandela vire estaleiro"

Afinal, há ou não obras no Plano de Actividades? Se vira estaleiro é porque vai haver obras. Que grande confusão vai na sua cabeça.

Refere que nos anos anteriores não houve. Por onde andou em 2008? Olhe que os munícipes 3 viram e apreciaram essas obras. Será que não aprecia obras que não sejam da sua autoria?

4- "Para 2008 previa-se inicialmente uma receita. Actualmente e na sequência de várias modificações orçamentais a previsão inicial voltou a aumentar para 2008"

Ao fim de 3 anos de mandato o Sr. vereador ainda não percebeu que as modificações orçamentais não alteram os totais já aprovados. Elas podem é retirar de uma rubrica para outra, mas os totais mantêm-se.

5- "Refere que se perderam cerca de 380.000 euros, que estavam garantidos para o financiamento da empreitada do Museu do Azeite. Temos dificuldades visíveis na captação de fundos comunitários, e quando os temos, deitamo-los fora."

Isto é pura demagogia ou então má fé. O Sr. Vereador conhece o processo. O 1.º empreiteiro faliu, os tribunais resolvem as coisas com a rapidez que nós conhecemos, é normal ter perdido a comparticipação para esta obra. Mas o Sr. Vereador omitiu que já se fez novo concurso, a quem foi entregue, que a obra vai ser feita e nada nos garante que ela não possa entrar numa nova candidatura.

Perdeu-se esta, mas foram-se buscar 3.500.000 euros para obras que não estavam comparticipadas e que outros municípios não tiveram poder económico para irem buscar.

Afinal quem é que lucrou com o financiamento?

O Sr. Vereador tinha esta informação ou ocultou-a?

6- "Não se vendeu terrenos, habitações e edifícios"

Ainda bem, a autarquia ficou com o património. Vender ao desbarato só para fazer dinheiro é um mau negócio. Esses tempos já passaram.

7- "Na sua conclusão refere obras concluídas, em execução, obras por cumprir."

Com esta descrição concluímos que pouco falta para o executivo em permanência completar aquilo que prometeu para este mandato, é a confirmação pessoal da derrota da oposição;

Complexo Desportivo: O Sr. Vereador desconhece que o Estádio de S. Sebastião é propriedade do Clube? Eles podem fazer o que quiserem. A Autarquia não pode nem deve interferir nesses negócios. Mas eu vou tranquilizar o Sr. Vereador, o Estádio não é vendido e o Complexo Desportivo começa em 2009.

Pergunta se o terreno das habitações Sociais está todo pago. Foi pago e tem menos 5.000m² daquilo que tem na certidão de teor. O que o executivo não quer é comprar o outro terreno, que alguém pressiona para que isso aconteça. Não acredito que o Sr. Vereador desconhecia isto.

Pavilhão Desportivo: o Sr. Vereador sabe também como eu que a direcção do CTM e o seu Presidente já o disse em público, que se entendeu com o executivo em transformar o Pavilhão da Reginorde num Pavilhão para o CTM.

Desta declaração de voto podemos facilmente tirar três conclusões:

Não tinha argumentos para votarem contra o Plano de Actividades e Orçamento para 2009.

2. Renderam-se à grande capacidade de execução e programação deste executivo em permanência.

3. Em 2009 os eleitores saberão distinguir entre quem fez daqueles que tudo fizeram para impedir o progresso do nosso concelho.

O Grupo parlamentar do PSD está de acordo com este Plano de Actividades e Orçamento para 2009 e como tal vai votar favoravelmente.

Muito obrigado pela atenção.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

O Sr. Deputado Dinis sempre nos tem habituado a este tipo de apologia...

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. Deputado, peço desculpa de o interromper, faça o favor, a Mesa está aqui por trás da sua pessoa e chamava a atenção para se restringir efectivamente e objectivamente ao Ponto 4.2.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, eu tenho aqui a intervenção para fazer sobre o Orçamento, designadamente a declaração de voto do CDS/PP.

Mas de qualquer modo, relacionado com o Orçamento e com a intervenção que o Sr. Deputado acabou de fazer, eu tenho que lhe dizer o seguinte:

O Sr. sempre nos tem habituado a este tipo de apologia dos orçamentos da Câmara. Aliás não é de esperar outra coisa, até parece que está noutra planeta. O Sr. Deputado não acompanha a crise mundial em geral e a crise nacional em particular.

O que vem para aí é um dilúvio, não sei se já se apercebeu disso. Esquece-se que a crise vai afectar pessoas, as sociedades e tosa a sociedade civil.

Fala-se aí em coisas muito sérias, a título de exemplo: as empresas com contas caucionadas estão a ser convidadas a pagar essas contas. Algumas dizem assim, levem o património. O panorama que vem por aí é terrível, ainda não se conhece tudo. O Governo já tomou uma medida para funcionários públicos, uma medida de emergência "Mil Euros de empréstimo através da Caixa Geral de Depósitos." Este é o panorama.

Esteve a falar agora aqui numa situação que parece que estamos a nadar em dinheiro. A Câmara não vai fugir a essa regra. Onde é que está a receita depois para cobrir essas despesas? Se não houver receita não há despesa. Isto é um orçamento de intenções. Aliás o próprio Governo vai ter esse problema, não sei quantas rectificações irão ter de fazer.

O panorama é realmente este, não queira que a oposição fale a sua linguagem. A oposição tem os pés assentes na terra e é extraordinariamente desagradável que faça este ataque ao Vereador da oposição e nós estamos também incluídos nisso. Na verdade a oposição não pode falar a sua linguagem, por outro lado tem outra realidade que o Sr. não tem, parece-me que o Sr. está a pensar alguma coisa muito boa, mas não é nada disso, o panorama é muito triste.

Tenho que vos dizer, todos nós temos acesso à informação, mas eu, naturalmente, ando um pouco por dentro dessas coisas por lidar com muitos empresários, por lidar com muita gente na área de Lisboa e sabemos o que é que se passa por aí fora e o interior não foge a essa regra, bem pelo contrário. As dificuldades cá em cima ainda vão ser piores com certeza. Oxalá que assim não seja, mas prevejo maus dias para muitas empresas, para muitas coisas. Esta é a realidade.

E sobre isto eu queria dizer qual é a nossa posição.

A Câmara volta a apresentar-nos o Orçamento e o Plano nos moldes habituais. Este ano até numa forma bem diferente porque em vez de ser aquele calhamaço de papel, reduziu. Eu acho muito bem e felicito as pessoas que estiveram por trás da elaboração.

Os planos que lá estão, Sr. Deputado, eu até esfregaria as mãos de contente se fosse verdade que se cumprisse aquilo, mas não. Nós temos o panorama do ano passado, cobraram-se – depois do orçamento corrigido – duma receita de 45.135.000,00 Euros, cobraram-se 18 milhões de Euros.

Isto é como em nossa casa: se temos 10 não podemos gastar 20. Claro que há muita gente hoje que gasta e depois temos aí o resultado das famílias endividadas. Mas à boa maneira antiga, com essa bonita idade que o Sr. Deputado tem e eu também, nós temos que fazer o nosso orçamento da nossa despesa de acordo com a nossa receita, claro que pomos e prevemos por vezes receitas, às vezes muito elevadas, mas depois a concretização é nós pormos lá que vamos cobrar 10 e depois cobramos 1. Fazemos um plano para 10 de despesa, cobramos 1 e eu pergunto: como é que se cobra a despesa? Não há hipótese.

Eu até tinha feito um pequeno apontamento:

“Com efeito a Câmara previu para 2008 uma receita de 41.980,000,00 Euros. Depois de algumas correcções foi fixado o valor corrigido em 45.135.000,00 Euros. Desta receita foi coberta até 31 de Outubro, ou até 17 de Novembro, 17 milhões e pouco mais de Euros, para uma previsão de receita de 45 milhões.”

Cobrou-se 30% da receita prevista. Como é que o Sr. Presidente da Câmara pode concretizar depois os projectos que tem? Não há hipótese, temos que ser realistas.

Não é correcta a receita que se pretende inscrever no Orçamento, os números são os que lá se põem e esta situação é tanto mais grave, quanto é certo que se avizinham dias maus para a economia portuguesa em geral e no interior em particular.

Teremos que ser realistas evitando demagogias, temos que falar verdade. Não se pode prometer o céu a quem tem pecados, não se pode prometer obras, se sabemos desde já que não haverá receita hoje para as pagar e aqui não vale a pena estar a fazer promessas num ano em que haverá eleições para captar votos, estou-me a cingir à linguagem do Sr. Deputado Dinis.

É evidente que era muito agradável que o Sr. Presidente da Câmara dispusesse uma previsão muito boa e que viesse eventualmente a concretizar-se, para poder executar obras e num ano de eleições até era muito agradável, mas isto não vai ser assim, apesar de estar inscrito no orçamento, a realidade vai ser bem diferente e nós cá estaremos para depois tirarmos as nossas conclusões.

Em relação à despesa, está prevista uma despesa corrente de capital de 42.739.000,00 Euros, é o problema, se a previsão é 18 milhões de receita, a despesa não há hipótese de ser paga. Se a receita cobrada foi 18 milhões em 2008, a tendência para 2009 será diminuir a receita e consequentemente a receita para além daquele valor não se poderá efectuar.

Se cobraram o ano passado que não estávamos ainda com a crise em cima 18 milhões de Euros, eu pergunto, em relação a este ano, não vamos cobrar com certeza essa receita.

Esta é a realidade, temos que ter os pés assentes, as famílias, as sociedades estão todas a precaver-se contra os maus dias que para aí vêm.

Se é certo que temos que concordar com a qualidade da elaboração técnica do Orçamento e Plano, este ano mais reduzido, já não estamos de acordo com os fundamentos da elaboração do orçamento.

E é por todos estes motivos que não é esta a nossa política, temos que falar verdade aos nossos eleitores e como nós não estamos com este problema de termos que depois dar alguma satisfação aos nossos eleitores, dizendo-lhes que aprovámos um Orçamento que não corresponde à realidade, o CDS/PP não pode tomar esta posição e ao contrário do que o PSD vai fazer, nós vamos votar contra. Muito obrigado.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Natal é quando o homem quiser e a mulher deixar, isto parece que é um funeral e não é.

Relativamente ao Plano e Orçamento para este ano, eu sempre que aqui venho, digo, porque não me posso calar, a culpa não é tanto do Executivo, que foi o Governo que criou a Lei e as Assembleias Municipais não podem alterar os Planos e Orçamentos.

Este é o Orçamento do Executivo, quem o apoia vota a favor e os outros é normal, não estarem de acordo ou estarem.

Eu, por exemplo, há algumas coisas que estou de acordo como, por exemplo, a passagem de cerca de 50 trabalhadores do contrato a termo resolutivo para o tempo indeterminado. Acho que é favorável porque as pessoas deixam de ficar com a espada na cabeça e passam a ter um tempo indeterminado. Acho isso positivo mas não quer dizer que haja as outras actividades que o Executivo apresenta, que não sejam positivas.

Também é verdade que este é o Orçamento do Executivo, não é o nosso.

Nós por exemplo fariamos diferente na questão dos subsídios às instituições. Temos algumas dúvidas nalgumas instituições e do montante que recebem.

Temos algumas dúvidas da forma como é gerido este dinheiro no Plano e Orçamento relativamente às Juntas de Freguesia. Praticamente ninguém sabe o que é que as Juntas de Freguesia vão receber, depois logo se vê ao longo do ano em função do que elas pedirem. À partida, as Juntas de Freguesia quando querem fazer um Plano e Orçamento também não sabem muito bem o que hão-de fazer, não sabem o que é que lhes toca. Também acho que aqui devia haver uma definição mais clara e não obrigarem os Presidentes de Junta de Freguesia a andarem e não é em sentido pejorativo “andar de chapéu na mão”.

Já agora, eu perguntava, se me podem explicar, o que se passa com as habitações sociais. A informação que eu tenho é que continua em tribunal e o homem diz que não deixa lá pôr máquina nenhuma. Gostava de saber - embora esta informação seja já de alguns dias – em que ponto é que está.

Relativamente à sede do Sport Clube de Mirandela, já há acordo com quem está no restaurante? Também gostava de saber porque fala-se aqui “em alteração da sede do Sport Clube para as coisas náuticas e eu gostava de saber se já se pode mexer, porque aquilo parece que estava um bocado encalacrado

Já agora, eu gostava de perguntar, o acesso a Mirandela, aquele acesso vergonhoso que a gente tem de lá de cima cá baixo, está contemplado, não está? É da responsabilidade da Câmara? Estão à espera de que a A4 depois faça um acesso a Mirandela? Também gostava de saber.

Já há tempos eu apresentei uma proposta. É claro que a gente apresenta as propostas mas o Executivo é que executa e, portanto, atende ou não atende, que é aquilo que eu chamo a casa do aposentado ou reformado, quer dizer, uma casa em que cada vez somos mais aqueles que caminhamos para o limiar da vida, é ter um espaço de convívio, sem ser os armazéns ou sem ser os asilos, enfim, poder conviver com esta gente, sob pena de qualquer dia a gente já nem se conhecer uns aos outros, gostaria dum espaço desses, mas também reconheço que não se pode fazer tudo.

Também gostava de saber se vai ser este ano (próximo) os passeios da Ponte Nova - perdoem-me esta insistência e esta ninharia – se vão ser reparados, porque com o tempo que está, eu já lá dei um tombo de todo o tamanho e aquilo não adianta meter lá só areia quando é necessário, era aquele tipo de piso era bom que fosse alterado. Disse, relativamente ao Plano e Orçamento.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente da Mesa, respectiva Mesa, Sr. Presidente da Câmara, respectiva Vereação, Srs. Deputados, cidadãos de Mirandela aqui presentes, Comunicação Social, a todos Boas Festas, um Bom Ano e um ano sobretudo com saúde, porque com saúde a gente vira-se e vai resolvendo os problemas.

Estamos aqui hoje para tratar das Opções do Plano e Orçamento e a minha primeira palavra vai de parabéns, congratulação, pela primeira vez ver uma tentativa de definição de estratégia e eu vou tentar demonstrar porque é que é uma tentativa de definição de estratégia.

Para tornar as coisas mais fáceis vou seguir a elaboração do Plano.

Desde logo, a primeira observação que se me põe, é que estão definidos os objectivos globais com os quais todos estaremos de acordo, são pacíficos, poderiam ter uma tónica mais acentuada em relação ao emprego, que em todo o Plano e em todo o Orçamento é completamente esquecido, digamos que praticamente não há uma palavra em relação ao emprego, as linhas de acção, como veremos mais à frente são discutidas, o Orçamento é o Orçamento a que estamos habituados, dos 16 mais 25, 16 concretizáveis, 25 de sonho, mas no entanto faltou aqui pôr um chapéu. E o chapéu é aquele a que eu já me referi algumas vezes, que é o que queremos que seja Mirandela 2020.

Há uma tentativa logo na primeira página, quando e muito bem se diz “para dar corpo ao desafio de consolidar a posição de Mirandela no contexto regional. Isto é verdade, só que falta dizer qual é a posição, o que é que queremos como posição de Mirandela no contexto regional, queremos-la voltada para o turismo e então vamos desenvolver todas as linhas de acção nesse sentido.

Queremo-la voltada para uma zona de habitação com qualidade pensando que Bragança e Vila Real estão a 20, 25 minutos, 30 minutos, então vamos desenvolver todos os esforços nesse sentido e vamos pôr o dinheiro nesse sentido.

Queremo-la para uma indústria limpa, então vamos desenvolver todos os esforços nesse sentido.

Queremos criar postos de trabalho através do desenvolvimento económico, então vamos criar uma zona industrial.

Não chega só dizer, defender a posição, mas qual posição? E de facto esta é a grande questão que se coloca a estes GOP's que não está definido e não está pensado e nem tão pouco no orçamento a verba destinada a estudos nesse sentido.

Como disse, os objectivos globais são relativamente pacíficos. Nas linhas de acção eu fico confuso, porque não sei se estas linhas de acção, são linhas de acção definidas por esta Vereação e por este Presidente da Câmara, se são as linhas de acção defendidas pelo potencial candidato, ou pelo putativo candidato e passo a explicar porquê.

A primeira delas é Mirandela sustentável e eu pergunto-me o seguinte: qual é Mirandela sustentável de que falamos, é Mirandela sustentável desta Câmara, deste Presidente da Câmara que fere a legalidade quando lança um concurso para o Centro Escolar de Mirandela, definindo o equipamento como um equipamento dinamizador e não para um espaço urbano consolidado, quando legalmente e quando está definido que um Centro Escolar deve ser instalado num espaço urbano consolidado, ou seja, onde as infra-estruturas estão feitas, onde as casas existem, onde tudo existe e o Centro Escolar é a última coisa que vai fechar essa zona. Isto está definido e assim devia ser.

Se fosse um equipamento dinamizador, era um equipamento que se colocava em determinada zona da cidade, porque pretendíamos que a cidade se expandisse para essa zona. Não é o caso e espantosamente, concorrem, para aqueles que acompanham menos esta questão, mas é uma questão importante de desenvolvimento da cidade, 75 ou 78 ateliers, que recebem um E-Mail a dizer, olhe, afinal já não há nada, o concurso fica sem efeito. Isto é o quê? É ligeireza, é facilitismo, é falta de profissionalismo, são interesses inconfessáveis, o que é isto? Isto é Mirandela sustentável, o respeito pela legalidade?

Por outro lado, eu pergunto-me, quando aqui se diz e diz-se muito bem “melhoria da qualidade visual da paisagem urbana”, de que estamos a falar, do que vamos fazer ou da paisagem urbana que hoje temos, com as urbanizações que entretanto foram aprovadas como aqui já foi dito, com autênticos atentados à natureza e à morfologia do terreno, com muros que parecem muralhas, com movimentação de terras perfeitamente desajustadas, de um lado para o outro, de que estamos a falar? Esta é a questão, por isso é que eu digo, de quem é isto? É do Presidente da Câmara actual, que não se revê com certeza nisto, ou é do potencial candidato? É que com o que aqui está eu até concordo, com o que tem sido feito, eu não concordo, como tenho dito várias vezes, porque grosso modo o que tem sido feito é um desrespeito pela natureza e pela tradição, o que aqui está é o contrário. No que é que vamos acreditar? No que aqui está ou no que tem sido feito?

Mirandela inovadora é outra linha de acção. É uma linha de acção que me deixa preocupado e deixa-me preocupado porquê? Não há uma palavra suponho, para o Agropolo, que era uma menina dos olhos desta Câmara.

O que é dito em relação à zona industrial, digamos que é muito pouco, quando nós pensamos que nesta terra em que é importante a criação de postos de trabalho, deveriam estar permanentemente disponíveis terrenos em zona industrial para que se concretizassem no mais curto espaço de tempo possível as intenções de investimento.

Quando aqui é dito de uma forma simplista "criação da área de localização industrial", eu direi que pouco passa das boas intenções e isso é preocupante e tanto mais preocupante, tendo em conta os dias que passamos e a importância que o emprego tem, que a criação de postos de trabalho, que a realização em curto espaço de tempo, das intenções de investimento que possam existir.

Por outro lado congratulo-me pelo facto de finalmente aparecer aqui uma palavra em relação à construção do novo edifício da Câmara Municipal. É, e começa a ser um pensamento estratégico. Já aqui defendi e continuo a defender que o Palácio dos Távoras deve ser a sala de visitas de Mirandela, para receber quem nos visita e também para fazer dela um museu ou uma exposição permanente ou o quer que seja, deve ser a jóia da coroa, se quiser e todos os serviços da câmara devem ser colocados num edifício e eu direi hoje, num edifício moderno, inteligente e que responda a todas as necessidades do bom funcionamento duma Câmara.

Mas também aqui a minha perplexidade é grande, porque isto é chutado para aqui e aqui o novo edifício da Câmara tem que ser obviamente entendido como um equipamento dinamizador, é um equipamento que vai potenciar o crescimento de Mirandela para determinada zona, é aqui indicado claramente que é para o Miradouro mirar Mirandela. E eu pergunto, foi feito algum estudo? Alguma coisa, um esquiço, um esboço, um levantamento que tenha sido feito, ou é atirado para aqui ... pronto tinha que se atirar para qualquer lado. Viu-se o que é que isto vai provocar em relação à valorização dos terrenos à volta? Os terrenos que há à volta são agrícolas. Se toda esta zona vai ser dinamizada com o novo edifício da Câmara, vai transformar-se em terrenos de habitação. Estamos a falar de valorizações enormes. Isto acautelou-se, pensou-se, ou com um voluntarismo que não é compatível com os dias que passam, pura e simplesmente atirou-se para aqui para a zona de mirar Mirandela acabou.

A minha pergunta e já agora gostava de ser esclarecido sobre isso, é se há algum estudo prévio sobre esta localização.

Também continua aqui a questão do museu da oliveira e do azeite, é também outro que se vem arrastando e que nunca mais é concretizável.

A primeira nota para Mirandela solidária que me põe, depois da questão do emprego, são as famosas 100 habitações sociais. Praticamente, quando foi das últimas eleições só faltava entregar a chave das casas às pessoas que as iriam habitar, no entanto hoje virou clínica de hemodiálise, o que prova que quando foi colocada e quando foi afectada a habitação social, havia tanta vontade de a fazer, como provavelmente todas estas linhas de acção que aqui constam nos GOP's.

Na Mirandela criativa enferma ou enforma exactamente do mesmo tipo de questões das anteriores, ou seja: quem é que não ouviu falar na Estação dos Caminhos de Ferro, como hotel de luxo?

Quem é que não ouviu falar na Estação dos Caminhos de Ferro como Pousada da Juventude?

E agora aparece-nos aqui a Estação dos Caminhos de Ferro como Casa das Artes para instalação da Esproarte, que Mirandela tem todas as condições e toda a vocação e até direi tradição, para ter um ensino de artes, com dignidade.

Foi feito algum estudo prévio e volto outra vez a esta questão, sobre a adaptação da Estação de Caminhos de Ferro a casa das artes, vocacionada para a Esproarte? Ou mesmo estudo prévio dava simultaneamente para hotel de luxo, para pousada da juventude e agora dá para escola das artes.

Será que as características que são necessárias para uns, são as mesmas que são necessárias para todos os outros? Ou a única questão é uma questão de voluntarismo de dizer, bom, precisa de se pôr isto em algum lado, o que é que está disponível? Olha está ali a Estação de Caminhos de Ferro e é para ali que vai.

Aflige-me um pouco e este é o termo, para não dizer que me angustia, esta questão de, com enorme facilitismo se afectarem e afectarem determinadas áreas, determinados equipamentos existentes, a determinadas funções, sem se estudar se esse é o mais indicado. E ainda me chama mais a atenção quando aqui se põe um ponto em relação à dinamização das actividades culturais, em que se fala da academia de música e da reabilitação de duas escolas primárias para a instalação da Casa das Artes e dos Ofícios da Vila. Presumo ser e é a Associação de Socorros Mútuos.

E pergunto? Quando nós temos uma unidade de excelência, repito, de excelência, que é a Esproarte, porque é que não se complementam estas coisas todas? Porque é que se está a dispersar dinheiro? Porque é que não se integram estas questões todas? Porque é que há uma, mais uma, mais uma, como se os recursos fossem inesgotáveis? Há aqui entre estas duas ideias, questões de complementaridade que deveriam ser executadas e elas estão aqui postas como questões perfeitamente à parte. Isto, eu diria, em casa rica é possível, há dinheiro para tudo. Agora, não faz sentido, se está na mesma fileira, na fileira das artes e na fileira da música, estarmos a compartimentar em equipamentos distintos, não tirando proveito de custos de estrutura que são os mesmos e mais quando haveria muito a ganhar, porque, repito, Mirandela deve orgulhar-se da unidade de excelência que tem, que é a Esproarte.

Sobre o Orçamento propriamente dito, é o Orçamento a que estamos habituados e não vou dedicar muito tempo a isto, porque é aquilo que eu costumo dizer, é o Orçamento dos 16 mais 25, 16 vão-se executar, são previsíveis, mas os 25 tenho algumas dúvidas.

Por último, eu gostaria de ter visto neste documento uma ligação directa entre as políticas e entre aquilo que está orçamentado para a execução dessas políticas, essa ligação não existe, o que quer dizer que não passa duma declaração de boas intenções. Gostaria de ver autenticidade e quando digo autenticidade, digo que a bota batesse com a perdigota, como se costuma dizer, ou seja, que isto não fosse simplesmente um início de campanha eleitoral com alguns compromissos e algumas promessas eleitorais, mas que fosse efectivamente um projecto para cumprir.

Daí que terminaria por último também, gostaria de ver neste orçamento alguma afectação à formação dos recursos humanos, vejo preocupações a todos os níveis e o activo fundamental que hoje as empresas têm, que hoje as Câmaras têm, é os recursos humanos, com bons recursos humanos, consegue-se fazer boas coisas, com maus

recursos humanos, não se consegue fazer nada. E não vejo aqui nenhuma verba para a formação dos recursos humanos.

Já tinha chamado a atenção para isso e a verdade é que continua a não haver aqui nada nesse sentido.

Portanto e em conclusão, eu diria, se este é o GOP e o Orçamento do Presidente da Câmara e da actual vereação, eu acho que ninguém acredita nisto, ninguém acredita, porque a prática, como ficou demonstrado anteriormente, não vai nesse sentido. Se é as GOP's e o Orçamento do potencial candidato ou do candidato, também aqui não é local próprio.

Por uma e outra razão, obviamente nós votamos contra.

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):

Eu gostaria de dizer que é a primeira vez que assisti a um debate do Orçamento tão pobre e sobretudo tão confuso.

Tivemos aqui um CDS, que veio discordar, o que é normal, não pelos motivos que evocou, porque houve um vazio completo na explicação que aqui foi dada, quando na verdade podia ter assumido aquilo que foi assumido pelo Sr. Garrido "Concordo com algumas coisas que estão no Orçamento, mas este não é o Orçamento da CDU".

O CDS veio dizer que não concordava, mas não disse quais seriam as obras que faria. Em que é que não concordava? O que é que faria diferente? Que previsão é que ele faria em termos de receitas que aqui não foram feitas? E veio mentir, veio dizer que efectivamente, em relação à receita cobrada, este ano se cobrou 18 milhões de Euros, quando na verdade, até porque tem três vereadores, no Executivo Municipal, sabe perfeitamente que a cobrança ascendeu a 24 milhões.

Devo dizer Dr. Maximino, que hoje pecou ao longo de toda a Assembleia por falta de rigor. Começou logo no princípio, quando veio desafiar aqui o Presidente da Junta de Freguesia das Aguieiras, para desfiar as obras que tinha feito na Junta de Freguesia das Aguieiras, quando o Sr. sabe ou devia saber que não é nesta Assembleia Municipal que o Presidente da Junta de Freguesia das Aguieiras tem que desfiar as obras que faz nas Aguieiras, é na Assembleia de Freguesia, será aí o órgão próprio para ele o fazer.

Em relação ao Eng.º Baltazar, eu confesso que fiquei muito surpreendida pela positiva, pela intervenção que eu fiz e fiquei extraordinariamente decepcionada com o desfecho dessa mesma intervenção.

Aquilo que o Eng.º Baltazar veio aqui dizer, foi: por um lado que este era o Orçamento dos 16 mais 25, 16 concretizáveis, 25 de sonho, mas na verdade, no que diz respeito à receita, concretizaram-se 24, portanto se o PS fizesse um Orçamento, sendo que considera apenas realizáveis 16 milhões, faria naturalmente uma previsão errada, por defeito. É certo que o PSD faz uma previsão eventualmente um tanto ó quanto além da sua capacidade de cobrança de receita.

Mas isso faz-se porque é em termos de orçamento recomendável, imagine-se o que seria desta Câmara se tivesse previsto encaixar 16 milhões e tivesse encaixado, como encaixou 24 milhões.

Depois, Eng.º Baltazar, para lhe dizer que V.Ex.ª ao longo do seu discurso, disse por várias vezes que concordava com o que estava no Orçamento e que se o que estava no Orçamento fosse feito, o Sr. concordava e aquilo que se vai votar, Eng.º Baltazar é exactamente o que está no documento.

Se isso vai ser feito ou não, será apreciado numa outra Assembleia que não nesta e portanto isto para lhe dizer que daí a minha decepção.

V.Ex.ª concorda com o documento, concorda com a estratégia definida nesse documento, concorda com os objectivos globais e específicos vertidos nesse documento, contudo, vota contra e isso vindo de si, naturalmente que me deixa profundamente decepcionada, vota contra, porque vota contra embora concorde com o Orçamento.

Muito obrigado

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Eu vou tentar ser breve neste ponto, porque partilho com algumas das conclusões ou leituras que já foram aqui feitas relativamente a este diploma mas antes disso gostaria de fazer aqui um pequeno reparo à intervenção anterior.

Eu acho que comentário sobre o que os Srs. Deputados ou os Srs. Presidentes de Junta devem ou não devem dizer são inoportunos. Se estão fora de enquadramento, compete ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal chamá-los à atenção.

Relativamente a este diploma, aquilo que me apraz dizer é o seguinte: de facto eu também tive o mesmo problema em ver a relação ou ligação entre as políticas e o que está orçamentado, penso que tem a ver com o formato como é apresentado este documento e aquilo que me preocupou um pouco ao ler, não é a questão de que os orçamentos e os planos plurianuais tenham que sonhar um pouco, claro que têm que sonhar, estamos em política, estamos aqui a apresentar relatórios técnicos e contabilidade e mais contabilidade. Só que há momentos para sonhar um bocadinho positivo e há momentos para ser um bocadinho realista e razoável e nós estamos num período de crise, como já foi aqui dito e aquilo que gostaríamos de ter visto neste documento e não vimos, é alguma contenção na despesa e sobretudo uma previsão em baixa, porque as coisas estão de facto más, estão más para toda a gente, inclusive para nós, não vale a pena estar a disfarçar.

Desse ponto de vista, a única previsão em baixa, que eu não gostaria de ver, era a dos fundos comunitários. Essa pelo contrário gostaria de ver em alta – o quadro de apoio – porque senão dá-nos a entender que não está definida nenhuma estratégia a nível do executivo sobre aproveitamento dos fundos comunitários, que eu gostaria de saber o que é que está definido desse ponto de vista.

Relativamente aqui a outras receitas de capital que vêm mencionadas e algumas até com a previsão em baixa, compreende-se, não estamos com o sector imobiliário completamente parado, a crise que estamos a viver deve-se um pouco a isso e daí se explica também que aí há umas sessões atrás tenha aqui sido discutida a questão do aumento da taxa de ocupação dos loteamentos, precisamente porque se tenta fazer mais com menos e infelizmente com perda de

qualidade para o futuro comprador. Foi uma coisa que nos opusemos aqui, mas pronto, acabou por ter sido aceite e várias situações ao longo deste mandato e eu dei nota de algumas delas, de perda de financiamentos.

Nós tivemos uma oportunidade perdida num financiamento da Operação Norte, que poderia ter sido utilizado para a realização de redes, nomeadamente por exemplo, redes dos produtores de azeite, para alguma internacionalização deste sector, através da organização dum convénio internacional aqui na nossa terra e já temos condições logísticas para fazer isso e infelizmente perdemos esse financiamento, não apresentámos candidatura.

Depois perdemos outro financiamento na entidade reguladora sector energético também, relativamente à alteração dos nossos hábitos de consumo, nomeadamente alteração de todo o equipamento para lâmpadas e sistemas de baixo consumo, também perdemos esse financiamento, não apresentámos candidatura.

Perdemos o financiamento comunitário para o Museu do Azeite, isso é indiscutível, perdemos esse financiamento, não vale a pena estarmos a disfarçar, porque essa é a realidade.

Já agora para que não nos passe despercebida uma oportunidade recente para a qual fui alertado, o facto de estar a viver este ano no estrangeiro não me tem facilitado a vida em termos de acompanhamento do que é que tem saído em termos de programas ou de financiamentos, mas eu queria aqui dar nota ao Executivo, se ainda não o fez que deveria pelo menos ponderar isso início 3.ª cassetete e que pode ser feito perfeitamente, no âmbito dos Centros de Atendimento ao cidadão, das lojas do cidadão.

Esse financiamento está disponível, não sei se o Executivo já está conhecedor desse programa, mas aconselho a apresentar candidatura para que não se percam essas possibilidades de financiamento, que as Câmaras têm que diversificar as suas receitas, não podemos estar só a pensar em termos da transferência do Estado, há dinheiros comunitários que têm que ser aproveitados e daqui a nota que o Eng.º Baltazar deu, relativamente à questão dos recursos humanos, é extremamente importante.

Sem bons recursos humanos, sem uma boa capacitação institucional da nossa Câmara nós não vamos a lado nenhum. Já não se conseguem fazer as coisas como era antigamente. E antigamente e temos entre nós vários antigos Presidentes desta Câmara, souberam as dificuldades do que era tentar governar numa cidade onde a massa crítica escasseava.

Hoje não é o caso, hoje temos jovens formados, em Lisboa, em Coimbra, em Braga, no Porto, desejosos até de regressar à sua terra, mas com oportunidades de emprego bastante limitadas.

Eu acho que esse pouco emprego que existe tem que ser distribuído com base no mérito e é através disso que nós conseguimos potenciar, sejam as nossas empresas, os nossos pequenos comércios, sejam também as instituições públicas, inclusive a nossa Câmara Municipal.

Eu não me alongaria mais, até porque já estamos quase a invadir a hora de almoço e ficaria por aqui, muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Maximino Monteiro, queria fazer também um pé de figura em relação ao que o Sr. Deputado Luís Sousa falou e esclarecer os Srs. Deputados o seguinte:

A Mesa tem a preocupação de respeitar o Regimento e introduzir a ordem, não a ordem assim simples, dita e sóbria, mas a boa ordem para que haja eficácia e objectividade nas intervenções dos Srs. Deputados.

Qualquer reparo ou qualquer equívoco que a Mesa faça inadvertidamente ou sem dar por ela, também julgo que, por um princípio ético e de simpatia e até de respeitabilidade, em vez de ser dum modo de confronto e desafiador, ele pode chegar cá, quer dizer "a carta pode ir a Garcia dum modo mais indelével."

Mas que a Mesa tem um propósito firme, claro e visível de que quer respeitar o Regimento, que é uma pauta de todos os Srs. Deputados, aí isso ninguém duvide.

Sr. Deputado Maximino Monteiro tem a palavra.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Ainda sobre este tema do Orçamento e relativamente à intervenção que a Sr.ª Dr.ª Elina Fraga acabou de fazer, eu quero dizer à Sr.ª Dr.ª Elina Fraga e minha distinta colega, que me fazia lembrar a sua intervenção, as alegações que nós fazemos nos tribunais mas isto não tem nada a ver com as alegações dos tribunais, são coisas diferentes. As minhas intervenções sobre as Aguieiras e sobre qualquer outra freguesia do concelho, são feitas aqui, porque eu fui eleito por todo o concelho, não foi pela minha freguesia, porque pela minha freguesia, pode-se aplicar aqui o brocardo popular, que ninguém é bom prior na sua freguesia, é o meu caso também, mas eu passo bem sem isso. Não me referi às obras do Plano e Orçamento, porque o que aqui está é uma promessa, isto é um projecto e só tem concretização se a receita for aquela que está prevista. Caso não o seja, tudo isto é muito bonito, podem-se pôr aqui os planos todos que a mente das pessoas pode conceber, mas depois é preciso dar-lhe concretização e nós queremos fazer a diferença, não vamos em promessas, vamos na realidade. Obrigado.

Presidente da Câmara Municipal:

Muito obrigado Sr. Presidente e obrigado a todos os intervenientes neste ponto porque me deram a oportunidade de explicar, de facto este Plano e Orçamento, porque eu nunca sou parco nas palavras e sou obrigado a dizê-lo.

Todas as intervenções, ou a maioria das intervenções da oposição, não têm rigor. A informação que prestaram e disseram não é verdadeira e não tiveram sequer competência técnica para analisar.

Eu digo isto nestes três pontos e vou demonstrar essa situação.

Em primeiro lugar, dizer-vos que também não queria fugir a isso porque normalmente eu gosto de ser frontal e directo, respondendo às questões com frontalidade. Uma das questões colocada na Câmara pelos Srs. Vereadores da oposição não foi aqui falada por ninguém e que se calhar era a mais importante, que era:

Perguntavam-me os Srs. Vereadores da oposição na Câmara quais eram os indicadores a que eu me referia para dizer que Mirandela tinha aumentado a sua qualidade de vida, o seu desenvolvimento e o seu progresso. Grande pergunta, concreta, determinada, dirigida, isto é que é política.

Eu não lhe respondi lá porque disse que respondia nesta Assembleia Municipal.

Portanto, quero dizê-lo em primeira mão, para que todos possam consultar (vou dizer devagar), que leiam o estudo sobre Municípios que existe, a sua sustentabilidade e qualidade de vida, coordenada pelo Professor Joel Serrão, autoridade nesta matéria, que analisa 75 indicadores, eu volto a repetir "analisa 75 indicadores" de qualidade de vida e no conjunto, Trás-os-Montes e Alto Douro, incluindo Vila Real, Chaves e Bragança. Chega à conclusão que Mirandela é o único concelho que é maioritariamente favorável nesses 75 critérios de qualidade de vida. Está um estudo que podem ler, estudar, consultar e depois discutir.

O 2.º indicador, importante nesta situação, que estão fartos de ver nos jornais, principalmente nos regionais, porque existe um colega meu, Presidente de Câmara de Vinhais que dá notícia sistematicamente é qual foi a cidade que ficou em primeiro lugar nas praças e jardins de todo o País e verão lá, com toda a certeza, Mirandela. Outro indicador concreto de qualidade de vida.

Podem consultar também – porque isso também é importante – o índice de poder de compra do I.N.E. e vejam com toda a atenção em que a média de Mirandela é igual à cintura do Porto e acima da média nacional. Vejam isso com toda a clareza, com todo o rigor, analisem os dados e vão chegar à conclusão de que de facto Mirandela tem indicadores que lhe dão futuro, que tem qualidade de vida, que às vezes só não é vista pelos próprios ou por aqueles que querem fazer da política uma arma de arremesso.

Basta dar-vos um exemplo concreto que deviam aqui louvar, do dinamismo das empresas de Mirandela, para saberem que no último concurso do IAPMEI houve nove empresas de Mirandela que ficaram nos primeiros lugares e ganharam prémios a nível nacional neste concurso.

Isso são dados indicadores que são estudados a nível nacional, divulgados e perfeitamente creíveis, para tirarem uma conclusão. Isto, eu queria-o dizer de entrada.

Depois, dizer-vos outra coisa que a mim me espantou, embora tenha ficado contente por outro, foi a falta de rigor e da análise da competência técnica, que é uma informação verdadeira, que ninguém compreendeu, pelo menos em duas intervenções estratégicas que aqui fizeram sobre a consonância ou a harmonia entre o orçamento e o Plano de Actividades.

O Eng.º Baltazar e agora o Luís Sousa, disseram e bem que isto não estava retratado e não estava retratado porque não as souberam analisar, talvez por falta de informação. A culpa pode ser minha ou da Câmara Municipal na passagem dessa informação ou talvez porque também lhes interesse entender determinados dados. Eu passo a explicar e eu vou começar pela intervenção do Eng.º Baltazar:

Dizer-lhe que eu sei, que você sabe também, (para não repetir outra expressão do outro) a que putativo candidato se estava a referir e para lhe dizer também que esse putativo candidato já não lhe deu a última informação, deu-lhe alguma que estava atrasada, mas a última ainda não lhe deu, e eu aproveito para dizer, é que essa situação, especificamente em termos de Centro Escolar e a questão que se põe em termos de Centro Escolar é uma que o Eng.º Baltazar levantou aqui que tem toda a razão.

Há equipamentos que têm que ser estruturantes e que têm que agregar à sua volta, têm que servir de alavancas de desenvolvimento.

Como tinham ouvido falar no Centro Escolar situado numa determinada altura em Carvalhais, que era o que estava na Carta Educativa, que não havia terrenos disponíveis em Mirandela, as pessoas fizeram a sua análise com base nessa solução isolada.

Eu posso dizer-lhe aqui hoje que estamos nessa tal reflexão estratégica que acompanhamos, de que de facto o Centro Escolar fique integrado na própria cidade. A Câmara vai trazer na primeira semana de Janeiro à Câmara e depois à Assembleia um terreno com 5 hectares comprado no centro da cidade por 600 mil euros para que se desenvolva toda esta estratégia articulada.

É evidente que quem não tem as informações todas não pode estar de acordo com essas situações. É que a primeira não tinha estes fundamentos. Mas não me venham dizer que não há aqui estratégias articuladas, pela primeira vez há estratégias articuladas

Eu pergunto: o programa de regeneração urbana é ou não é uma estratégia articulada, quer de desenvolvimento, quer de fundos comunitários?

Pela primeira vez existe um plano articulado entregue, do valor de 10 milhões de Euros, numa determinada zona histórica da cidade, para recuperar, por um lado, equipamentos e, por outro, qualificar determinada parte da cidade para que os turistas não fiquem só no rio e subam para a colina da sua cidade.

E dizer ao Eng.º Baltazar que aqui há uma confusão e a confusão é esta: o miradouro que vem aqui explícito do "Mirar Mirandela" não é nenhuma obra nem o sítio do edifício da Câmara Municipal.

Este miradouro é uma parte do programa de regeneração urbana, que é o tratamento da torre da Igreja de Nossa Senhora da Encarnação, como uma parte desse programa de regeneração urbana. Nem tudo o que faz a Câmara ou o que pode fazer vem no Plano e Orçamento e essa é mais uma novidade.

Vocês vão ter a oportunidade em Fevereiro de aprovar e a Câmara antes, uma parceria público-privada da Câmara de Mirandela. Ai sim, terá o estudo articulado onde fica o edifício Municipal, terrenos da CP e é aí que fica, em frente à Reginorde, é aí que tem o estudo apontado para ficar um corredor verde urbanizável desse sítio, até à tal Estação de Caminhos de Ferro, que nós queremos transformar, sim, em escola de artes de Mirandela, um edifício marcante.

Isso vai ser objecto duma parceria público-privada que terá xis milhões de euros de Investimento a distribuir por determinado prazo. A Câmara até finais do mês de Janeiro apresentará à Câmara Municipal e depois em Fevereiro a esta Assembleia Municipal.

Independentemente de estarem de acordo ou não de acordo, o que está ali é uma estratégia de desenvolvimento futura de Mirandela que não se articula e nem neste orçamento se vê em termos isolados, que passa a ser vista depois, em termos fixos, determinados, com estudos de pormenor, com estudos de viabilidade económica, com toda essa situação que está a ser desenvolvida, isto é, respondendo a duas questões centrais, regeneração urbana, por um lado, e estudo duma determinada zona de Mirandela, com equipamentos colectivos, por outro, onde vamos integrar as tais alavancas de desenvolvimento, que doutra forma surgiriam isoladas e incapazes de criar desenvolvimento em termos normais.

Mas isto dá também a perspectiva estratégica de fundos comunitários. Quando diziam aqui e bem que não viam aqui uma estratégia de fundos comunitários, ela está aqui totalmente patente.

Primeiro: o projecto de regeneração urbana tem 10 milhões de euros de Candidatura e tem um projecto que tem um desenvolvimento estratégico ao longo de três anos e que tem as fases em que ele deve decorrer com os respectivos financiamentos. Existe uma estratégia própria de captação de fundos comunitários para esta situação.

Dir-me-ão, mas porquê? Porque Mirandela é uma cidade média e as pequenas não podem ter esta intervenção. O próprio programa, o Plano Nacional de Ordenamento do Território, prevê quais são os Centros que devem ter uma dinâmica diferente para ter determinado desenvolvimento. Mais um indicador da vossa cidade, do vosso concelho, ao ser referida nesse Plano Nacional de Ordenamento do Território para o desenvolvimento específico, nesta área.

Depois também o estudo que existe em termos de captação de fundos comunitários com o desenvolvimento estratégico das outras obras é uma estratégia capaz.

Eu vou-vos dizer: pela primeira vez assinei eu na sexta-feira, às cinco da tarde, com o Sr. Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, a primeira contratualização de fundos comunitários para toda a região Norte e especificamente para a Nut de Trás-os-Montes, para a Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes.

Nós sabemos que a partir de 01 de Janeiro, a Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes tem determinada verba, o Município de Mirandela tem 6 milhões de euros nessa verba para especificamente desenvolver 2 ou 3 factores estratégicos que existem em termos desses eixos prioritários que lá estão distribuídos, que foram objecto dum concurso, dum empresa, pela Comunidade Intermunicipal, com o desenvolvimento estratégico de cada projecto, de cada área e de cada tipo de desenvolvimento.

Portanto, aqui existiu e existe a partir de agora, uma estratégia concertada para aplicação também de fundos comunitários.

Mas existe também, e isto é preciso dizê-lo pela primeira vez, existe estratégia em relação aos funcionários.

Referiu aqui o Sr. Garrido e bem, uma delas, que era a questão de passar para o quadro da Câmara determinados funcionários que estavam em contrato de trabalho a termo certo ou a termo resolutivo.

Mas também está lá outra que decorreram e que beneficiou 60 trabalhadores – na maioria não deram nas vistas, porque eram jardineiros ou cantoneiros de limpeza – que precisavam de, até 31 de Dezembro, progredir na carreira em termos horizontais para que a aplicação da próxima lei – a partir de um de Janeiro – não os prejudicasse ao longo do tempo, devido às avaliações de desempenho e, portanto, também está o encargo de mais 60 trabalhadores que tiveram a sua situação profissional resolvida legalmente para que tivessem também eles próprios a sua carreira profissional em termos remuneratórios, capaz de os ajudar a não serem prejudicados em termos de futuro. É uma parte que também vem neste Orçamento Municipal.

Depois a outra questão que põem, que é estratégica, é as receitas e as despesas e normalmente a sua execução, e ninguém se lembra – ou melhor, lembram-se mas não interessa – que nestas alturas, quando o Orçamento é feito na Câmara Municipal, ele é feito com dados de Outubro – finais de Outubro – e toda a gente sabe que os últimos três meses, até 30 de Dezembro, são, quer em fundos comunitários, quer em receitas extraordinárias, aqueles em que há maior volume de receitas, que recebe a Câmara Municipal, fruto das circunstâncias normais do desenvolvimento.

Portanto, eu posso e vocês terão oportunidade de ver isso no próximo mês de Março ou Abril, na aprovação das contas de gerência, dizer que a Câmara de Mirandela ficará entre os 23,5 e os 24 milhões de Euros de execução em termos orçamentais. Dirão que é pouco porque vocês previram 41 milhões. Mas são mais de 55% e eu já disse aqui várias vezes que quando o orçamento atinge, em termos municipais, este valor, é de realçar, quando o fundo financeiro da Câmara de Mirandela, não ultrapassa os 10 milhões de euros.

Tudo que está acima de dez milhões de euros, e isso ou é fundos comunitários ou é impostos directos e indirectos, não é rigorosamente mais nada. É só isto em termos de situação normal.

E isto é de enaltecer também em situações como esta em que se prevêem determinadas situações para depois ter os respectivos gastos e as respectivas despesas. Daí, com dados errados, eu, entendo determinadas críticas. Com dados certos já não as entendo porque lhes falta a capa de ser também verdadeiras.

E há outra questão que me preocupou e que eu vos digo com toda a sinceridade, que é esta: na política vale muita coisa mas a demagogia vale pouco e normalmente por aqueles que intitulam os outros de demagogos.

Eu ouvi aqui intervenções de pessoas, como ouvi na Câmara Municipal, de Vereadores que acham que o Presidente da Câmara é que é demagogo, todas as situações usam a dizer que é irrealista, mas depois prestam informações perfeitamente demagógicas.

Dizem aí que havia o Museu do Azeite para fazer e que se perderem trezentos e não sei quantos mil Euros.

Esqueceram-se de dizer e sabiam – porque teve a informação na Câmara Municipal – que nos “books”, isto é, nos Overbookings dos programas comunitários a Câmara de Mirandela recebeu mais 3,7 milhões de Euros de obras que estavam feitas e que não havia ainda outras para encerrar os fundos comunitários, que estavam pagas e que pôde receber esse dinheiro. Esqueceram-se, não lhes interessava dizer em termos políticos essa situação, porque podia ser uma novidade em termos políticos e não interessava relacioná-la com a perda desse tal fundo comunitário para o Museu do Azeite em termos concretos.

Mesmo na execução de obras, ó meus amigos, eu vou ao ponto cerne da questão.

Na execução de obras da declaração dos vereadores da oposição, aqui subscrita pelo grupo municipal do CDS/PP, vão ver uma a uma as obras que referem ali e em execução ou concluídas, estão mais de 80% e o argumento e o adjectivo que lhe atribuem é porque ou já deviam estar ou ainda estão atrasadas. Isto é notável.

Em termos de execução do ano 2008, 80% das que referem, ou estão atrasadas, ou foram concluídas atrasadas, ou já deviam estar há mais tempo, não é que não estão iniciadas, têm estes dois adjectivos em termos formais.

Isto para dizer que quando se combate ou quando se critica um Plano e Orçamento, devem ficar duas questões à partida resolvidas: qual é o modelo de desenvolvimento que tem este executivo e qual é o modelo de desenvolvimento que tem esta oposição.

E tão responsável é o executivo apresentar uma proposta de desenvolvimento, como é a oposição também responsável por apresentar uma proposta diferente de desenvolvimento. Assim é que os municípios ficam a saber qual é a duns e qual é a dos outros, para poderem optar.

E o que acontece normalmente é que nunca têm uma segunda opção para optar e por isso é que se vê que os resultados às vezes transmitem aquilo que nós não somos capazes de lhe transmitir.

E queria terminar esta intervenção do Plano e Orçamento com o cúmulo daquilo tudo que eu disse e o cúmulo é este:

Meus amigos, Comunicação Social e Membros desta Assembleia, seria normal hoje, interrogarem-se as oposições, porque é que até 31 de Dezembro, a Câmara Municipal não apresentou, nem o valor do IRS nem o valor do IMI. Estas é que são as matérias centrais que eu gostava de ver a oposição, porque estas mexem no bolso das pessoas, estas mexem no bolso dos municípios, estas são receitas ou despesas que vão influenciar a política local de desenvolvimento.

E vocês viram alguma preocupação sequer nalgum membro da oposição em saber qual era o IMI que vão ter para o ano, ou qual era o IRS que vão pagar para o ano? Rigorosamente nada. E a Lei diz, com toda a clareza, que se até 31 de Dezembro não for comunicado às Finanças qual é o IMI e o IRS do próximo ano, ele está nos valores mínimos previstos pela Lei.

Ainda ninguém percebeu que "benesse", isto é, que justiça é essa, para os Municípios de Mirandela, em crise.

Os Municípios que estão lá fora e que pagam IRS e os que estão cá dentro e que também pagam, vão a partir do próximo ano saber que 5% do I.R.S. – não é 1, não é 2, não é 3, não é 3,5, como algumas Câmaras fizeram – vai ficar no bolso dos Municípios de Mirandela no próximo ano e de todos aqueles que queiram vir para Mirandela pagar IRS, isto devia ser uma preocupação central. É que 5% de IRS, representam quase 400 mil Euros para a Câmara Municipal. Se pegarem em toda a gente que pague IRS e no final do ano lhes for atribuído mais 5% a menos, imaginem as famílias portuguesas, os Mirandelenses quanto vão pagar a menos numa época de crise e numa época essencial, para essa situação. No entanto ninguém se lembrou disso, porque se calhar se estivéssemos aqui para subir, para dizer que era mais 1%, tínhamos toda a oposição a criticar e a saber disso.

Mas também nem viram o IMI. O IMI como todos sabem, estava em 0.4 e eu volto a repetir, em 0.4 no ano que passou. Ao não trazer a actualização do IMI a esta Câmara Municipal, ela fica no mínimo, em 0.2.

A partir do próximo ano o IMI é 0,2. Se somarem estas duas situações, IMI e IRS, estão a falar de cerca de 600 mil euros para que os Mirandelenses aguentem melhor a crise. Isto é a nota mais importante que deve ficar deste Plano e Orçamento, esta é a nota mais importante de combate à crise e às dificuldades financeiras que se vão deparar às famílias dos Mirandelenses e aos Mirandelenses em geral.

E dizer-vos também outra coisa que há bocado não acabei de explicar, é que nós conseguimos fazer um contrato-promessa a partir do próximo mês de Janeiro da compra dum terreno no centro de Mirandela, com 5 hectares, por cerca de 600.000,00 euros, que irá à próxima reunião de Câmara de Janeiro e à Assembleia Municipal de Fevereiro, para que Mirandela possa crescer envolta do seu tecido urbano, envolta da consolidação da sua cidade.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

É só para dizer duas coisas: relativamente ao índice de qualidade que o Sr. Presidente referiu, eu congratulo-me de ver Mirandela bem posicionada em todos esses índices. Como pode imaginar o índice é construído à base de vários indicadores e há diferentes interpretações e podemos incluir vários indicadores, não quero aqui desconstruir o trabalho que fez a Isabela Serrão sobre essa matéria e devo até congratulá-lo. Acho que mais estudos desse tipo deveriam ser feitos mas quero alertá-lo para que não leia os valores em absoluto. Aquilo que se deve ver de indicadores é tendências e tendências ainda não podemos analisar porque temos que repetir isto no tempo.

O que nos interessa é de facto ver se esta qualidade de vida, como pode imaginar, não é fruto e resultado apenas da sua governação porque outros em tempo contribuíram para que Mirandela tivesse a qualidade de vida que tem hoje e congratulo-me desse facto.

Relativamente à questão deste última prenda agradável que vai colocar no sapato dos Mirandelenses, devo recordá-lo que o ano passado o Sr. Presidente teve o papel do avarento, mas este ano vai ter o papel do Pai Natal bonzinho, já estamos quase em época de eleições e portanto é uma excelente prenda. Mas devo recordá-lo que o ano passado essa restituição dos 5% aos Municípios não foi feita e que o IMI não tinha este valor que este ano é reduzido, mas compreende-se, estamos em período eleitoral e, portanto, é bem-vinda e acho que todos os que vivem nesta terra, estarão agradecidos por este facto. Relativamente à tentativa de explicação que quis dar em relação aos programas de financiamento comunitários (peço imensa desculpa, será ignorância minha e se calhar estou um pouco obtuso neste tema) mas fica na mesma e, não percebi qual é a estratégia de utilização que tem, ou então as palavras agora, de circunstância foram demasiado vagas, mas depois podemos falar com calma sobre isso. Muito Obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não havendo mais nenhum pedido de intervenção, vamos votar o Orçamento. Quem é que vota contra? Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

A proposta foi aprovada por maioria, com 14 votos contra, 0 abstenções e 46 votos a favor.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela aprovou, por maioria, o Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal de Mirandela para 2009.

Ponto 4.3 – S.M.A. Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2009.

Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 03 de Dezembro de 2008 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, 3 abstenções dos membros do CDS/PP e 4 votos a favor dos membros do PSD;

1 – Aprovar o Orçamento e Plano Plurianual de Investimento (P.P.I) dos Serviços Municipalizados de Água (S.M.A.) para 2009;

2- Submeter deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

Presidente da Assembleia Municipal:

Quem são os Srs. Deputados que se inscrevem?

Vai usar da palavra o Sr. Deputado Maximino Monteiro.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Como nota introdutória convém referir que a gestão de abastecimento domiciliário de água na parte Norte do Concelho de Mirandela, nestes últimos seis anos tem sido péssima. Nós temos denunciado nesta Assembleia tal situação, mas a verdade é que não está ainda resolvida. Já se falou aqui, que com o recibo de água fosse incluída a análise, mas isso não se verificou ainda. As águas de captação da barragem do Rabaçal, continuam a conter grandes quantidades de arsénio, de ferro e manganês. Dos chafarizes não estão analisadas, o que é grave, para saber se estão em condições de serem utilizadas.

Quanto ao Orçamento e o Plano, começemos pelo Plano:

Ponto 1, das redes: pomos sérias reservas que se executem obras indicadas com tão mísero orçamento, mas a economia lá sabe, apesar de não nos convencer com a sua previsão.

No Ponto 2: fala-se quanto ao tratamento, aqui o orçamento deve ser rigoroso, reforçando se necessário, porque está em causa a qualidade das águas e a saúde pública.

Os reservatórios, esperamos que seja correcta ou quase, a previsão.

A abertura de furos que se diz, aqui, onde vão ser executados os furos? Isto relativamente ao Plano.

Quanto ao Orçamento, duvidamos que os S.M.A., durante o ano de 2009, que se avizinha gravíssimo para a economia, cobrem as receitas que estão previstas. Entendemos que os valores a cobrar não irão realizar-se porque as famílias terão de poupar muito, até no consumo da água.

Teria interesse também ter sido incluído no orçamento de 2009, um mapa comparativo da previsão e execução de 2008, porque não foi feita.

Com todas estas reservas, o grupo do CDS/PP, nesta Assembleia, deliberou abster-se, quanto ao Plano e Orçamento dos S.M.A., apresentado para o ano de 2009. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também, mais algum pedido de inscrição para usar da palavra?

Parece que não há mais nenhuma inscrição.

Sr. Presidente quer usar da palavra?

Presidente da Câmara Municipal:

Só para responder ao Sr. Deputado Maximino que as águas de captação artificial não costumam ter arsénio. As Agueiras deve ser um caso único neste tipo de situação porque as águas de captação artificial, pelo menos em termos de estudos que existem sobre essa matéria, não contém arsénio.

E para lhe dizer também que todos os chafarizes do Concelho de Mirandela têm análises. Agora é obrigatório que todos os pontos de captação de água exterior tenham de ter análises. Podem não estar lá marcadas mas têm análises. Se não têm lá marcação é porque estão dentro das condicionantes de saúde em termos gerais.

O Centro de Saúde, todos os meses nos manda, a nós e às Águas de Portugal, a análise de todas as situações da água do concelho de Mirandela onde haja abastecimento público.

Quanto aos furos, oxalá que não haja mais furos no concelho de Mirandela. Infelizmente ainda não é possível porque era sinal que tudo estava a ser abastecido por estações de tratamento de água, como estão as Agueiras. Infelizmente ainda há alguns sítios onde não é possível.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Há pouco tinha referido aquela possibilidade de financiamento – os 15 milhões de Euros – da Direcção Geral dos Consumidores e acho que este é um tipo de projecto no qual poderia ser aplicado.

Já aqui uma vez alertei que a facturação deveria incluir a análise química da água. Acho que o consumidor tem o direito de saber até porque os organismos são tão diferentes – estou a falar perante um médico – não quero dizer nenhuma asneira e, portanto, gostaríamos de saber a composição química da nossa água, penso que esse financiamento até possa ser utilizado para esse efeito. Obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também, não há mais nenhum pedido de intervenção para este ponto 4.3 do Orçamento do S.M.A, então vamos votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

A votação foi a seguinte:

Votos Contra – 1

Abstenções – 7

Votos a Favor – 48

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela aprovou, por maioria, o Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos SMA da Câmara Municipal de Mirandela para 2009.

Presidente da Assembleia Municipal:

Parece que chegaram algumas intenções de interrompermos aqui os nossos trabalhos para irmos almoçar e estarmos aqui às 14h30. Bom apetite.

Presidente da Assembleia Municipal:

Parece que já temos quórum e pedia a atenção dos Srs. Deputados. Boa tarde a todos, peço o favor então de se sentarem para podermos retomar os nossos trabalhos.

4.4 – Contrato de Execução de Transferência de Competências das Autarquias assinado em Lisboa:

Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 24 de Setembro de 2008 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar o Contrato de Execução de transferência de competências para o município de Mirandela em matéria de educação e anteriormente transcrito;
- 2 – Dar poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal ou a quem o represente para assinar o referido Contrato de Execução de transferências em Matéria Educação;
- 3 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Sr. Presidente, eu ia sugerir que nós ouvíssemos um pouco a explicação deste Protocolo assinado por parte do Sr. Presidente e depois talvez nos pudesse elucidar de dúvidas que surjam.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então eu vou pedir ao Sr. Presidente e à Mesa, a quem quer que esteja ligado ou mais próximo a este ponto se tem alguma informação pertinente em relação ao assunto, que se chama: **Contrato de Execução de Transferência de Competências das Autarquias.**

O Sr. Presidente da Câmara quer fazer o favor de dar alguma informação sobre esta matéria?

Presidente da Câmara Municipal:

Sr. Presidente, dou toda a que for necessária mas pensei que os Srs. Membros da Assembleia Municipal ficassem esclarecedores sobre essa matéria através da leitura da documentação que receberam.

O que está aqui em causa é a transferência de competências para as Autarquias Locais, neste caso, de pessoal. O pessoal não docente das Escolas Luciano Cordeiro e das Escolas EB 1, 2, da Torre D. Chama, que somam no seu conjunto 102 funcionários, vão passar a partir de 01 de Janeiro para os quadros das Autarquias Municipais. Isso faz parte dum contrato de execução previsto na Lei Geral de Transferência de Competências, que a Associação Nacional de Municípios chegou a acordo com o Governo e que diz que até finais de 2010 todas as Autarquias Locais têm que fazer esses contratos de execução.

Perguntarão, e aqui está a pertinência, porque é que a Câmara de Mirandela e mais não sei quantas Câmaras que assinaram o último contrato de execução não esperaram pelo final do prazo de 2010 e assinaram antes. Antes, quer dizer que assinaram em 2008. Quais as vantagens? Quais os inconvenientes? Porque é que foi feito este Contrato de Execução antes de esgotado o prazo da transferência de competências para as Autarquias.

O principal motivo que levou à assinatura deste Contrato de Execução é porque entendi, como Presidente da Câmara e entendeu a Câmara como Executivo maioritário, que tinha vantagens em fazer a transferência já.

As vantagens eram que o Município de Mirandela, aplicando o rácio alunos / funcionários, dava 112 pessoas, isto é, estávamos deficitários em cerca de 15 funcionários – já vou dizer porque são 15 e não são 12 –, porque nós no rácio de alunos que temos, temos funcionários a menos nas duas escolas para o número de alunos que estão.

Depois, porque o contrato de execução o Governo tinha necessidade que algumas Câmaras assinassem, também nos incluíram no contrato de execução de transferências financeiras os treze trabalhadores que tínhamos na Câmara Municipal, entre auxiliares de acção educativa e assistentes de acção educativa, que eram já do quadro da

Câmara Municipal, foi-nos também somado a transferência de verbas para pagar a estes funcionários, visto que eles estavam também a trabalhar já no domínio da educação.

Entendemos nós, portanto, que além de podermos no futuro, se tal for necessário ter um espaço de manobra de mais xis funcionários para funcionar a escola a tempo inteiro em termos de situação normal, também podíamos incluir neste pacote financeiro da transferência de competências, os treze funcionários ou funcionárias que na Câmara Municipal estão a prestar serviços no âmbito da educação.

E vendo nós esta possibilidade de por um lado vir o dinheiro do Estado, capaz de cobrir esta transferência de pessoal e por outro também cobrir já determinados vencimentos que a Câmara estava a pagar no domínio da educação, achamos que era oportuno assiná-lo o mais rápido possível, porque com isso estamos a fazer uma transferência de verbas para a Autarquia, superior às necessidades do pessoal que era transferido.

Por outro lado, também tínhamos algum problema ou podíamos ter algum problema com os funcionários transferidos, o que não aconteceu, porque todos eles compreenderam que eram transferidos nas mesmas circunstâncias, sem perder nenhum direito, nem nenhuma regalia, não levantando por isso qualquer problema, quer numa escola, quer na outra.

Por tudo isto estavam reunidas as condições para assinarmos este contrato de execução.

Presidente da Assembleia Municipal:

Faz favor Dr. Maximino Monteiro, sobre **Contrato de Execução de Transferência de Competências das Autarquias**.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Boa tarde. Se bem entendi agora da explicação do Sr. Presidente da Câmara, parece-me que a Assembleia vai apenas ratificar este Contrato de Execução porque na verdade ele já assinou o contrato, no fundo isto é pôr o que se chama "a carroça à frente dos bois", mas é assim a ditadura da maioria. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Enquanto a Mesa aguarda mais alguma inscrição sobre esta matéria, permita-me o seguinte.

Julgo que aqui, com todo o respeito Sr. Deputado, não há ditaduras, nem há carroças à frente dos bois, porque nenhum desses elementos figurados faz parte da estrutura organizativa desta Assembleia. Compreendo o alcance literário da expressão mas com certeza que se perde na falta de objectividade. Vamos adiante.

O Sr. Deputado Luís Sousa pretende intervir sobre esta matéria, faz favor, tem a palavra.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Eu acho que foi propositada a primeira intervenção do Sr. Presidente e agora a colocação de dúvidas, porque certamente a informação que nos chegou, sabemos ler, está em português, graças a Deus, mas não nos dava a conhecer tudo e foi importante saber.

Fiquei agora com uma dúvida e suscitava-lhe o esclarecimento.

Há esta transferência de pessoal não docente para a Câmara, o que significa também um aumento das verbas que vão ser transferidas.

Como actualmente estamos abaixo – o número de funcionários – daquilo que seria o nosso rácio para a escola, até acaba por ser uma decisão vantajosa fazê-lo agora e não mais tarde.

Eu pergunto se a longo prazo não há tendência de uma redução de número de estudantes que o interior tem vindo a sofrer, se isso depois também não se pode traduzir em problemas financeiros em termos de contas correntes para a Câmara. A curto prazo, sim, há uma vantagem, gostaríamos de saber também se esta transferência de competências, o Sr. Presidente a entende de facto como vantajosa ou não a longo prazo.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito bem, mais alguma dúvida sobre esta matéria? Nenhuma inscrição por parte dos Srs. Deputados? Sr. Presidente, quer fazer algum comentário?

Presidente da Câmara Municipal:

Sim, primeiro para responder ao Sr. Deputado Maximino, para dizer que ninguém põe nem a carroça à frente dos bois, nem os bois à frente da carroça, porque isso seria normal.

O Presidente da Câmara assinou um Protocolo de transferência de competências que só tem validade depois de aprovado na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, é assim a legislação.

Isto é, eu podia ter feito todas as assinaturas, elas só vinculavam a Câmara e a Assembleia depois de ratificadas nos respectivos órgãos. Por isso é que a Lei só entra em vigor e só são transferidos a partir de um de Janeiro de 2009. Portanto havia tempo para fazer, quer a reunião da Câmara Municipal onde foi aprovado, quer esta Assembleia Municipal, que se for aprovada entra em vigor, se não for aprovada não entra em vigor. Portanto, não há nada aqui que seja pôr nada à frente de qualquer coisa, porque ele só vale depois dos órgãos.

Em segundo lugar, ao Luís Sousa, dizer-lhe que o que eu penso mas que não é desejável, é evidente que nós já sofremos uma coisa negativa, que foi quando foi dos transportes escolares, isto é, a Câmara acerca de 20 anos quase atrás, assinou um contrato de execução dos transportes escolares, que não era transferência de competências, mas era contrato de execução, em que foi feito naquela altura o número de alunos que existia e nunca mais foi modificado e com isso hoje a Câmara gasta quase 700 mil Euros em transportes escolares, ou 800 mil e apenas recebe 260.000. Isto é, paga do Orçamento Municipal quase 500 mil Euros, só para transportes escolares, que nunca foi actualizado ao longo do tempo.

Para que isto não aconteça, eu espero que a longo prazo, pelo menos o mesmo seja, isto é, pelo menos a quantidade de funcionários que ainda é preciso preencher não aumente em termos significativos, porque se aumentar o numero de alunos é evidente que aumentava o número de funcionários, mas infelizmente os próximos tempos, pelo menos no médio prazo, o que se espera é que diminua ainda o número de alunos, infelizmente. Por isso, espero é que haja aqui um equilíbrio, não quero também ganhar mais com esta transferência porque ela é fixa em termos do que foi acordada no tempo e, portanto, aqui podia era ganhar-se mais se reduzisse o número de alunos. Eu espero que isso também não seja no nosso concelho necessário e que haja aqui um equilíbrio e que a Câmara tanto ganhe agora como a médio prazo, pelo menos isso era o desejável. Mesmo aqui, que fosse para perder alguma situação, por um lado também aumentava a população escolar, o que também não se tornava negativo.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Sr. Presidente, julgo que as informações prestadas já são bastante esclarecedoras, não há mais nenhum pedido de intervenção e nessa circunstância a Mesa vai proceder à votação deste ponto 4.4.

Quem é que vota Contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Aprovado com uma abstenção e 51 votos a favor.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos então continuar o nosso programa.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela aprovou, por maioria, o Contrato de Execução de Transferência de Competências das Autarquias assinado em Lisboa.

Ponto 4.5 - Regulamento e Carta de Compromisso da "TuabiKe":

Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 08 de Outubro de 2008 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar o Contrato de Execução de transferência de competências para o município de Mirandela em matéria de educação e anteriormente transcrito;
- 2 – Dar poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal ou a quem o represente para assinar o referido Contrato de Execução de transferências em Matéria Educação;
- 3 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Quem são os Srs. Deputados que se querem inscrever? Faz favor Deputado David Garrido, tem a palavra.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Embora eu concorde que a Câmara disponibilize "as bicicletas", eu tenho aqui algumas dúvidas que gostava de ver esclarecidas.

A primeira é quando a bicicleta é emprestada ao utilizador, a minha dúvida é: ele está habilitado a conduzir? Se calhar muitos não estão. Ele sabe os sinais?

Diz-se depois mais à frente no Regulamento: o utilizador deve respeitar as regras de segurança rodoviárias e toda a sinalética existente. O problema é, ele sabe? A Câmara não devia ter em atenção esta situação de que está a emprestar um veículo para quem não está habilitado a conduzir, embora diga: "é de toda a responsabilidade de". O problema é que eu pergunto: alguém me aluga um carro se eu não tiver carta de condução?

No Regulamento vem um determinado horário, que é das 09h às 19h, mas acho que aqui devia ser acrescentado o horário de Inverno.

As bicicletas não tendo sinalização "lâmpadas, nem retrovisor" e a partir das 17,30h é de noite e essas bicicletas podem andar a circular na via pública, são bicicletas da Câmara. Eu acho que também devia haver um horário de Inverno.

Eu tenho visto estas bicicletas a ser conduzidas em cima dos jardins, a servirem de trampolim para quem as conduz, suba para cima do "camelo" do presépio, dá para fazer cavalinhos, etc.. Gostava de saber se essa gente que pede a bicicleta emprestada continua a ter direito.

Eu sei que é difícil a Câmara ter alguém que vigie, mas eu olho para alguns e tenho-lhe medo até de lhes falar.

Apesar de eu estar de acordo com isto, acho que é uma boa medida, mas o Regulamento devia nalguns pontos ser um bocado mais específico.

Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD):

Muito boa tarde a todos, Sr. Presidente da Assembleia e restantes elementos da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Executivo aqui presente, Srs. Deputados.

As questões que levanta o Sr. Garrido, diria que são mais questões técnicas e têm a melhor das pertinências. Acabou por dar aqui um mote, uma vez que este é um programa assumido pela Câmara Municipal.

A Câmara Municipal que tem tantas responsabilidades ao nível das actividades extra curriculares, a tal dita escola a tempo inteiro, se calhar muito do plano de actividade, ao nível das expressões motoras que pratica poderá muito bem ser também em torno da sensibilização e do ensino da utilização da bicicleta.

Tudo o mais que possa acontecer é como tudo, nós podemos utilizar as coisas bem, mal, alguns cavaleiros que possam ver feitos por aí, ou nos passeios ou nos jardins, vai muito da autonomia e da sensibilidade de cada um, se utiliza bem ou não aquilo que nós temos, as destrezas estão implícitas à utilização da bicicleta, mas é desejável que a utilização da bicicleta seja feita tanto quanto possível, dentro de parâmetros velocipédicos aceitáveis, sob pena de considerarmos uma utilização defeituosa, tanto mais sabendo, que a nossa liberdade acaba, onde começa a dos outros.

Mas isto são questões técnicas pertinentes que a Câmara Municipal ao longo do tempo, com o número de técnicos envolvidos neste projecto, saberá solucionar.

Há outra questão que se coloca aqui que tem a ver com a tipologia das bicicletas, ele não é a melhor, normalmente estas bicicletas são tipificadas, sob pena destas bicicletas terem rodas e material igual à que o utilizador tem em casa e porque precisa de uma roda, rouba-lhe uma roda, porque precisa de um pneu, rouba-lhe um pneu, porque precisa de um selim, rouba-lhe um selim.

Normalmente associado a estes projectos, são bicicletas bastante tipificadas, que o material que é composto nesta bicicleta, não serve em mais nenhuma estandardizada e de fabrico nacional, ou pelo menos estandardizada, portanto são questões que se colocam.

Mas a questão que eu pretendia apresentar aqui, além do Regulamento e das questões técnicas da bicicleta, apelava-se aos utilizadores de bicicleta e ao movimento associativo velocipédico que se pronuncie sobre isso, queria mais do que tudo fazer a defesa política desta questão.

A bicicleta foi durante bastante tempo olhada pelos Portugueses, não digo por um conjunto de cidadãos europeus, mas pelos Portugueses, o parente pobre dos meios de transporte. Só andava na bicicleta aquele que era operário e o operário era aquele que não tinha dinheiro para comprar um carro.

Felizmente que essa socialização já foi feita, hoje a bicicleta é vista até como um transporte mais que necessário, quanto mais não seja, na melhoria da qualidade de vida dos velocípedes, de quem a utiliza, mas também o indicador de desenvolvimento.

A questão que eu queria colocar aqui em defesa da política é se porventura a bicicleta é uma questão maior ou uma questão menor, se porventura este Município está a perder ou a ganhar tempo em relação ao futuro.

Eu considerava que esta questão da bicicleta, das bicicletas e da Tuabike, é uma questão maior.

Nós enquanto agentes políticos e vamo-nos considerar aqui todos, porque temos assento nesta Assembleia, temos responsabilidades deliberativas, aquilo que preocupa sobretudo um político, é todas as acções políticas que desenvolve, poderem vir a melhorar o dia-a-dia dos seus Municípios.

Nós já tivemos exemplos de excelentes boas práticas com algumas coisas que aconteceram na cidade de Mirandela, uma delas é com os jardins, que não precisamos de polícias são os próprios reformados que muitas das vezes guardam e fazem a devida vigilância nos jardins, em relação a outros que possam vandalizar, portanto nessa perspectiva, considero que esta bicicleta é uma questão maior.

Questão maior não só por aquilo que modifica em relação ao dia-a-dia dos seus Municípios, mas também e sobretudo porque são projectos altamente financiados pelo Quadro Comunitário.

Mirandela está associada ao Plano de Mobilidade Sustentável, é este Plano de Mobilidade Sustentável que tem outros sub-projectos, que é nomeadamente os transportes Urbanos, os pontos negativos e outro tipo de projecto que é os modos suaves, onde se incluem as redes recicláveis e os passeios pedonais. Estes projectos, este Plano de Mobilidade Sustentável, tem três milhões de Euros, envolvem três milhões de Euros.

Este Município já candidatou um milhão e quatrocentos mil Euros ao Plano de Mobilidade Sustentável, portanto não é só umas bicicletzinhas que podem porventura dar jeito a um conjunto de miúdos no seu dia-a-dia, tem a ver com a forma de estar na vida, passa a ser cada vez mais uma filosofia de vida utilizarmos ou não estas bicicletas.

Para o Município de Mirandela tem sido uma oportunidade visto o número de Euros candidatados a fundos comunitários.

Eu relembro que este Plano de Mobilidade Sustentável está englobado noutro tipo de projectos que têm a ver com projectos de acção inovadoras naquilo que diz respeito a Mirandela inovadora.

Projecto de acções inovadoras em ambiente urbano.

A exemplo disto, a Câmara Municipal anunciará brevemente, além destas bicicletas que já tem no terreno, a construção duma ciclovia e de outras redes viárias, onde a sinalética da bicicleta aparecerá e com isso esperamos que os Municípios e habitantes da cidade de Mirandela venham a aderir na sua utilização.

É mais do que isto, nós falamos do Urbcom como projecto estruturante para o comércio local. O Tuabike, quase me apetecia dizer que é mais que o Urbcom.

Enquanto o Urbcom teve muito a ver em potenciar o comércio local, este Tuabike tem a ver com o Plano de Mobilidade Sustentável, é tudo mais que possa acontecer na Urbe e na cidade de Mirandela.

A título de exemplo, no projecto peninsular, que é o Eixo Atlântico, há um projecto que é o projecto "Velo?", onde têm assento 37 cidades, aqui há uns tempos foram procuradas boas práticas, elas só foram encontradas em 3 cidades "Mirandela, Ferrol e Orense". Para reforçar o quê? Que tem muito a ver isto com o que está a acontecer.

Diremos nós que é tipologia dos políticos locais, o que é importante é fazer obra, erguer edifícios. Aqui, muitos do Estado já estão feitos, o equipamento desportivo já está feito, são as nossas redes viárias que importa qualificar, mas sobretudo e esta acutilância em relação a este projecto, tem muito a ver com o perfil do Executivo.

Os Municípios todos eles podem concorrer a estes fundos comunitários, muitas vezes não acontece, muito porque, os elementos que constituem um executivo camarário, não têm esse perfil, não vêem mais valia e não procuram nestas oportunidades a mais valia para os seus municípios. Tem muito a ver com o perfil deste Executivo, ele tem-no conseguido e eu que sou um apaixonado por estas coisas, sou um apaixonado da bicicleta porque fui um utilizador enquanto desportista, não sou tanto como gostaria no dia-a-dia, espero fazê-lo proximamente.

Fico muito satisfeito que no meu Município, eu, enquanto Municípe possa porventura ver potenciado um conjunto de áreas que me podem melhorar seguramente o meu dia-a-dia.

Ficaria muito satisfeito enquanto agente educador, que quando perguntamos aos nossos alunos que meio de transporte utilizam – a maior parte deles já vem de carro, talvez uns por questões de insegurança e outros porque não vivem com proximidade da escola -, ver que muitos dos alunos, doravante, depois destes projectos concretizados, possam ver na bicicleta um meio de transporte fácil, seguro e fantástico para a melhoria do seu dia-a-dia. É só.

Presidente da Assembleia Municipal:

Mais inscrições sobre este projecto de introdução do velocípede nos hábitos dos nossos concidadãos, mais alguma?

A Mesa também não quer fazer qualquer intervenção?

Então vamos votar.

Quem é que vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela aprovou, por unanimidade, o Regulamento e Carta de Compromisso da TuabiKe.

Ponto 4.6. – Rectificação de Deliberação - Desafecção do Domínio Público para o Domínio Privado – Quiosque.

Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 22 de Outubro de 2008 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a rectificação da deliberação, da Câmara Municipal de 06/06/2007 e da Assembleia Municipal de 29/06/2007, referente à Desafecção do Domínio Público para o Privado – Quiosque;
- 2 – Submeter esta deliberação de rectificação à aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Quais são os Srs. Deputados que se vão inscrever? Não registamos nenhum levantar de braço.

Da Mesa, Sr. Presidente, também não, está tudo bem informado sobre este domínio da desafecção?

Parece que sim, então vamos passar de imediato à votação.

Quem é que vota Contra? Quem se Abstém?

Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela aprovou, por unanimidade, a proposta de Rectificação de Deliberação - Desafecção do Domínio Público para o Domínio Privado – Quiosque.

Ponto 4.7 - Rectificação da Deliberação – Desafecção do Domínio Público para o Domínio Privado, Alvará n.º 01/2006 – IMOTUA:

Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 22 de Outubro de 2008 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a rectificação da deliberação, da Câmara Municipal de 06/06/2007 e da Assembleia Municipal de 29/06/2007, referente à Desafecção do Domínio Público para o Privado do Alvará n.º 01/2006 – IMOTUA;
- 2 – Submeter esta deliberação de rectificação à aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Algum Sr. Deputado se quer inscrever para intervir sobre esta matéria?

Sr. Presidente?

Presidente da Câmara Municipal:

Sr. Presidente, esta matéria não foi votada aqui nem num campo nem noutra, foi aqui apreciada na Assembleia em termos de desafecção do domínio público para o privado em termos de inventário da Câmara Municipal, o que está aqui em causa agora é a rectificação para fazer uma escritura neste caso específico para fazer o Centro de Formação do Instituto Piaget, onde é precisa esta deliberação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

O que foi remetido como informação para os Srs. Deputados, eu leio-a: Desafecção do domínio público para o privado, do lote n.º 2, etc., etc. e aprovar a desafecção. Depois há uma referência sobre os lotes e as parcelas e depois na parte segunda e última “a informação de autorizar nos termos conjugados, da alínea a) do n.º 6, art.º 64, a desafecção do domínio público, ficando com a área restante para o domínio público.”

Algum pedido de informação mais sobre isto? Está esclarecido?

Não havendo mais nenhum pedido de intervenção, então vamos votar.
Quem é que vota contra?
Quem se abstém?
Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela aprovou, por unanimidade, a proposta de Rectificação da Deliberação – Desafecção do Domínio Público para o Domínio Privado, Alvará n.º 01/2006 – IMOTUA.

Ponto 4.8. - Desafecção do Domínio Público para o Privado também, dos lotes A e B, do alvará do loteamento n.º 6/2006:

Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 22 de Outubro de 2008 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1 – Proceder à desafecção do domínio público para o domínio privado dos lotes A e B do alvará de loteamento n.º 06/2006, em nome da firma “Via Costeira, Investimentos Imobiliários, Lda”, com a caracterização acima referenciada;

2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 4 do art.º 53 da Lei 169/99, de 18 de Setembro alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Presidente da Assembleia Municipal:

Alguma intervenção da parte da Assembleia? Srs. Deputados, Sr. Presidente?

Presidente da Câmara Municipal:

Esta merece uma consideração diferente, Sr. Presidente, porque em primeiro lugar ainda não tinha vindo à Assembleia nada sobre esta desafecção.

Em segundo lugar, dizer que isto são dois lotes, que são da Câmara Municipal de Mirandela, por áreas de cedência, dum loteamento aprovado em Frechas e que a Câmara Municipal sendo proprietária destes dois lotes da área de cedência, quer cedê-los para a Comissão Fabriqueira de Frechas, para aí construírem de raiz, um equipamento colectivo por um lado, que sirva de apoio à freguesia, nos domínios pastorais e nos domínios doutra natureza e também alargar o respectivo cemitério e a casa mortuária, que se possa lá construir.

São dois lotes que têm uma área significativa e que a Câmara vai doar à Comissão Fabriqueira, para que a Freguesia e a aldeia possam ter melhoramentos importantes e ter o registo dessa propriedade.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito bem, muito obrigado Sr. Presidente, mais algum pedido de esclarecimento por parte da Assembleia, Srs. Deputados, não há?

Então vamos votar.

Quem é que vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela aprovou, por unanimidade, a proposta de Desafecção do Domínio Público para o Privado também, dos lotes A e B, do alvará do loteamento n.º 6/2006.

Ponto 4.9 - Adesão do Município à Entidade Regional de Turismo do Norte:

Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 05 de Novembro de 2008 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1 – Aprovar a Adesão do Município à Entidade Regional de Turismo do Norte;

2 - Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

Presidente da Assembleia Municipal:

A Mesa aguarda as inscrições sobre esta matéria.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

O processo de formação de novas entidades que o Governo decidiu criar para as novas regiões de turismo, não têm o acordo da CDU nem do PCP.

A criação da Região de Turismo do Porto e Norte de Portugal, acabando com a Região de Turismo do Nordeste Transmontano e de todas as outras até agora existentes, é exemplificativo do disparate praticado pelo Governo.

Embora o Governo invoque o Prace para esta revisão, tal não é correcto, pois as regiões de turismo não são estruturas desconcentradas da Administração Central. O que o Governo quer agora é governamentalizar estas estruturas e ser ele a comandar as novas regiões de turismo.

Juntaram todo o território a Norte do Douro, os 5 Distritos, Bragança, Vila Real, Braga, Viana do Castelo e Porto.

Esta excelentíssima área do nosso País, extremamente diversificada e rica em particularidades “paisagísticas, monumentais, gastronómicas, etnográficas, etc.”, vai ser amalgamada sob o chapéu de designação “Porto”. Está-se mesmo a ver que umas regiões irão ficar prejudicadas perante outras.

Por outro lado, este é o exemplo mais acabado do centralismo que germina nas mentes deste Governo, onde o Nordeste Transmontano e o Concelho de Mirandela mais uma vez são tratados como parentes pobres do poder central.

A CDU e o PCP vêem com muita preocupação este novo figurino e as respectivas atribuições e competências, por isso mesmo não iremos votar favoravelmente a adesão do nosso Concelho a esta estrutura.

Ao mesmo tempo, esperamos que o Executivo Camarário tudo faça para que o Concelho de Mirandela se afirme no contexto da promoção turística que todos desejamos e que as suas potencialidades o exigem.

E já agora, gostava de fazer uma pergunta, que eu estou um bocado baralhado, que é nos Estatutos, Cap. 2, Organização Interna, Art.º 6.º, diz: A Assembleia Geral de Turismo do Porto e Norte de Portugal, integra as seguintes entidades, ou seus representantes. O Presidente da Câmara de cada um dos Municípios pertencentes à Nut 2 Norte. A pergunta que eu faço, que estou aqui baralhado, é se nós também pertencemos à Nut 2 Norte?

Aquilo que eu quero dizer é que paulatinamente se caminha para que a regionalização seja: Porto, Lisboa, o Algarve e pouco mais e nós abanamos com a cabeça.

Quando eu de manhã dizia que havia alguns subsídios que eu não concordava, este é um deles, porque já aprovámos aqui integrações noutras associações. A gente aprovar aprovou, mas o que é que ganhámos com isso? O que é que perdemos? Quais os relatórios?

O Governo agora tem a mania de dizer: só levais alguma coisa “se” e estamos lá nós agora enfiados.

Como eu dizia, na Assembleia Geral de Turismo do Porto e Norte de Portugal, além dos Presidentes das Câmaras tem um membro do Governo com tutela sobre o turismo, tem um membro do Governo com tutela sobre a cultura, tem um membro do Governo com tutela sobre a agricultura e tem a Comissão de Coordenação do Desenvolvimento da Região Norte.

Eles lá estão todos e nós batemos palmas e damos o dinheiro para eles. A sede disto é em Viana do Castelo, tem muito a ver com o Nordeste Transmontano, basta chegar ali aos Passos e nestes dias de hoje vemos que isto parece o mar... mas é por causado nevoeiro.

Acho que Mirandela integrar esta Associação de Turismo, é dinheiro mal gasto e que devia de facto revitalizar o turismo nesta região. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também, mais alguma inscrição sobre esta matéria? Sr. Presidente, algum comentário?

Presidente da Câmara Municipal:

Sim Sr. Presidente da Assembleia, permita-me um comentário simples para dizer que concordo praticamente em tudo que diz o Sr. Garrido, nomeadamente nesta distribuição administrativa das regiões de turismo.

Concordo em absoluto e a pergunta que se deve fazer, complementarmente é se concorda, porque é que propõe a adesão do seu concelho a esta região de turismo.

A questão tem uma resposta simples, cada vez mais nos tempos actuais é difícil estar só, hoje, só em parceria e só em dimensão se conseguem determinados projectos e nós não podemos estar fora.

O nosso Concelho não pode estar fora desta entidade regional de turismo, que depois vai também, quer seleccionar, quer indicar, quer desenvolver estudos prospectivos sobre o desenvolvimento turístico das diversas sub-regiões aqui transpostas em termos nacionais e este é o único motivo que me leva a pedir a adesão do meu Município a esta Região de Turismo. Não concordo com ela, acho que as regiões de turismo deviam ter individualização própria, Trás-os-Montes e Alto Douro era mais do que suficiente para a identidade de uma região de turismo, antes este próprio espaço tinha duas, uma do Marão, outra do Nordeste Transmontano, hoje pertencemos a uma única região de turismo, embora tenha depois algumas sub-regiões que estão dependentes desta entidade Regional de Turismo do Norte.

Mas para que Mirandela não fique fora destas situações e não seja prejudicada também nesta vertente turística, é importante que o Município adira a esta entidade regional.

Só para esclarecer o Sr. Garrido, dizer-lhe que a questão das Nut 2 e Nut 3, tem a ver com os espaços. As Nut 2 são a Norte, evidente, já apontou, “Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve e depois cada uma destas Nut 2, têm as Nuts 3, no caso da zona Norte, temos 8 Nuts 3, que são constituídas – no nosso caso – por a Nut 3 de Trás-os-Montes e portanto é o conjunto destas que constitui, porque nós pertencemos à Nut 3, mas pertencemos também à Nut 2, do Norte.

Isto para lhe dizer que é nesta base da dimensão que nós temos que pertencer, porque é dentro destas estruturas, independentemente da concordância ou discordância que podemos ter dela, podemos vincar ou pôr em causa alguns pontos de vista nossos.

Agora isto, obriga-nos a uma coisa de facto, é saber se às entidades que aderimos até aqui, de fins específicos, se muitas delas se justificam hoje. Isto é, a avaliação e a monitorização que temos que fazer de cada adesão, acho que é o próximo passo para que aquelas que não tenham valor acrescentado, acabarem por, a Câmara conforme entrou também pode sair se daí não vierem mais-valias para o Município.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

São duas questões: a primeira é congratular-me pelo que acabou de dizer, porque é já de várias sessões que eu tenho pedido esta relação das pertenças institucionais e que as pessoas façam reporte, as pessoas que estavam nomeadas para ir a essas reuniões das pertenças institucionais que votamos aqui. Recordo-me até que havia algumas ligadas à área do turismo e esse reporte nunca foi feito a esta Assembleia até hoje, portanto eu congratulo-me com o que está a dizer, vamos monitorizar, vamos ver se algumas dessas vale a pena continuar a investir e descartar aquelas que de facto, representam apenas um custo e não crescem à economia local.

m

A única questão que eu lhe queria colocar talvez ainda seja prematuro, porque isto ainda está em fase de laboração, é a questão das receitas, qual é que será a comparticipação ou subsídio que a Câmara eventualmente – de acordo com o artº 17º -, irá atribuir a esta nova entidade.

Presidente da Assembleia Municipal:

Mais alguma questão?

A Mesa congratula-se, porque pelo tipo de discussão e de comentários que estes temas nos merecem, hoje cada vez mais a Associação de Municípios ou de Regiões são importantes, como o Sr. Presidente acabou aqui de alertar esta Assembleia e a indústria do turismo é uma questão que diz respeito ao nosso Município e de que maneira, duma maneira quase vanguardista, pelo que é com agrado que nós vemos o interesse com que os Srs. Deputados se preocupam em formar essa matéria.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Eu compreendo aquilo que o Sr. Presidente quer dizer mas a minha preocupação, é como disse, paulatinamente a gente vai entrando, porque se não for assim, qualquer dia estamos como eles querem e nós depois quando acordarmos já é um bocado tarde.

Eu não sei se de facto o Nordeste, que se juntassem e dissessem, isto não nos serve e bater o pé. Agora o que tem acontecido é que não batemos o pé, batemos as mãos e apoiamos.

Não é o facto de estarmos sozinhos, porque nós em turismo nunca estivemos sozinhos, mas na minha opinião nós não temos nada a ver (e eu nasci no Porto) com o Porto e com Viana do Castelo. Vai o Meirinhos ter a ver com Bragança um bocado, quer ser o chefe daquilo e compreendo-o, mas mesmo com a sub-região que está para Bragança, pouco nos vai dizer a nós, porque nem a serra dos Passos será abrangida por aquilo.

O que eu temo é que nós, por querermos estar com alguém, estamos a escolher as companhias que não são as mais agradáveis.

Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD):

Uma vez mais, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara e respectivos elementos das Mesas, eu quero pensar que esta nova adesão poderá ser uma oportunidade para o Município de Mirandela, porque aquela que estava instalada, que era a Região de Turismo do Nordeste Transmontano, pouca ou quase nenhuma vez nos satisfaz.

Eu falo por experiência própria, que não havia festa do Concelho de Bragança que não tivesse o patrocínio para foguetes da Região de Turismo do Nordeste Transmontano, contrariamente Mirandela e ao Sul do Distrito, poucos ou nenhuns patrocínios conseguiam desse organismo.

Aliás, as candidaturas que o Município de Mirandela fez à Região de Turismo do Nordeste Transmontano, se as fez em Bragança, candidaturas ao Picture e outros mais, a respeito por exemplo do evento nacional que é o Jetski, se as fez a Bragança, também as pode fazer ao Porto e a Lisboa.

Se nós porventura podemos estar preocupados, eu vejo nisto uma oportunidade, esta nova comissão. Mas se estamos preocupados, estou convencido que o Norte do Distrito está muito mais preocupado, porque neste momento deixa de ter dinheiros e verbas para as festas que todos os anos acontecem nas aldeias. Era mais como arremesso político do que porventura como instrumento de desenvolvimento local ou regional.

Deputado Municipal José António Ferreira (Independente):

Muito boa tarde Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Secretário, Sr. Presidente da Câmara Municipal e demais vereadores, caros Deputados e Deputadas Municipais, Exm.º s. Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Eu confesso que não tinha intenções de intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, mas foi-me difícil ficar indiferente às palavras do Sr. Garrido, nomeadamente quando refere que esta nova ordenação das regiões de turismo tem em vista a governamentalização das regiões de turismo.

Pois bem Sr. Garrido, nós não estamos propriamente em Cuba nem no México, onde um partido se perpetua durante 32 anos. Felizmente em Portugal vive-se de alternância democrática. Este Governo terá o tempo que durar e outros Governos virão. Portanto, daí não vejo razões de imputar uma visão de governamentalização regiões de turismo.

O Sr. Garrido ainda não se apercebeu também que Portugal sofreu ao longo destes anos todos e é uma das razões do nosso atraso, os 16 mapas administrativos que Portugal apresentava, na saúde, na educação, no turismo, na segurança social e por aí fora.

O que este Governo está a fazer é o ajustamento de todas estas áreas do Estado, a fronteiras comuns, entre elas a Nut 2, para que o País possa ter mais eficiência e eficácia.

Também acho estranho que se refira aos órgãos como dizendo, estão lá todos.

Se há partido que tem uma visão estatizante do Estado, é o Partido Comunista Português.

E vejo pelas suas palavras, que talvez nunca tenha sido convidado a ir à União Soviética a assistir a um Congresso do Partido Comunista da União Soviética, senão veria quem é que lá estava e teria uma visão hoje diferente.

Quanto à Região de Turismo em si, posso-lhe dizer o seguinte, para tentar ajudar à sua reflexão.

Portugal não pode continuar a vender pequenos pedaços do seu país. Imagine, o que é, Portugal ir a uma Feira Internacional de Turismo e vamos cada um de nós vender o seu pequeno quintal, a sua parcela de território, uma a vender um bocadinho além, outros a vender outro bocadinho além.

Pois bem, o que este novo modelo oferece ao País é chegar a uma Feira Internacional – por exemplo na Alemanha, uma das maiores no mundo – e podermos vender toda uma região com características diferentes dentro dela, vender um pacote turístico que contempla o Norte, mas por sua vez composto por regiões muito diversificadas como o Douro, como Trás-os-Montes e como o Minho, é isto que tem valor acrescentado, não é ir vender pequenos

pedaços do País. Isto é um verdadeiro pacote turístico e é com estas políticas que se promove melhor escala, melhor eficiência e melhor eficácia do Estado e da Administração de Portugal. Muito obrigado.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Eu gostei de alguns aspectos da intervenção anterior e da intervenção do Deputado Pinto porque há aqui uma questão de diminuição que também temos que levar a sério por alguns programas e este programa comunitário que temos à nossa frente, de facto não tem espaço para pequenos projectos, para pequenas associações, para pequenos núcleos, há esse problema também.

É óbvio que todos gostaríamos que as coisas estivessem o mais próximo possível e que retratassem a realidade turística o mais próximo possível, mas penso que isso também poderá ser conseguido no seio de uma unidade maior.

É claro que teremos que ser nós a fazer o esforço para que isso seja conseguido e portanto posicionarmos, estarmos presentes e estar presente motivado, com interesse e com uma política. Agora assinarmos, fazermos a transferência e depois estarmos de corpo presente, mas sem política, sinceramente não vale a pena.

E era isso que eu gostaria de ver discutido com esta adesão.

Aliás, um dos problemas de estar a tratar este tema de turismo aqui é que o tratamos pontualmente. Pontualmente o tema vem à Assembleia e falamos numa adesão à Região de Turismo do Norte, falamos de uma adesão ao Museu do Douro, falamos de uma adesão a isto, numa adesão aquilo, pontualmente, não há uma visão integrada, não há uma discussão integrada do que é que o turismo pode representar, qual a potencialidade deste sector económico aqui para a região.

Nem sequer aqui foi por exemplo tratada a questão, penso eu que temos aqui uma escola ou continuamos a ter, talvez eu esteja enganado, corrijam-me, uma escola neste sector de turismo, hotelaria, eu peço desculpa se não será esse o termo adequado.

Uma coisa que eu gostava de facto de ver e hoje tive o prazer, logo na minha primeira intervenção de gabar o bom resultado que um restaurante da terra teve na crítica nacional, mas a verdade é nós sabemos disso e vamos tendo o prazer de degustar em vários restaurantes da terra, que o serviço por vezes não é o melhor e que os nossos restaurantes e que a prestação de serviço privada neste sector não é a melhor, falta formação, faltam quadros, faltam pessoas a servir que me possam indicar qual é o melhor vinho que eu posso beber para esta refeição, etc., eu vou aí, num dos restaurantes, come-se muito bem, sim senhor, é agradável, tudo caseiro, podemos continuar com este modo de fazer as coisas, mas a realidade é que o consumidor está a pedir um turismo de qualidade e este turismo de qualidade requer formação.

Eu acho que era um tema que merecia aqui uma discussão mais integrada e não pontual, à medida que vão surgindo estas adesões.

Relativamente a isto, eu partilho plenamente o que foi aqui dito, eu acho que há um problema de dimensão que aqui tem que ser equacionado para este Quadro Comunitário, que aliás já está em vigor. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

A extensão do debate e o número de intervenções é o melhor testemunho que de facto o tema é importante para a nossa terra.

Tem a palavra Deputado Garrido.

Deputado Municipal David Garrido:

Normalmente não costumo fazer este tipo de intervenções, mas a intervenção do Deputado José António, que não é normal, mas ele lá sabe porquê.

Nunca fui a Cuba, a União Soviética não existe, não sei o que se lá passa, nem me interessa, interessa-me é aqui e aquilo que eu aqui defendo é o que eu entendo defender no meu território, o território onde eu vivo.

Não estranho nada que o Sr. daqui por meia dúzia de dias venha aqui defender a extinção das Juntas de Freguesia, porque são muitas e temos que criar escala, defender que os Municípios são demais e temos que ter três ou quatro. Tem a sua forma de fazer política.

O que me estranha e estranha-me há uns tempos a esta parte, mas eu vou guardar para outros dias, as razões porque estou a dizer porque me estranha, agora não digo.

Presidente da Assembleia Municipal:

Bom, ficaremos então a aguardar essa solução de estranheza, enquanto damos a palavra ao Rui Sá.

Deputado Municipal Rui Sá (PSD):

Eu não estava de todo a contar ter que intervir relativamente a este tema, mas acho que é importante fazê-lo porque já fiz parte de alguns projectos da região de turismo do Nordeste e fiz parte numa equipa que foi algumas vezes representar a Região de Turismo do Nordeste à feira em Santarém, com algumas pessoas, nomeadamente com o Dr. Júlio Meirinhos, com o Dr. Lhano e a opinião que eu tenho da Região de Turismo do Nordeste é que efectivamente não servia a região de Mirandela, não servia o concelho de Mirandela.

Não sei se este servirá o concelho de Mirandela, porque no Porto também tínhamos o ICEP e desta forma também estávamos representados. Há aqui uma orientação mutualista de retirar ao interior toda a decisão, deixa-se cá uma sub-região, mas deixa-se cá uma sub-região sem poder. E toda a estratégia de turismo definida para a Região Norte, tem sido uma má estratégia, oxalá esta vá ser melhor do que a que temos, tenho dúvidas.

Relativamente ainda a Mirandela e temos um dos maiores ex-libris do concelho de Mirandela que é a Linha do Tua. Sei que há relativamente pouco tempo foi efectuado um debate em Lisboa sobre a Linha do Tua. Ainda ninguém se pronunciou sobre isso. Eu pessoalmente gostaria que me dissessem alguma coisa sobre o assunto.

Que a futura Região de Turismo defenda realmente os interesses de Mirandela, nomeadamente a Linha do Tua. Era só.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):

Boa tarde a todos. Normalmente eu e o Sr. Garrido estamos quase sempre dissonantes um do outro, mas ele sabe o apreço que tenho por ele (acho eu) e também em muitos pontos sou quase comunista.

Isto já aconteceu na Assembleia Municipal anterior e eu disse aqui já uma vez, não sei se recordarão, que este Governo tem limite final que é Portugal habitado chegar até Vila Real. De Vila Real para cima ser uma coutada para depois virem para aí de 4 X 4 fazer as suas caçadas e terem aqui uns hotéis e umas coisas. Fico muito admirado com o Deputado José António, que já da outra vez veio defender que se devia juntar a nossa Região à de Vila Real (não me recordo agora como se chama) e agora vejo que com a Região de Turismo que concorda muito bem que vá até ao Porto. Eu estava no meu lugar e a questionar-me: mas afinal o que é que é a regionalização, afinal a regionalização é desconcentrar ou é concentrar? Porque então não precisamos de regionalização. Se calhar estamos regionalizados e estão-nos a absorver a todos. Era só isto que eu queria dizer que não concordo nada com esta região de turismo. Acho que teríamos muito mais a ganhar com a região de turismo de Trás-os-Montes.

Presidente da Assembleia Municipal:

Enquanto aguardamos mais alguma inscrição, respondendo ao pedido e ao desafio do Deputado Rui Sá, eu posso informar esta Assembleia que estive no Sábado passado acompanhando o Sr. Presidente da Câmara em Lisboa, na Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, onde havia um debate sobre a Linha do Tua e sobre a envolvência e sobre os problemas que a provável aparecimento da barragem do Tua pode desencadear.

Sr. Presidente, também irei pedir-lhe que depois faça um breve comentário sobre a participação nesse episódio. Foi mais um movimento que a Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro desencadeou, teve a participação do Instituto da Democracia Portuguesa (IDP), mas o principal alcance e o principal horizonte do debate era em relação à possibilidade do consumo energético e da envolvência que isto traduz.

A defesa da linha do Tua esteve também presente de algum modo mas havia aqui esta dicotomia entre a barragem e a Linha do Tua

O que é certo é que a Câmara de Mirandela esteve presente e fez a reivindicação e a defesa dos interesses locais, tentou demonstrar a importância histórica e a importância para a região, da Linha do Tua, tal como está, numa perspectiva turística ou tal como poderá estar numa perspectiva de desenvolvimento regional no que respeita à ligação entre a Linha do Douro e a Linha de Alta Velocidade de Espanha, enfim, todas essas prerrogativas e todas essas envolvências que já é do conhecimento da Assembleia foram ali colocadas e julgo que Mirandela fez aquilo que deveria fazer.

Não havendo mais nenhuma inscrição, pedia ao Sr. Presidente se quer também fazer uma breve informação sobre a nossa ida a Lisboa, no que respeita ao debate que houve sobre a Linha do Tua ou sobre a barragem do rio Tua, na Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Presidente da Câmara Municipal:

Muito obrigado Sr. Presidente.

Não sobre o debate em si, eu não vou fazer mais nenhum comentário dos que fez o Sr. Presidente, até porque já fizemos aqui em Mirandela 2 ou três iniciativas, isolada da Linha do Tua ou da barragem, é o conjunto do desenvolvimento dos concelhos do Vale do Tua com ou sem barragem e isto é que foi o que nos levou a esta discussão em Lisboa.

Eu aproveitava era este momento de falar disto, para pedir a toda esta Assembleia e através dela a todos os Mirandelenses que queiram participar na discussão pública do impacto ambiental da barragem da Foz Tua, que já está a decorrer desde o dia 15, termina no dia 18 de Fevereiro, que tem 10 volumes de estudo de impacto ambiental que se encontram nas Câmaras Municipais dos 5 concelhos do Vale do Tua o projecto completo, que vão aparecer nalgumas Juntas de Freguesia, que têm a ver com o Vale do Tua apenas o projecto simplificado.

O que eu pedia era que de aqui até 18 de Fevereiro, os que são contra, os que são a favor, os que querem o desenvolvimento numa forma, os que querem o desenvolvimento doutra, se deixem só de palavras, como às vezes estamos habituados e que passem ao concreto, isto é, têm agora a oportunidade única de cada um de nós, sendo a favor ou contra, não interessa, expressar os nossos pontos de vista, criticar aquele estudo de impacto ambiental, vão consultá-lo à Câmara Municipal, porque não se pode tirar cópias de 10 volumes extensos do estudo de impacto ambiental, mas penso que também o INAGUE o põe na Internet em termos de consulta pública. Vejam isso dêem as vossas sugestões, critiquem, apresentem soluções de desenvolvimento sejam contra ou a favor da barragem, mas faça-se uma discussão pública intensa, capaz de chegarmos ao dia 18 de Fevereiro e ninguém ficar com peso na consciência. E o peso na consciência é o que será melhor para a nossa região, o que será melhor para o nosso concelho, será que eu fiz tudo que estava ao meu alcance para que o meu concelho possa ter isto, ou possa ter aquilo? Eu acho que ninguém está dispensado daqui até lá, embora esta questão já se discuta há vários meses e se calhar há vários anos, acho que ninguém está dispensado de dar o seu contributo.

E eu aproveitei esta oportunidade e à Comunicação Social também, que bata nela todos os dias, para que todos os Mirandelenses, todos os habitantes dos concelhos do Vale do Tua possam dar aqui concretamente, fazer a sua proposta, a sua crítica ou a sua solução a este estudo de impacto ambiental.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

A este respeito eu tinha duas perguntas ao Sr. Presidente.

Em tempos quando discutimos este assunto, o Sr. Presidente disse que iria apresentar a esta Assembleia um estudo para uma solução alternativa à construção da barragem, que por sinal a maior que o País vai construir, a que



maior produção de energia eléctrica vai ter e que iria solicitar esse estudo alternativo e apresentá-lo aqui para discussão.

Não sei se entretanto isso já foi feito, se está em curso, se ainda vai a tempo agora nesta fase de debate dos relatórios de impacto ambiental e esta seria a primeira questão.

A segunda questão, relativamente à cota, porque aquilo que eu me apercebi algumas suas intervenções públicas, é que de facto se manifestou – isso já é público e sabido de toda a gente – contrário à construção da barragem e, portanto, a favor da preservação do vale tal como está, com a linha do Tua, etc., mas depois acabou por dizer, bom mas se ela for feita, que vá até à cota máxima, ou até à cota xis, eu agora não me recordo, não era a máxima, mas por aí andávamos, para ter a maior produção possível e rentabilizar o investimento e não ficarmos a meio gás, como se costuma dizer na gíria.

Eu também gostaria de saber se essa sua posição já é baseada no tal estudo que pediu ou se é o seu entendimento pessoal do que deveria ser, a sua opinião.

Presidente da Assembleia Municipal:

O Sr. Deputado está a pedir a palavra para o quê? Peço desculpa, seja objectivo, assunto Linha do Tua? Sr. Deputado, antes de lhe dar a palavra era minha intenção fazê-lo, pedir à Assembleia alguma compreensão, porque ia alertar, – e alguns dos Srs. Deputados já me estão a abanar com a cabeça – estamos a divergir em relação ao nosso ponto.

O nosso ponto lembro que é a “Adesão do Município à Entidade Regional de Turismo do Norte”.

E quando a Mesa reclamou e trouxe a questão da linha do Tua foi para responder rapidamente ao Deputado Rui Sá que pediu para fazer um breve “aprox” sobre a nossa participação em Lisboa.

Estava a informar a Assembleia de que estamos aqui a fazer um desvio e portanto é meu dever comunicar, ia pedir ao Sr. Presidente até para ser breve nesta informação de resposta ao Deputado Luís Sousa, porque há na verdade aqui algum desvio, mas estamos sempre a tempo de corrigir.

Faz favor, pedia-lhe o favor de ser breve.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Da mesma maneira que o Deputado anterior colocou questões sobre a barragem e a Linha do Tua, eu gostaria também de colocar algumas questões ao Sr. Presidente, algum pedido de esclarecimento.

E o pedido de esclarecimento vai neste sentido, era saber que articulação é que há entre os concelhos envolvidos, no sentido de se fazer da existência de um lobby que permita tirar contrapartidas e eventualmente da construção da barragem, isto é, se um canal rodoviário ou ferroviário de acesso ao vale do Tua está contemplado e que tipo de outras contrapartidas, nomeadamente no preço da energia eléctrica, de todas essas questões.

Há ou não há consonância entre os diferentes concelhos e Presidentes de Câmara que são abrangidos pela área de influência da barragem? É tão simplesmente isto.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. Presidente, então tem a palavra e eu aproveitava para lhe recomendar que podia-se falar no referendo e encerrávamos o assunto para a Assembleia seguinte.

Presidente da Câmara Municipal:

Sr. Presidente, eu vou-lhe pedir uma coisa. Nós temos aqui um ponto que é “Outros Assuntos de Interesse para o Município” e eu posso nesse ponto responder a essas perguntas todas, não há problema.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito bem, então transferíamos esta discussão e esta preocupação dos Srs. Deputados, com as questões que puseram, quer do Deputado Luís Sousa, quer do Deputado Baltazar, para o ponto n.º 5 que é “Outros Assuntos de Interesse para o Município”.

Nessa circunstância, então podemos votar a questão que aqui nos traz o programa que é a Adesão do Município à Entidade Regional do Turismo.

Quem é que vota Contra?

Quem se abstém?

Aprovado por maioria.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela aprovou, por maioria, a Adesão do Município à Entidade Regional de Turismo do Norte.

Ponto 4.10 – Taxa pela emissão de Certificado de Registo:

Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 03 de Dezembro de 2008 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, conforme proposto:

1 - Aprovar o montante a cobrar pela componente municipal do serviço prestado, nos termos da Lei n.º37/2006, de 09 de Agosto e pela portaria n.º 1637/2006 de 17 de Outubro, 3,50€ pela emissão dos documentos de registo e 3,75€ pelas 2.ª Vias;

2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Alguma intervenção dos grupos parlamentares, não há?

Sr. Presidente quer dar alguma informação a propósito deste assunto?

Presidente da Câmara Municipal:

Isso decorre da legislação, está expressa, é imperativa, não tem explicação.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então vamos votar.

Quem é que vota Contra? Quem se Abstém?

Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela aprovou, por unanimidade, a Taxa pela emissão de Certificado de Registo.

Ponto 4.11 – Pedido de Isenção de I.M.T. Maria Elisa Dias Pires:

Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 19 de Novembro de 2008 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1 - Ao abrigo do artigo 12º n.º 2 da Lei das Finanças Locais e porque a requerente declara que pretende afectar duradouramente a actividade da empresa, a Câmara Municipal propõe à Assembleia Municipal que autorize a concessão de isenção do IMT à requerente sobre a aquisição da fracção autónoma do prédio urbano, na rua João Maria Sarmento Pimentel lote E, R/C – 5370-236 Mirandela, do artigo matricial 4278NIP, descrita na Conservatória do Registo Predial sob a ficha 1698 – E, da mencionada freguesia;

2 - Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

Presidente da Assembleia Municipal:

Quem pede a palavra para intervir?

Sr. Presidente quer dar alguma informação? Nada?

Então vamos votar. Quem vota contra? Quem se abstém?

Aprovado com uma abstenção.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela aprovou, por unanimidade, o Pedido de Isenção de I.M.T. Maria Elisa Dias Pires.

Ponto 4.12 – Regulamento do Banco Local de Voluntariado de Mirandela:

Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 03 de Dezembro de 2008 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, conforme proposto:

1 – Aprovar o presente Regulamento do Banco Local de Voluntariado de Mirandela;

2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Se me permitem eu vou falar daqui, nós só somos dois aqui na Mesa e pode depois tornar-se complicado gerir esta Assembleia.

Em relação a este assunto, cumpre-me dizer o seguinte:

A crise económica mundial e nacional fez redobrar questões sociais graves e emergir novos fenómenos sociais que agudizam a pobreza e a exclusão social.

Nem sempre é preciso socorrer-mos das notícias veiculadas pelos órgãos de comunicação social para aquilatar da dimensão do problema porque nós, autarcas, temos sentido na pele, e todos os dias, o agravamento da situação de penosidade social. Somos confrontados cada vez mais com pedidos de emprego, de casa e de ajuda financeira para pagar as contas da água ou da luz, a renda de casa ou a aquisição de medicamentos e de alimentos. Sentimos no dia-a-dia a falta de esperança dos jovens no futuro, cujo mercado de trabalho não os consegue absorver, mesmo daqueles cujos pais investiram fortemente na sua formação profissional ou académica. Sentimos no dia-a-dia o desespero das pessoas que não sabem o que fazer e que depositam nas autarquias locais a última esperança, esquecendo-se que a esse nível a colocação laboral é muito mais difícil face aos imperativos legais e aos limites e restrições orçamentais impostos pelo Governo. E a situação não é ainda insustentável porque continuam a existir cursos profissionais que são autênticos empregos para as pessoas, mas que podem um dia acabar.

Os dramas sociais que se estão a viver são também percebidos pelas misericórdias com crescentes pedidos de isenção ou redução de custos com a colocação de crianças e jovens nas creches e jardins-de-infância e de idosos nos lares. A par de uma maior pressão para o acolhimento de idosos nos lares, há casos de famílias a retirar os idosos dos lares na esperança de que a sua escassa pensão ou reforma consiga equilibrar o orçamento familiar.



O Presidente da República Portuguesa Cavaco Silva, alertou recentemente para o surgimento de novas formas de pobreza, produto de uma sociedade demasiado consumista e material e com um sistema bancário facilitador e potenciador do consumo e do acumular de dívidas. Há cada vez mais jovens casais, com 30/40 anos, que têm enormes dificuldades para pagar o empréstimo da casa ou do carro.

Mais uma vez terão de ser os municípios e as freguesias a arregaçar mangas e a criar soluções para problemas sociais novos e velhos. A Associação Nacional de Municípios Portugueses apresentou recentemente um pacote de medidas para dar respostas locais de combate às dificuldades que o País atravessa, prescindindo de receitas na ordem dos 555 milhões de euros. Tem de ser cada vez mais forte e incisiva a aposta dos municípios portugueses na área social. E a esse nível, o Município de Mirandela tem dado respostas muito positivas, em articulação com as instituições da sociedade civil. E é nesse esforço de procura de respostas para problemas sociais e para minorar a pobreza que incluo o Banco Solidário da Santa Casa da Misericórdia e o Banco Local de Voluntariado da Câmara Municipal de Mirandela, para as quais as técnicas de Serviço Social da Câmara Municipal, Dr^a Manuela e Dr^a Sandra, têm dado um contributo muito valioso. Para elas o meu elogio público e votos para que seja possível ajudar as famílias carenciadas de Mirandela.

E para isso, cada um de nós pode dar o seu contributo, individualmente ou no âmbito de uma organização promotora. Acredito que neste frenesim da vida quotidiana seja possível reservar algum tempo para, de forma desinteressada e responsável, dar algo a outros que precisam de nós, da nossa palavra amiga, do nosso consolo ou da nossa mão. Todos nós temos uma dívida para com a sociedade. Quem ainda não o fez, que pague a sua dívida. Vão ver que não custa nada.

Termino esta intervenção com uma frase de John Donne que consta do livro de Ernest Hemingay “Por Quem os Sinos Dobram”:

«Nenhum homem é uma ilha isolada; cada homem é uma partícula do continente, uma parte da terra; se um torrão é arrastado para o mar, a Europa fica diminuída como se fosse um promontório, como se fosse a casa dos teus amigos ou a tua própria; a morte de qualquer homem diminui-me, porque sou parte do género humano. E por isso não perguntes por quem os sinos dobram: eles dobram por ti».

Muito obrigado, um Feliz Natal e um Próspero Ano de 2009.

Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD):

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, restantes Membros das Mesas, chamar para a atenção para esta oportunidade agora criada, acho que peca por tardia e fazendo paralelismo para a seguinte questão:

Este Regulamento tem um handicap que é aos 18 anos, Mirandela é uma terra de eventos, relembro a possibilidade do Jet Ski, projecto da Terra Olea noutra âmbito e também a festa da Geografia, mas concentrando só no Jetski, a possibilidade de neste Banco concentrar jovens e na assessoria à organização, que podem prestar, neste evento internacional.

Hoje o inglês é uma disciplina querida ou obrigatória, ou procurada por todos os alunos, ela está na ordem do dia e muitas das vezes as aprendizagens fazem-se pela possibilidade das práticas onde elas possam estar envolvidas.

O Jetski, porque o Jetski envolve elevado número de estrangeiros, porque se concentram já num período de férias na cidade de Mirandela.

Aqui os jovens, através dos seus estabelecimentos de ensino, poderem participar nele, assessoriar, pôr em prática os seus conhecimentos a nível de Inglês, a nível organizativo, tanto mais que hoje e especialmente na nossa zona, o Nordeste Transmontano está afectado pela desertificação, estamos a pensar que jovens, concentram-se mais ou menos tempo, vêm mais ou menos número de vezes à sua terra, muitas vezes pelas experiências positivas que vivem enquanto juventude, sob pena de mais tarde não terem aqui o seu emprego, possam vir de forma saudável e com saude às suas terras, ainda que sazonalmente.

Este projecto, “Banco Local do Voluntariado”, quase se podia chamar “projecto made in Mirandela”. Estou a pensar que o bairrismo dos jovens da cidade de Mirandela e das pessoas que possam aderir a este projecto possa vir a dar excelentes resultados. Eu gostaria muito que esta projecto fosse um projecto âncora para o desenvolvimento da cidade de Mirandela. Não custa dinheiro, é a partilha de meios, de conhecimentos e de experiências positivas.

À semelhança do que já acontece com o projecto da Tuabike, que ontem passou na TVI em horário nobre, daqui a um ano ou daqui a quatro anos possamos ver este projecto também como excelente prática, possa passar na Televisão, mas sobretudo os que cá vivem possam viver melhor e com mais qualidade de vida.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

É só uma palavra, eu estou de acordo com este Banco.

Aquilo que eu pedia é que a base de dados que vai ser criada não sirva para outra coisa, porque eu hoje começo a receber muita correspondência, em função de base de dados, mas por outras entidades que não são aquelas onde eu me inscrevi.

Aliás eu agora quando dou a minha morada e o meu nome para uma determinada base de dados ponho sempre alguma coisa que me identifique depois quando recebo. Ou é o nome que não vai completo ou é a morada que vai ao lado. Depois quando recebo aquela correspondência, sei de quem é que foi cedida aquela base de dados.

E aquilo que eu espero é que a base de dados ao ser criada não possa servir para outras coisas que não para o Banco.

Deputado Municipal Rui Sá (PSD):

É para reforçar aquilo que o Paulo Pinto veio aqui dizer porque o Regulamento, efectivamente, é limitador à idade. Eu posso dizer por experiência própria. A minha filha tem 16 anos e foi durante vários dias – este Verão e no Verão passado – para o berçário da Santa Casa da Misericórdia em regime de voluntariado.

Quanto a mim entendo que é negativo porque é limitador, ainda que, para que os menores pudessem prestar esse auxílio, careçam de uma autorização dos pais, ou dos tutores, é só isso. Parece-me que uma criança com 16, 17 anos, pode dar um excelente contributo no regime de voluntariado.

Teremos que votar agora este estatuto, pois vote-se sim senhor, não é impeditivo, mas a seu tempo uma possível alteração, que fosse levado isso em consideração.

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):

Não é tanto uma intervenção, é mais um esclarecimento.

Eu penso que em relação à idade, o voluntariado encontra-se regulamentado numa Lei da Assembleia da República e a ideia que eu tenho, embora não tenha aqui o diploma, é que os 18 anos resultam da própria Lei, ou seja, nós estamos aqui a falar dum voluntariado organizado, com direitos e deveres. Se repararem nos direitos e deveres que também resultam, estão aqui no nosso regulamento, mas não são do que uma transposição do que vem na Lei. São direitos e deveres já duma pessoa capaz e maior de idade que tem direito a um seguro de responsabilidade, tem direito a beneficiar de dispensa do trabalho num determinado horário, tem determinadas regalias que só são atribuídas a quem é maior de idade.

Portanto, é na minha opinião e sem ter uma garantia a 100%, mas no próprio regulamento vem citada a Lei que regulamenta o voluntariado, eu penso que a limitação dos 18 anos, resulta, não do nosso regulamento, mas uma limitação legal e que o nosso regulamento não pode afastar.

Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD):

Exactamente, até porque isto deve estar perfeitamente regulamentado. Mas eu chamava a atenção, eu quando digo que é handicap, não sei se é positivo se é negativo o facto dos 18 anos é para tomar responsabilidade que quem fizer um plano de actividades, os seus membros, que têm direitos e deveres, no seu plano de actividades que tenham em atenção os públicos que possam envolver, não só a quem se dirigem as acções, mas também quem nelas envolvem.

Admito que a maior parte dos alunos das escolas não possam participar neste voluntariado, mas no seu plano de actividades, que tem que ser muito intenso e muito rigoroso, possam duma forma ou doutra, arrastar duma maneira ou doutra, todos estes jovens, sob pena de mais tarde virem também ou então não terem sensibilização suficiente para aderirem ao voluntariado.

Eu lembro-me a título de exemplo, o Euro 2004 (faço o paralelismo). Se porventura não for por esse Decreto-Lei, que a Câmara Municipal tome também atenção a esta possibilidade.

Eu participo todos os anos num evento que se realiza em Portugal. Cada Câmara Municipal tem 350 jovens voluntários e imaginem o que é transportar 350 jovens para os portos de controle no caso dum evento desportivo. É uma comunidade, é uma urbe a comungar dum evento e do bairrismo daquela cidade, são 350 voluntários. Se por acaso neste Decreto-Lei não conseguirem, até porque a estrutura está montada, o dinamismo está montado, poderem arrastar duma forma ou doutra, por este ou por outro Decreto-Lei ou por outro regulamento que venham a fazer, um conjunto de jovens, que estou convencido que podiam dar um exemplo útil.

O melhor exemplo disto é o EURO 2004. Além da economia, do turismo e da restauração e tudo mais, uma das mais valias do EURO 2004, foi o regime de voluntariados que conseguiu. Conseguiram, foram eficazes, foram efectivos e tiveram uma palavra importantíssima na forma como todos os trabalhos e responsabilidades se desenvolveram.

A equipa que vai tomar conta deste projecto de acção social, tem que ter em conta a diversos tipos de perfis, não só os de âmbito social, mas também os de âmbito desportivo ou outros, o que quer dizer que as pessoas têm que estar muito vocacionadas para aquilo que possam vir a fazer.

Não queria ver este projecto perdido, é importante começar bem, sob pena de nos próximos 25 anos não se fazer coisa igual.

Deputado Municipal Baltazar Aguar (PS):

Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, a minha primeira afirmação é que este projecto é meritório.

No entanto há muitos projectos meritórios e de boas ideias e que depois terminam menos bem, sabemos sempre, como eu costumo dizer onde as coisas começam, temos alguma dificuldade em saber onde as coisas acabam. E gostaria aqui de chamar a atenção para a observação que foi feita pelo Deputado Garrido. É pertinente, é importante e é importante que haja garantia de que o banco de dados que constituem este Banco de Voluntariado, não sejam usados para fins diversos destes.

Até aqui foi falado só nos eventos desportivos e na juventude. Eu direi que a nível da idade sénior isso também é verdade e esse ainda não foi tocado. Há muita gente que hoje está reformada e tem muito, muito de bom para dar.

Eu costumo dizer, entre amigos que este país é um país rico, é um país rico porque deita fora um manancial de experiência acumulado ao longo da profissão. Há muita gente que queria dar e não sabe como dar e a questão trata-se só e tão somente de organizar toda essa gente que está disponível para dar, que tem imensa experiência a vários níveis e que em muito podem ajudar os outros.

Eu direi que na minha vida aprendi muito com os mais velhos e se calhar estamos a atravessar nesta altura uma época em que se pode aprender muito com os mais velhos, mas temos que ter cuidado com a confidencialidade dos dados, temos que ter cuidado com a utilização que se pode fazer do Banco do Voluntariado.

Estou de acordo, aprendi muito e é um testemunho pessoal que aqui deixo, em conversas com os mais velhos, mas às vezes pode ser perigoso. Para isso, hoje há possibilidade de salvaguardar os dados e de usar bem usado. Eu faço votos e que Deus permita que seja utilizado no bom sentido.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Eu, sobre este assunto, embora numa forma diferente, tenho uma experiência acumulada nestes últimos 6 anos. Tudo o que diga respeito a voluntariado, eu estou por detrás destas iniciativas.

Há seis anos fizeram-me um convite para fazer parte duma comissão com mais nove pessoas para instalar em Setúbal uma Universidade da Terceira Idade. Claro que puseram-me a criança nos braços e tive que legalizar aquela instituição.

Isto porquê? Porque o Eng.º Baltazar acabou de referir há pouco, na verdade as pessoas chegam ao fim da vida e às vezes não têm ninguém de família, vivem isoladas num apartamento, numa casa e muitas vezes não têm com quem contactar. Há uns sete ou oito anos, em França, morreram 14.000 pessoas nestas condições. As pessoas chegam a determinada altura não têm incentivo nenhum e acabam por se suicidar.

Tudo isto tem muito interesse, esta é uma franja um pouco diferente, mas devo dizer-vos que temos em Setúbal 400 pessoas na universidade, com 60 valências. E as pessoas que viviam isoladas, hoje realmente integradas num ambiente extraordinário.

Há também outra obra lá que se prende com o Hospital de S. Bernardo onde ali existe também "Os Amigos do Hospital". Estive por detrás da feitura dos estatutos daquela instituição e na verdade é possível ver-se como tanta gente tem realmente muito para dar nessas iniciativas.

Eu felicito também nesse aspecto este programa, porque no fundo acho que tem um interesse extraordinário para a nossa terra. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Estão esgotadas as intervenções, não há ninguém, perguntava ao Sr. Presidente se quer intervir?

Presidente da Câmara Municipal:

Sim, Sr. Presidente, queria intervir só para dar uma explicação porque acho que há aqui uma confusão que até é positiva porque nos ajuda a esclarecer. Duas notas prévias:

A primeira para dizer o que é este Banco Local de Voluntariado que vamos aqui aprovar e a segunda dizer como é que ele é regulamentado, para que não fiquem dúvidas nem especulações sobre esta situação.

Em primeiro lugar, o que é este voluntariado, este Banco Local de Voluntariado. É um Banco Local de Voluntariado institucionalizado. Em Mirandela, há muitos voluntários, não tenho qualquer dúvida. Podem ser todos voluntários, desde os 10 anos, até aos 100 ou 105, se os houver. Esta questão não está em causa. O que está em causa é que dentro destes voluntários todos, há um grupo que se vai organizar, que se vai candidatar, que vai ter direitos e deveres e que tem de obedecer a um tratamento legal, estabelecido num protocolo, entre este Banco Local de Voluntariado criado pela Câmara Municipal e o Banco Nacional de Voluntariado, que é criado a nível nacional. Este regulamento não regula mais nenhum voluntariado. Cada um pode ser voluntário onde quiser, como quiser, como lhe apeter, em todos os ramos da sociedade.

O que este Banco Local vai fazer é institucionalizar um determinado número de voluntários que se candidatam com mais de 18 anos, porque a Lei obriga a ser mais de 18 anos. Para fazer o quê? Para que se disciplinem e organizem de maneira a prestar um serviço que seja também ele útil.

Porque se vocês repararem, o grande problema, às vezes, do voluntariado não é haver número suficiente de pessoas para prestar um serviço voluntário. É que as próprias pessoas não sabem onde são mais úteis voluntariamente, nem sabem quais as instituições que podem servir voluntariamente e quais as necessidades.

Para dizer que isto não tem nenhum problema em termos de dados, são o máximo 100, oxalá que fossem 1000 ou 2000 pessoas. O que estamos aqui a confundir talvez é o Banco Solidário, que foi apresentado ao mesmo tempo, que tem, esse sim, que dar alimentos, tem que dar ajudas a pessoas necessitadas e é que pode ter dados que depois sejam complicados em termos de acesso público.

Este não é o que estamos aqui a criar é apenas o Banco do Voluntariado, isto é, disciplinar aqueles voluntários que queiram ser úteis em determinada área social e sujeitar-se a uma organização para prestar esse voluntariado. Não é rigorosamente mais nada do que isto, que está aqui em causa e por isso, eu tenho a certeza absoluta, que em Mirandela vamos ter dezenas, centenas de voluntários, mas também vamos ter algumas dezenas de entidades, desde o desporto à cultura. Desde a 3.ª idade à infância, a todos os sectores que sejam necessários intervir, em termos de voluntariado, com este Banco Local de Voluntariado.

Isto não substitui nenhum voluntariado já existente, não se substitui a qualquer outro tipo de voluntariado que as pessoas queiram fazer, é apenas como vos disse um voluntário institucionalizado legal, em colaboração com o Banco Nacional de Voluntariado, que já está criado, que tem as suas regras e as suas normas e que nós não podemos alterar.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Sr. Presidente, vamos então antes de votar, uma palavra em jeito de posfácio deste debate, que foi um debate vivo e que muito honrou esta Assembleia, da maneira como foi participado, o tema também é aliciante, pelo voluntariado.

Como todos sabemos o voluntariado é a expressão mais sublime, mais elevada do tipo de solidariedade, tem naturalmente no nosso seio um fundamento da ética cristã e eu congratulo-me porque este debate tenha tido o percurso que aqui teve e que aos voluntários, as estruturas responsáveis, falo aqui das autarquias e falo aqui ao mais alto nível dos Governos, concedam aos voluntários aquilo a que eles têm direito, "justiça", não mordomias nem favores, porque eles não precisam, mas justiça em termos de concessão de muitas coisas a que têm direito, que já se começa a ver um

esboço, a nível de vários Governos e de vários países, em relação ao voluntariado, que ocupa hoje, felizmente, uma grande mancha em todas as sociedades.

Quem é que vota Contra?

Quem se Abstém?

Votado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela aprovou, por unanimidade, o Banco Local de Voluntariado de Mirandela.

5 - Outros Assuntos de Interesse para o Município:

Pedia ao Sr. Presidente da Câmara se queria usar da palavra para complementar a informação sobre a questão da Linha do Tua já levantada por alguns deputados, matéria do interesse dos Mirandelenses.

Presidente da Câmara Municipal:

Muito obrigado Sr. Presidente Entendo que o tema da Linha do Tua deve ser discutido na próxima Assembleia Municipal de Fevereiro, a realizar na 1ª quinzena e antes do fim do prazo da Avaliação de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua.

O estado actual desta situação é o seguinte, em termos simples e objectivos.

Está a decorrer o EIA até 18 de Fevereiro, o qual pode ser consultado no site da EDP e nas Câmaras Municipais afectadas. São na sua totalidade 10 volumes, incluindo um resumo técnico e um resumo não-técnico. Existe também desde Janeiro um estudo técnico dos 5 municípios que está a ser preparado com e sem barragem realizado pela Quartenaire, e que se pronuncia sobre as vantagens e inconvenientes das duas soluções possíveis e o seu impacto no desenvolvimento dos concelhos do Vale do Tua e da região. Irá ser entregue cópia aos membros desta Assembleia em Fevereiro. Idêntica avaliação foi efectuada pelo Instituto da Democracia Portuguesa.

Portanto, existem três documentos específicos e a partir de 20 de Janeiro podem ser disponibilizados a todos os Membros da Assembleia Municipal e o de consulta pública a toda a população e a todos os técnicos que o desejem, para que tenhamos aqui em Fevereiro um bom debate sobre este tema, nomeadamente inseri-lo na discussão pública sobre a barragem do Foz Tua.

Neste sentido, embora ainda não conheça os dados integrais dos respectivos estudos, há duas ou três questões que já são consensuais.

Primeira questão: existe de facto um estudo, respondendo ao Eng.º Baltazar, dos cinco municípios do Vale do Tua que significa uma estratégia concertada e uniforme sobre o desenvolvimento dos Municípios do Vale do Tua.

Existe também o compromisso de que, seja qual for a decisão, negociaremos em conjunto as contrapartidas que houver para negociar, quer com o Governo ou com a EDP, se for construída a barragem.

Contudo, posso dizer que não há consenso sobre a manutenção ou não da Linha do Tua e sobre o valor da cota.

A EDP propõe a cota 170 porque foi nesse pressuposto que a Barragem foi adjudicada à EDP porque é a cota que mais lhe interessa tendo em conta as indemnizações a pagar em termos de harmonização do custo / benefício da construção da respectiva barragem. Além disso, permite-lhe apresentar uma alternativa mais viável à Linha do Tua porque com a cota 170 apenas ficam submersos 12 quilómetros de linha do Tua, isto é, entre a Foz Tua e a Brunheda. A EDP propõe uma alternativa que seria um elevador na barragem para se poder estar e fazer aquela situação dentro a barragem e a Foz Tua, num traçado que eles consideram de "via europeia" (penso que é assim que se chama), porque conseguiam trazer os produtos para a barragem até ali se fosse por comboio, doutra forma não conseguem, o que tinham aqui um custo / benefício enorme, porque escusavam de tantos camiões na estrada. Se o percurso entre a Foz Tua e a barragem fosse feito em "linha ibérica" dava seguimento à Linha do Douro e muito do material da construção da barragem podia vir por linha ferroviária.

Depois o tal troço dos 12 Kms, onde ficaria inundada a linha entre a barragem e a Brunheda, seria feito por barco e depois retomar o traçado da linha na estação da Brunheda e seguir o seu percurso normal, em termos de comboio, na linha do Tua.

Só um Presidente da Câmara concorda com a cota 170, que é o Sr. Presidente da Câmara de Murça. Porquê? Porque a cota 170 permite-lhe, segundo o entender dele, não ter tanto prejuízo as suas vinhas, as suas oliveiras e não sei o que lá há mais de agricultura ... vária agricultura espalhada por aqueles sítios e portanto permitir-lhe-ia não destruir toda a agricultura de subsistência naquele local. Os outros quatro Presidentes de Câmara são frontalmente contra, por uma questão simples: se tiver de haver barragem, ela que beneficie todos os concelhos ou o máximo possível de concelhos, porque se tiver a cota 170, já vos expliquei, que a albufeira só chega à Brunheda e portanto só com a cota 190 é que a albufeira sobe até perto de Abreiro e portanto isto pressupõe que concelhos que estejam a Norte desta situação, também possam beneficiar ou não, com a albufeira, além de que produziria muito mais energia eléctrica, do que produz à cota 170.

A EDP não concorda com a cota 190 porque terá de pagar mais indemnizações e submergir mais pontes, ficando o custo total em 71,5 milhões de Euros, ou mesmo 121 milhões.

A minha posição, pessoal e não política, porque a Drª Manuela Ferreira Leite provavelmente nunca andou na Linha do Tua é esta: sou frontalmente contra a barragem. E depois de conhecer estes estudos todos ainda sou mais contra e vocês terão oportunidade de tirar a vossa conclusão. E vou dizer-vos porquê?

Primeiro, porque o valor acrescentado da barragem, em termos de desenvolvimento do Vale do Tua (até os meus colegas que eram a favor, começa a ficar muito complicada a sua posição, a não ser que a EDP dê de contrapartida um grande valor económico, o que não se vai verificar porque a EDP diz que já pagou no bolo ao Governo

e se pagou o bolo ao Governo já não o pode pagar aos Municípios, porque 121 milhões ou 71, ou 50 serão para o Governo através do INAG e não para os Municípios, como podiam alguns Presidentes de Câmara esperar) é reduzido e, em segundo lugar, porque há que esperar por outros estudos que serão apresentados até 30 de Março sobre os custos de consolidação da segurança da linha e dos passageiros. Aí cada um tirará as suas conclusões.

Com a albufeira na cota 170, com este enquadramento de 12 kms. de linha tapada, não me serve rigorosamente para nada. Primeiro, destrói o Vale mais bonito que existe em todo o mundo ou pelo menos em toda a Europa. Segundo, aquele Vale sem o comboio não tem sentido, não vale a pena, é outra coisa, não é Vale do Tua, é outra coisa. E em terceiro lugar, a água só chega à Brunheda, para Mirandela a barragem não serve rigorosamente para nada, pelo menos os estudos assim o demonstram em termos de desenvolvimento potencial ou sustentável. Quarto e também último, perder a hipótese de ter uma ligação ferroviária no futuro entre Bragança ou Espanha e o vale do Tua, mesmo que tivesse que se fazer um investimento significativo, é uma questão que acho que deve estar na ordem do dia para Trás-os-Montes.

A estrada ou auto-estrada custou 400 milhões de euros e não traz só benefícios. Uma estrada leva e traz e o comboio nunca se sabe no futuro se não terá o mesmo impacto nesta matéria, quer de acessibilidades, quer de desenvolvimento turístico.

É uma coisa que está para estudar, eu já vos disse, isto é uma posição pessoal, cada um pode fazer a sua e deve-a fazer, sob pena de ficar a dever isso aos Mirandelenses, eu acho que os partidos todos devem-na fazer e é agora o momento, em termos de discussão pública, não é ficarem atrás dos outros.

Não é como ir numa lista para a Câmara ou para a Assembleia em que o primeiro dá a cara e os outros vão atrás, não, é todos darem a cara. Têm agora até 18 de Fevereiro para o fazer e mostrarem à sociedade, aos Mirandelenses e à região aquilo que pensam sobre o seu desenvolvimento.

Para isso acho que em Fevereiro é uma boa altura, os documentos estarão disponíveis nessa altura e o Sr. Presidente da Assembleia, com certeza, como das pessoas que eu conheço mais interessadas nesta matéria, fará e saberá encontrar linhas de orientação até lá, para esta discussão, que tanto interessa ao concelho de Mirandela.

Presidente da Assembleia Municipal:

Com certeza que registamos essa preocupação e com a qual estamos solidários.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP/ Independente):

É ainda sobre este ponto. É que continuo sempre um pouco confuso da posição. Tentou clarificá-la, mas na comunicação social dá ideia de que tem posições algo díspares, ora se manifesta claramente contra a construção da barragem e a favor da manutenção da linha tal qual como está, ora diz, bom, mas se ela vai ser feita, até lhe sugere uma cota e pelo que parece, opinativa, ainda não fundamentada e é isto que eu acho que deveria tornar claro.

Se não quer a barragem, se deveria subtrair a todo este processo.

Eu tenho alguma dificuldade depois em compreender, porque o Sr. Presidente, para além de ser Presidente da Câmara de Mirandela, que é um dos Municípios que é directamente afectado por isto, penso que também cumpre outras duas funções – ou pelo menos até há pouco tempo cumpria, que podem até ser antagónicas neste processo, é o caso da Presidência da dita agência de energia Terra Quente e a questão da Presidência do Metropolitano Ligeiro de Mirandela.

De facto há aqui, em princípio, do meu ponto de vista, uma incompatibilidade, porque enquanto Presidente do Metropolitano, até posso compreender o seu interesse em manter a linha até ao Tua, não obstante todos os problemas que temos tido nos últimos tempos, graves e que espero solucionados dentro em breve.

Mas por outro lado, tem esta função que de facto nunca nos foi aqui explicado bem o que é ou o que fez, o que é que esta agência fez. Uma agência que deixou passar ao largo uma candidatura a um financiamento que havia, como expliquei hoje de manhã, da Entidade Reguladora do sector energético, para a redução dos consumos privados de energia, que deixou escapar essa candidatura, pergunto-me, qual é o projecto, qual é a política que essa agência de energia Terra Quente, qual é a posição que tem em relação à barragem ou em relação à produção de energia na nossa região? Nós sabemos que os recursos hídricos na nossa região são fortíssimos e que é uma potencialidade. Nunca ouvi nenhum autarca discutir a questão que já foi aqui levantada, do custo energético na nossa região e do que é que poderia haver ou não um regime diferenciado, para atrair alguma indústria para esta região.

Estão aqui questões que têm vindo gradualmente a ser colocadas com este processo da construção da barragem da Foz do Tua, mas que este organismo “Agência de Energia Terra Quente” ou lá o que é, a gente nunca soube para o que servia e o que é que fez estes anos todos, não acompanhou um processo, acaba por o processo cair-lhe nas mãos e agora o que temos é uma posição reactiva e tardia, de alguns Municípios que estão directamente afectados com isto. Eu pergunto: mas as pessoas não andam atentas ao desenvolvimento das coisas na nossa região? Estamos a falar da área energética, como podíamos estar a falar da área da saúde, ou da educação, etc., há toda uma reorganização do Estado e o Sr. Presidente neste ponto de vista, até, convenhamos que é uma pessoa experiente, já teve assento na Assembleia da República, está próximo, é uma pessoa influente, está próximo de pessoas que estão mais dentro desses assuntos e portanto também poderia ter antecipado um pouco esta situação.

O que me parece é que foram apanhados de surpresa e agora todo este estudo que me disse, da Quartenaire ou como se chama essa consultoria, aparece tarde, mas pior ainda, não percebo se vai aparecer para justificar a sua posição final ou se já tem a posição tomada e isso vai apenas servir para contentar alguns que aqui levantaram o problema.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):

Queria propor uma questão ao Sr. Presidente da Assembleia e queria fazer um pedido ao Sr. Presidente da Câmara que não tem a ver com a linha do Tua nem com a barragem mas com a auto-estrada Transmontana que também o Sr. Presidente aqui referiu.

Em relação ao Sr. Presidente da Assembleia, é assim:

Claro que isto é a minha posição pessoal, eu hoje cheguei extremamente atrasado à Assembleia, não por vontade própria, mas porque estive em riscos de não poder vir à Assembleia, porque não sei se é regra, mas assim tem sido e as pessoas tentam adaptar e no meu caso pessoal e julgo que os outros profissionais também, tentam adaptar o seu horário àquilo que será a regra, ou pelo menos tem sido, das Assembleias Municipais à sexta-feira.

Acontece que, eu, de facto, às sextas-feiras posso vir ou tenho podido vir às Assembleias sem grandes problemas, hoje, não sei porquê, nem porque razão, a Assembleia foi à segunda-feira, quando na semana passada houve sexta e nesta também vai haver sexta.

Não encontrei nem me foi dada qualquer explicação, também nem tem que ser dada porque quem marca as Assembleias não somos nós, mas acho que dever-se-ia cumprir mais ou menos aquilo que tem sido regra, à sexta-feira.

Outra questão, é mais um pedido ao Sr. Presidente da Câmara. Todos nós já sabemos que a auto-estrada transmontana vai começar a passar por aí e no que diz respeito à minha freguesia vai passar no mesmo sítio, mais abaixo, mais acima, mas vai passar (presumo eu) lá. Já fiz várias tentativas de saber, tenho aquele primeiro estudo ambiental que me chegou e que nós demos o nosso parecer. Acontece que já na Junta de Freguesia me apareceram várias pessoas a questionar e eu não sei dar a mínima resposta onde é que concretamente irá passar a auto-estrada.

É aqui o pedido, é que tendo a Câmara muitos mais meios e técnicos capacitados para tal, gostaria de ser informado quanto antes possível, até porque as pessoas têm uma experiência negativa no aspecto das indemnizações e do sítio onde é que passou o IP4, que ainda está bastante recente e neste momento já revela alguma preocupação em relação ao local exacto onde é que a auto-estrada irá passar. Era isto que eu lhe pedia, se possível, o mais cedo possível, nos pudesse chegar, pelo menos à minha Junta de Freguesia, presumo que as outras também têm todo o interesse.

O itinerário o mais exacto possível para as pessoas poderem determinar as vidas delas e para quando vierem as indemnizações, – até porque estão casas e neste caso, casas de habitação que eu sei que há na minha freguesia, que pelo menos duas correm o risco de ser demolidas - encontrar uma resposta para essas situações. Agradecia imenso.

Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD):

A respeito da Linha do Tua, eu sou nascido e criado neste meio e foi com bastante desilusão que vi, agora digo isto pela seguinte razão, o Sr. Presidente acabou de apresentar um conjunto de estudos que estão em marcha, alguns deles ainda não estão concluídos, a coerência dele tem a ver com os estudos que ainda são precisos, de apoio à decisão.

A leviandade com que muitos Presidentes de Câmara dos concelhos limítrofes do concelho de Mirandela decidiram o não à Linha do Tua com uma facilidade incrível.

Portanto, a coerência é um bocadinho esta e o Sr. Presidente continua com os estudos, com o apoio à decisão, a traçar cenários e ainda não decidiu naquilo que verdadeiramente é melhor para o concelho de Mirandela, contrariamente a outros Presidentes de Câmara, que numa forma simples e leviana, na primeira oportunidade decidiram-se a favor da barragem e não a favor da Linha do Tua.

Também, porque às vezes é costume nestas Assembleias fazermos votos de louvor a respeito de várias instituições, eu relembro uma discussão que houve aqui, a respeito das Comunidades Urbanas, em que num dos pontos fortes e oportunidades, era o facto desta região ter a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, no apoio que ela pode transportar a favor dos concelhos e das pessoas, conhecimento, conhecimento técnico e científico, no apoio ao desenvolvimento das suas populações, ainda não se ter pronunciado, pelo menos de forma cabal, a respeito da Linha do Tua.

Portanto, é a desilusão com que alguns decidem a favor ou não numa circunstância que marcará sobremaneira a paisagem desta região e a ausência de instituições públicas que nada fazem a favor do desenvolvimento das suas terras, mas que foram criados para isso.

Deputado Municipal David Garrido(CDU)

Ainda sobre a Linha do Tua. Apesar da existência destes estudos todos de impacto ambiental, a minha decisão, a minha convicção, não é de agora e não são os estudos que ma vão alterar.

Eu defendo integralmente a Linha do Tua, o Vale do Tua, independentemente daquilo que o meu partido decidir sobre isto. Eu decidirei e em quererei intervir, na defesa da Linha do Tua, porque a barragem, mesmo com a cota em que fica próximo da Brunheda e da intervenção que a EDP poderá fazer, eu já disse e continuo a dizer : um homem pelo facto de andar de cadeira de rodas não deixa de ser um homem, é um homem, mas não é um homem na totalidade, não anda.

A Linha do Tua, cortando-lhe aqueles 12 Kms., deixa de ser o Vale do Tua, não é o mesmo.

Vou fazer força para que o meu partido tome posição sobre o estudo de impacto ambiental, na defesa daquilo que eu defendo, mas se eles não defenderem o mesmo, eu defenderei, “barragem não obrigado” e a “Linha do Tua”.

Deputado Municipal Rui Sá (PSD):

Eu não vou falar sobre a Linha do Tua. Sobre a Linha do Tua já está quase tudo dito, pelo menos muito dito. Gostaria de falar numa coisa, que nesta Assembleia –pelo menos na minha presença – não ouvi falar nem que ninguém se pronunciasse sobre isso e, por vezes, temos uma certa tendência e eu também a tenho de ser mais críticos e fazer observações àquilo que está mal, mas não deixo de dar conta também das que estão bem e quando estão de vir aqui dar os parabéns a quem de direito, pelos méritos.

E então os meus parabéns são dados pela abertura ao público do GAM – Gabinete de Apoio ao Município, que abriu no dia 31 de Outubro do corrente ano, com uma imagem moderna em termos de arquitectura, de decoração, de

localização, o bom espaço que foi escolhido para esse serviço, bem como dos funcionários devidamente uniformizados, trespassando para os Municípes uma imagem de rigor, de eficiência, que quanto a mim são importantes.

Mas ele efectivamente torna-se mais importante, porque no único local agrega vários serviços, sendo possível num único local, como disse, tratar vários assuntos, que antes tínhamos que tratar em três ou quatro locais distintos e com as consequências e com o incómodo que isso provocava.

Em segundo lugar, gostaria também de dar os parabéns pelas novas instalações do Posto de Turismo, dando desta cidade uma imagem mais digna, ficando bem patente o relevo que este Município dá à actividade, o "Turismo" e sendo aquele local também uma imagem mais moderna da cidade, louvo também o facto daquele projecto, daquelas instalações serem mais amigas do ambiente, pois serão quase na totalidade ou na totalidade mesmo autónomas de energia, aqui ficando bem patente também o interesse demonstrado pela eficiência energética que o Deputado Luís Sousa aqui fez questão de frisar e à medida que se vão fazendo de novo acho que sim, que é uma boa oportunidade de os contemplar com o que de melhor temos.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de aqui responder ao que foi dirigido à Mesa, eu queria deixar uma nota final sobre a questão da Linha do Tua. A Linha do Tua é, Srs. Deputados e Mirandelenses, um dos maiores desafios que o nosso concelho tem nos últimos anos, não só porque corre o risco de desaparecer se ficar submersa pelas águas da barragem mas também porque pode ser uma alternativa muito importante em termos de desenvolvimento regional.

Já aqui foi dito, já ouviram em várias tribunas e penso que em relação ao que o Sr. Presidente da Câmara acabou também de informar a Assembleia, que até Fevereiro, todos deveríamos fazer um esforço por divulgar, por participar e enfim inventar formas de argumentação que trouxessem a Mirandela, ao seu concelho e à sua região, o melhor.

No que respeita às datas habituais da realização de Assembleias em relação ao que o Sr. Deputado Paulo fez a questão de apresentar, eu aproveito não só para responder especificamente à questão do Sr. Deputado, como também para informar toda a Assembleia, - à Assembleia, àqueles que quiserem ouvir.

Tem sido regra nas duas legislaturas de fazer coincidir a data das Assembleias em função dos interesses do Executivo e da maioria dos participantes nesta Assembleia. Tem sido de facto à sexta-feira, por razões óbvias, é o fim-de-semana, muitos dos deputados exercem a sua actividade profissional longe da nossa terra e, portanto, com isso têm uma série de coincidências e de conveniências, que é o facto de poderem passar o fim-de-semana entre nós.

Essa tem sido de facto uma prática que se revelou de interesse e bem aceite pela maioria.

Neste caso concreto houve outra razão, que irei já adiantar e informar a Assembleia.

Todavia quero dizer o seguinte, pelo muitíssimo respeito - a sua atenção se fazem o favor Srs. Deputados - , pelo muito respeito que esta Assembleia me merece e tinha que merecer, eu quero-lhes dizer que a segunda-feira é o dia que menos me convém. A minha actividade profissional que desenvolvo na cidade do Porto é à segunda-feira e o facto de ter sido marcada à segunda-feira, acarretou-me uma série de transtornos de transferir as minhas responsabilidades e os meus compromissos para outros dias da semana. E se faço isto em tom que alguns poderão catalogar de íntimo e de pessoal, eu faço-o e pauto pela imensa e total respeitabilidade que eu devo à Assembleia.

Mas houve outros Srs. Deputados, é que nós recebemos (a Mesa) imensas solicitações da classe dos Srs. Professores, para que não fosse no dia 19 porque tinham avaliações e às quais não podiam justificar ou faltar.

E, portanto, a Mesa foi também sensível a isso, articulou com o Executivo e daí que tivéssemos marcado hoje para segunda-feira. Esta é a explicação e é isto que eu vos devia transmitir.

Julgo que não há mais inscrições neste número 5, então dava a palavra ao Sr. Presidente.

Presidente da Câmara Municipal:

Eu queria, em primeiro lugar, às duas questões postas pelo Paulo Pontes e pelo Luís Sousa, com grande frontalidade, mas esperar da parte deles também alguma frontalidade na posição, nomeadamente no Deputado Luís Sousa, que lhe vou fazer a pergunta directa, eu vou responder directamente.

Em relação ao Paulo Pontes sobre a duplicação do IP4, dizer-lhe que na Câmara existe um estudo de impacto ambiental aprovado que tem o traço, o Sr. Eng.º Branco tem lá oportunidade de lhe mostrar. Eu de cor não sei qual é o traçado. Nós não sabemos se foi o aprovado ou não porque o IEP ainda não transmitiu, mas se foi, nós pedimos ao IEP, que também temos essa informação, para saber se é aquele ou não o traçado que vinha no estudo de impacto ambiental. Quando não nos dizem que é outro é porque era aquele que estava no estudo de impacto ambiental, eu não conheço outro a não ser aquele.

Em relação ao Deputado Luís Sousa, dizer-lhe duas coisas simples, mas muito directas:

Já fala aqui várias vezes numa agência de energia e devia saber que ela não existe. O papel dizia que estava em constituição e que existia uma agência de energia que só a Câmara de Mirandela e de Alfândega da Fé é que concordaram. Os outros três Municípios opuseram-se e nunca foi constituída em termos de Associação Nacional de Municípios. Isto que fique claro e objectivo, para que não haja mais misturas nesta matéria.

Em segundo lugar, dizer-lhe também, que a posição do Presidente da Câmara, ou melhor, do Presidente da Câmara que é o cidadão "José Silvano", não da Câmara, é clara e objectiva e vamos ver se nos entendemos onde uma coisa contraria a outra.

A posição do Presidente da Câmara é: Frontalmente contra a barragem e a favor da Linha do Tua, ponto final parágrafo.

Depois diz outra coisa o Presidente da Câmara:

Se a barragem se fizer, o Presidente da Câmara não manda, nem na Linha do Tua nem na barragem, ela pode-se fazer, mesmo contra a sua vontade, ou contra a sua reivindicação política que tiver e influência, então prefere

que a barragem tenha a cota de 190, do que 170, porque pode beneficiar mais algumas aldeias do seu concelho, pura e simplesmente isto.

Eu quando dizia ao Sr. Presidente da Assembleia, e bem, que trouxesse isto à Assembleia Municipal, é que eu antes também vou levá-la à Câmara Municipal porque acho que os órgãos de Mirandela têm necessidade urgente de antes de acabar a discussão pública de impacto ambiental, pronunciarem-se e ficarem marcados para o futuro sobre a sua posição, em relação, quer à barragem, quer ao futuro da Linha do Tua.

Com toda a clareza, com toda a frontalidade, assumindo os riscos da sua posição perante eles próprios, perante os seus partidos, perante os Mirandelenses, perante aquilo que entenderem.

E eu isto, é uma situação que quero ver nessa altura esclarecida, com toda a situação.

Mas já que falou na agência de energia, permita-me que lhe diga duas coisas:

Aqui em Mirandela também não se anda a dormir. Em Mirandela existe neste momento uma empresa que ganhou as eólicas da serra dos Passos para 25 megawatts. No concelho de Mirandela a empresa que ganhou tem um fundo de desenvolvimento regional constituído com a Câmara Municipal, no valor de 40 milhões de Euros, para fazer face a várias situações, em termos de energia. Primeiro, há redução dos fluxos. Segundo, é ter e desenvolver o estudo da energia fotovoltaica. Terceiro, constituir um fundo de sensibilização e formação de toda a população em termos energéticos: o primeiro com 450 mil Euros, o segundo com 2 milhões e meio, o terceiro com 750 mil, o quarto com 100 mil e uma central de biomassa no valor de 16 milhões de Euros.

Isto faz parte do fundo estrutural, negociado em termos de desenvolvimento regional, como contrapartida regional, para que a empresa ganhasse os 25 megawatts de energia na serra dos Passos, neste caso da energia eólica.

E nós não quisemos a contrapartida financeira, nós negociámos no âmbito desta contrapartida, uma agência de desenvolvimento regional, voltada só para as componentes energéticas, no valor deste montante e com estas funções que acabei de lhe explicar.

Mas fizemos mais do que isso, fizemos uma candidatura complementar a um fundo comunitário gerido pelo Banco Europeu de Investimento. Ele faz parcerias estratégicas com as Câmaras Municipais e com os Fundos de Investimento para que aumentar a capacidade energética como parte fundamental de sustentabilidade.

Portanto nesta parte, nós não tendo nenhuma agência de energia mas conseguimos com uma empresa que ganhou um concurso de energia no nosso concelho um fundo de desenvolvimento regional com estas modalidades, para implementar nos próximos anos em Mirandela.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então damos por terminado este ponto.

Ponto 6 - 2.º Período de Intervenção do Público:

Não está ninguém dos Srs. Municípes? Não está ninguém.

Vamos então ler a moção, faz favor.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Se me permitam, só queria aqui clarificar uma situação. Tanto quanto me disseram, esta moção foi inicialmente apresentada pelo grupo municipal do PSD, à qual se terão associado, o CDS/PP e o Partido Socialista. Isto é verdade, não é?

Só que temos aqui 3 pessoas que são independentes, que se declararam como tal e a CDU também e eu gostaria de saber se se associam ou não a esta moção, nomeadamente o Deputado Zé António e o Jorge Pereira e Alberto Silva. Parece que sim e então esta moção vai ser apresentada pelo grupo Municipal do PSD, CDS/PP, PS, CDU e Independentes, desta Assembleia Municipal.

Se me permitem vou ler apenas as conclusões, porque o texto inicial já aqui foi lido, o mais importante são as conclusões. Diz assim:

“Neste contexto, propõe apresentar a presente moção nos seguintes termos:

a) Recomendar ao Governo e particularmente ao Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, a manutenção da política de discriminação positiva do interior, fortalecendo a coesão regional e a proximidade com os agricultores.

b) Repudiar qualquer esvaziamento institucional de poder ou de competências na sede da Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Norte, que é em Mirandela.

c) Apelar e sensibilizar para a necessidade do interior e concretamente Mirandela, serem estimulados com instalação de serviços públicos, dinamizadores e impulsionadores para a região, coadjuvando as Autarquias Locais no combate que travam contra a interioridade e a desertificação.

Que da decisão que vier a ser tomada por esta Assembleia, se for favorável, seja dado conhecimento a Suas Excelências os Srs.: Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro Ministro, Ministro da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas e Presidentes dos Grupos Parlamentares, com assento na Assembleia da República e Comunicação Social.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Eu só queria dizer o seguinte:

Eu apoio esta moção, porque não aconteça à Direcção Regional de Agricultura aquilo que aconteceu ao Turismo, que é a sede fica em Viana do Castelo. Estas coisas têm todas a ver umas com as outras e não é por acaso que o vice-director tomou posse em Braga, não tomou posse em Mirandela.

É preciso que as pessoas tenham memória para que depois não digam aqui d'el rei, agora já não vamos a tempo.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então vamos votar.

Quem é que vota contra? Quem se abstém?

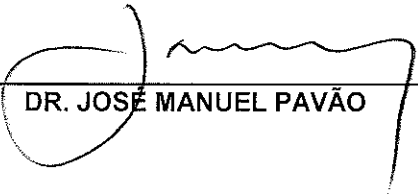
Está aprovada por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por unanimidade, apresentar uma moção referente à Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.


Então chegámos agora ao final da nossa Assembleia. A Mesa dirige a todos votos de um bom Natal e um bom Ano Novo e convida-os a aparecer na apresentação do livro do nosso colega e do nosso conterrâneo Professor Luís Sousa, que é agora no salão da Biblioteca.

Mirandela, 22 de Dezembro de 2008

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL


DR. JOSÉ MANUEL PAVÃO

O PRIMEIRO SECRETÁRIO


DR. RUI FERNANDO MOREIRA MAGALHÃES